

SÉRIE

Desenvolvimento Regional em Perspectiva

INTEGRAÇÃO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO

www.unifacef.com.br



Uni-FACEF
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

Franca/SP - 2016

Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
GEDE – Grupo de Estudos em Desenvolvimento

Série Desenvolvimento Regional em Perspectiva

INTEGRAÇÃO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO

Bárbara Fadel
Silvio Carvalho Neto
(Organizadores)

ISBN 978-85-87406-98-9

UNI-FACEF

FRANCA-SP

2016



Desenvolvimento Regional em Perspectiva INTEGRAÇÃO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO

© 2016 dos autores
Direitos de Publicação Uni-FACEF Centro Universitário de Franca
www.unifacef.com.br

Capa: Silvio Carvalho Neto / Valdemar Lespinasse Júnior

O CONTEÚDO DOS ARTIGOS PUBLICADOS NESTE LIVRO É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES DO RESPECTIVO ARTIGO

Comissão Científica

Profª Drª Barbara Fadel (Uni-FACEF/ UNESP)
Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto (Uni-FACEF)
Profª Drª Melissa F. Cavalcanti Bando (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira (Uni-FACEF)
Profª Drª Sheila F. Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)
Profª Drª Marines S. J. Smith (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto (Uni-FACEF)
Profª Drª Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)
Profª Drª Maria Zita Figueiredo Gera (Uni-FACEF)
Profª Drª Patricia do Espírito Santo (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Daniel F. Pires (Uni-FACEF)
Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Fernando C. de Almeida (FEA/USP)
Profª Drª Marta L. Pomim Valentim (UNESP)
Profª Drª Helena Carvalho de Lorenzo (UNIARA)
Prof. Dr. Célio Bertelli (Uni-FACEF)

B169s Fadel, Bárbara (Org.)
Integração Regional e Desenvolvimento. / Bárbara Fadel; Silvio
Carvalho Neto (orgs.). Franca (SP): Uni-FACEF, 2016.
91p.; il.
Série - Desenvolvimento Regional em Perspectiva.
ISBN: 978-85-87406-98-9
1.Desenvolvimento Econômico. 2.Desenvolvimento
humano - social. 3.Políticas públicas. 4.Educação. 5.Tecnologia.
7.Pesquisa. I.T.
CDD 338.98161

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos do autor (lei 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal. Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora Uni-FACEF Centro Universitário de Franca
Associada à ABEC – Associação Brasileira de Editores Científicos



Desenvolvimento Regional em Perspectiva
INTEGRAÇÃO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO

Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
GEDE – Grupo de Estudos em Desenvolvimento

Série Desenvolvimento Regional em Perspectiva

INTEGRAÇÃO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO

Bárbara Fadel
Silvio Carvalho Neto
(Organizadores)

ISBN 978-85-87406-98-9

UNI-FACEF

FRANCA-SP

2016



Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca - Corpo Diretivo 2016

REITOR

Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto

VICE-REITOR

Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra

PRÓ-REITORA ACADÊMICA

Profa. Dra. Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO

Profa. Dra. Melissa Franchini Cavalcanti Bandos

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto

COORDENADORA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSU

Profa. Dra. Bárbara Fadel

ASSESSOR JURÍDICO

Prof. Ms. Paulo Sérgio Moreira Guedine

ASSESSORA DE DIFUSÃO CULTURAL

Alba Valéria Penteado Orsolini

COORDENADORA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO e RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Profa. Dra. Marinês Santana Justo Smith

COORDENADORA PEDAGÓGICA

Profa. Ms. Regina Helena de Almeida Durigan

COORDENADOR DE MARKETING

Prof. Ms. Clésio Antônio Dourado

Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca - Corpo Diretivo 2016

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Prof. Ms. Francismar Monteiro

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Prof. Ms. Orivaldo Donzelli

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Prof^a. Ms. Ana Tereza Jacinto Teixeira

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA
Prof. Ms. Paulo Anderson Cinti

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA ENGENHARIA CIVIL
Prof Dr. João Baptista Comparini

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
Prof Ms. June Tabah

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE LETRAS
Profa. Dra Ana Lúcia F. Campos-Toscano

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA
Profa. Dra Sílvia Regina Viel

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE MEDICINA
Prof. Dr Frederico Alonso Sabino de Freitas

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
Prof^a. Dr^a. Maria Cherubina de Lima Alves

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
Prof. Dr. Daniel Facciolo Pires

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE TURISMO
Profa. Ms. Tatiana Iuri Yamassaki da Silva



Apresentação

A série Desenvolvimento Regional em Perspectiva continua a trazer em 2016 trabalhos de pesquisas, projetos, ensaios e relatos de casos em torno da temática do Desenvolvimento Regional.

Os trabalhos publicados nesta série têm suas origens nas apresentações do Encontro de Pesquisadores do Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca, um evento tradicional e aberto a toda a comunidade científica regional e nacional com apresentação de comunicações e projetos de pesquisas nas diversas áreas do conhecimento. As temáticas abordadas procuram atender às necessidades da interdisciplinaridade e têm como objetivo a reflexão e a interação de pesquisadores em torno de suas apresentações.

No presente livro Integração Regional e Desenvolvimento, são apresentadas discussões contemporâneas, especialmente correlacionadas ao meio ambiente, ambiente organização, gestão organizacional e outros tópicos voltados para o desenvolvimento regional em geral. Os capítulos apresentam diferentes temáticas em torno destes temas. O objetivo das obras desta série é estabelecer diálogos e a construção de sentido, responsabilidade e atuação de pesquisadores.

Por meio da publicação dos livros eletrônicos da série Desenvolvimento Regional em Perspectiva, o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Municipal de Franca e o Grupo de Estudos em Desenvolvimento - GEDE buscam promover e ampliar as oportunidades de disseminação como forma de tornar transparentes as atividades de pesquisas e de estudos avançados do seu corpo docente e discente, e dos pesquisadores provenientes de outras instituições e programas de pós-graduação.

Boa leitura.

Profª Drª Bárbara Fadel

Prof Dr Silvio Carvalho Neto



Sumário

EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS DA MARCA TIP TOEY JOEY: CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO	8
LIXO ELETRÔNICO: PERCEPÇÃO E EXPANSÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A PRODUÇÃO E SUA REUTILIZAÇÃO OU DESCARTE DE FORMA APROPRIADA	21
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA PROBRIG, IBIRACI-MG, PARA RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES ATRAVÉS DO MÉTODO DE BOLINHAS DE SEMENTES “SEED BALLS”	28
RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES E A ADOÇÃO DE PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	38
TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO ENSINO SUPERIOR E SEUS BENEFÍCIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	49
TURISMO, UMA VIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PROSPECÇÃO DE CENÁRIOS PARA O SETOR TURÍSTICO DE FRANCA (SP) E REGIÃO, 2017-2021	61
UTILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO EMPODERAMENTO PARA AS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS DA CIDADE DE FRANCA	71
VIOLÊNCIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	81

EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS DA MARCA TIP TOEY JOEY: CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

EXPERIENCES AND PERCEPTIONS ON TIP TOEY JOEY BRAND: BUILDING DEVELOPMENT SCENERIES

Sessão Temática: Desenvolvimento e Integração Regional-Desenvolvimento regional e Local.

ANDRADE, Natalie R.A.Ferreira de
FATEC Franca

Graduada em Desenho de Moda pela FASM e Mestre em Design pela UAM

nativolpe@yahoo.com.br

LUZ, Naomi de Melo Marcondes
Uni-FACEF

Graduada em Design de Moda pela UNIFRAN, especialista em Marketing e Comunicação de Moda pela UNIVERSITAT DE BARCELONA (IED) e Mestranda em Desenvolvimento Regional pelo Uni-FACEF

naomimeloluz@gmail.com

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e
Uni-FACEF

Graduada em Licenciatura Plena em Letras pela UNIFRAN, Mestre em Ciências e Práticas Educativas pela UNIFRAN e Doutora em Língua Portuguesa e Linguística pela UNESP

sheila.facef@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem por finalidade analisar a contribuição da marca de calçados infantis Tip Toey Joey para o desenvolvimento do polo calçadista da cidade de Franca/SP, além de relacionar as ações ligadas ao design e aos processos de inserção da marca no mercado, com o desenvolvimento. As autoras encontram, no destaque nacional e internacional da marca e em seu design, a justificativa para um aprofundamento no estudo. Como metodologia de pesquisa, utiliza-se da pesquisa bibliográfica, além de informações extraídas de fontes documentais para um maior conhecimento, reflexão e

abordagem qualitativa de dados sobre fenômeno do desenvolvimento - apoiado em definições e propostas de autores como VEIGA (2005), FRANÇA, SILVA E VAZ (2012) e COSTA (2014) - e questões pertinentes ao design com o suporte em autores como CARDOSO (1998; 2006; 2012), LOBACH (2001), KRUKEN (2009) e ANDRADE (2012). Foi realizada, para maior compreensão da pesquisa, uma entrevista semiestruturada com a sócia-fundadora da marca Tip Toey Joey, Ana Cláudia McInerney. Como resultado da pesquisa, foi possível verificar a importância da atuação da marca Tip Toey Joey em parceria com fornecedores de matérias primas e componentes com foco no desenvolvimento do calçado infantil, proporcionando a formação de uma mão-de-obra especializada no segmento para atender as necessidades deste mercado, vislumbrando, com isso, a criação de um diferencial pautado no design e sua cultura que pode-se, então, entender, como um importante impulsionador de um desenvolvimento emancipatório.

Palavra-chave: Desenvolvimento, Design, Tip Toey Joey

Abstract

This paper aims to analyze the contribution of the children's shoes brand Tip Toey Joey for the development of the city of Franca / SP, which is one of the most important footwear producing in Brazil, and relate the actions related to the design and integration processes of the brand in the market, with development. The authors found on the national and international prominence of the brand and its design, the justification for deeper study. As research methodology, uses the bibliography research, and information extracted from documentary sources. For a better understanding of the development phenomenon, the analysis relies on definitions and proposals of authors like VEIGA (2005), FRANÇA, SILVA AND VAZ (2012), COSTA (2014). As for the issues related to the design, support is in CARDOSO (1998, 2006); LOBACH (2001), KRUKEN (2009) and ANDRADE (2012), for the works expose theories that support the reflections of this paper. It was carried out, even a semi-structured interview with the founding partner of the brand, Ana Claudia McInerney. As a research's result, it was possible to verify the importance of Tip Toey Joey's performance on a partnership with raw materials and component's suppliers, focusing on children's shoes development, which provides a skilled training workforce for the segment to meet the needs of this market, creating a design's culture, which could stimulate an emancipatory development.

Keywords: Development, Design, Tip Toey Joey

1. INTRODUÇÃO

A escolha do tema de pesquisa relaciona-se com a formação acadêmica de duas das autoras¹, juntamente com as experiências e atuações das mesmas no meio acadêmico e nas indústrias do setor calçadista da cidade de Franca, interior de São Paulo, relevante polo nacional que contribui diretamente no desenvolvimento regional.

De acordo com dados do IBGE, no ano de 2015 (SINDIFRANCA, 2015), o município contava com uma população estimada de 342.112 habitantes, e tem grande parcela de sua população economicamente ativa, empregada na indústria calçadista local.

O polo de Franca é considerado uma APL (Arranjo Produtivo Local)² capaz de produzir matérias-primas como couros, metais, solados e componentes, ou seja, materiais com vínculos e interações no sistema produtivo. Possui, como tal, um domínio técnico sobre modos específicos de operar, com uso intenso de mão-de-obra e investimentos em tecnologia.

O Polo Calçadista de Franca emprega aproximadamente 24 mil funcionários em suas 467 indústrias calçadistas, além das 265 empresas prestadoras de serviços, as quais indiretamente empregam e trabalham para o setor e teve, em 2014, uma produção anual estimada em 37,1 milhões de pares, representando mais de 2,5 bilhões de reais. As exportações chegaram a US\$ 71 milhões em 2015. O arranjo produtivo local representa o maior polo fabricante de calçados masculinos do país, pois 76% de sua produção é voltada para o público masculino, 21,8% para o feminino e 3% para o infantil. Dessa produção, 91,49% são destinados ao mercado interno (SINDIFRANCA, 2015).

Tendo evidenciado a relevância do setor calçadista para o cenário econômico regional, o presente artigo tem como objetivo geral, analisar a contribuição da marca de calçados infantis Tip Toey Joey para o desenvolvimento do polo, especialmente para o segmento infantil, da qual é uma das pioneiras e vincular o design, presente na marca, ao desenvolvimento citado. No decorrer do estudo, foi necessário ainda elaborar objetivos específicos como discutir e compreender um conceito de desenvolvimento local e correlacionar as ações ligadas ao design e os processos de inserção da marca, com o desenvolvimento.

Para justificar a escolha da empresa, observou-se o destaque que a marca tem em âmbito nacional e internacional, constituindo, inclusive, um segmento diferenciado para o mercado local.

¹ Natalie R.A.F. de Andrade é graduada em Desenho de Moda (FASM) e Mestre em Design (UAM). Atuou com designer de calçados em indústrias locais e atua como docente nas áreas de Moda e Design na UNIFRAN e FATEC Franca. Naomi M. M. Luz é graduada em Moda (UNIFRAN), especialista em Marketing de Moda (Univesitat de Barcelona e IED) e mestranda em Desenvolvimento Regional (Uni-FACEF). Atuou como designer em indústrias de calçados locais e atualmente atua como docente na área de Moda do SENAC Franca.

² APLs: “Arranjos produtivos locais. São aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento” (MDIC, 2016).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento local

Ao longo de toda a história contemporânea, discutiu-se o conceito de desenvolvimento e, ainda que não exista um conceito universal para o termo, muitas das teorias estão centradas sobre a necessária relação entre crescimento econômico e desenvolvimento.

Veiga (2008, p. 9) faz discussões a respeito do conceito, iniciando com o questionamento: “Ideia, visão, conceito, utopia? O que importa é deixar bem claro que o desenvolvimento não se confunde com crescimento econômico, que constitui apenas a sua condição necessária, porém não suficiente”.

Medir o desenvolvimento pela renda per capita ou mesmo pelo PIB (Produto Interno Bruto) parece tornar-se, então, uma visão parcial do desenvolvimento, ao menos para alguns autores. Para Furtado, “só haverá verdadeiro desenvolvimento [...] ali onde existir um projeto social subjacente” (apud VEIGA, 2008, p. 9).

Ainda sobre este aspecto, França, Silva e Vaz (2012, p.5) afirmam que “esses debates em torno do conceito permitiram emergir uma compreensão de desenvolvimento associada a um processo de múltiplas dimensões, tornando os aspectos econômico, social, político, ambiental e cultural, indissociáveis”.

Ainda que, para esta análise, sejam relevantes os aspectos econômicos do desenvolvimento, visto que há um fortalecimento e uma diversificação na atividade econômica da cidade de Franca/SP, somando o segmento infantil às atividades já desenvolvidas pela indústria calçadista local, para chegarmos à concepção de um desenvolvimento pautado no design, foi necessário levar em conta as demais dimensões.

Com foco no desenvolvimento local, este estudo leva em conta as questões humanas, sociais e as econômicas. Para França, Silva e Vaz (2012, p. 6),

Nos anos 90, simultaneamente ao processo de globalização econômica e ao fortalecimento de políticas de descentralização, a temática do desenvolvimento local desperta grande interesse, constituindo-se em objeto de diversos estudos. Embora com características e perspectivas diversas, as análises tendem a convergir para o local como um espaço de efetiva atuação de diferentes indivíduos e segmentos sociais na busca do desenvolvimento.

O desenvolvimento local é entendido por este estudo como um processo que envolve diversos atores, entre eles, a sociedade e o mercado. As empresas criam produtos, geram rendas, lucros e impostos, e a sociedade corresponde às necessidades mercadológicas, se especializando e atendendo lacunas como descreve Veiga (2008).

Diferentes atores e atividades econômicas diversificadas, em interação harmoniosa, criam então melhores condições para um possível desenvolvimento local. Para Pires e Neto (2012, p. 5), “o conceito de desenvolvimento local deve ser associado a um processo de crescimento econômico de forma endógena, na qual os fatores locais do tipo produtivo, social e cultural são decisivos”.

2.2 O conceito de design

O design é um reflexo plural de nossos tempos e autores como Cardoso (2008) questionam se o termo designa objeto, produção ou processo.

Seria plausível adotar o argumento de Cardoso (1998) de que a natureza do design se pauta em seus produtos e processos. É na conjunção muito particular desses dois elementos que o design atribui aos produtos significados e, desta forma, podemos compreender a época em que vivemos. Sem esses processos, não haveria a difusão e a produção em massa de artefatos de moda como o calçado.

Cardoso (2012) relata que os conceitos de design da década de 1960 eram baseados em um modelo normativo de produção em massa. A partir do século XXI, caminha-se para uma produção cada vez mais distante do paradigma simbolizado por Henry Ford, caminhando para uma produção mais flexível, com conceitos que norteiam a indústria para a customização (adaptação dos produtos para cada consumidor); gestão contínua de fluxo produtivo (a estratégia de eficiência conhecida como *just in time*) e qualidade total do processo, incluindo responsabilidade social e ambiental.

Para Löbach (2001), a sociedade industrial altamente desenvolvida tem como objetivo das suas atividades o crescimento econômico e a elevação do nível de vida. O processo se inicia com a pesquisa de necessidades e aspirações, a partir das quais se desenvolverão as ideias para sua satisfação, em forma de produtos industriais (projetos de produtos). A atividade projetual no design configura-se no planejamento, envolvendo aspectos como os culturais, de linguagens, metodológicos, econômicos, criativos, questões objetivas e subjetivas, aspectos funcionais e do comportamento humano, com suas mudanças. Moura (2008, p. 69) afirma que “fazer design significa trabalhar com o futuro, executando a concepção e o planejamento daquilo que virá a existir, anunciando novos caminhos e possibilidades”.

O design é uma área projetual que atua na conformação da materialidade.[...] Ao mesmo tempo, o design é uma área informacional que influi na valoração de experiências, todas as vezes que as pessoas fazem uso de objetos materiais para promoverem interações de ordem social ou conceitual (CARDOSO, 2012, p. 236).

Nesse sentido o design expande-se para áreas de valor abstrato e subjetivos como publicidade, marketing e moda.

Leite (2009) descreve que o design no Brasil é considerado uma atividade elitista. Cardoso (2008) compactua do mesmo pensamento e ainda afirma que o design continua a ser uma atividade relativamente desconhecida da maioria da população, e, mesmo entre as elites, seu potencial de realização é pouco explorado. Países como o Brasil buscam identidade em seu design motivados pelo desejo de autonomia e de poder para definir seu próprio futuro. Neste contexto, por design entende-se um modo especial de adicionar o inovador (BONSIEPE, 1999).

Para Cardoso (2012) um projeto de produto inovador é aquele que leva em conta a relação entre o artefato, significado e usuário. As soluções inovadoras são centradas na experiência do usuário e não no artefato, se libertando de estruturas preexistentes. É um pensamento projetivo maleável e flexível adequado ao mundo complexo em que vivemos.

Neste sentido, na presente pesquisa, o design significa o ato de projetar, de utilização de processos inovadores e comunicação das aspirações sociais por meio dos artefatos, destacando-se como veículo social, motivando as indústrias, como as do setor calçadista, a desenvolverem produtos com uma série de significados e intenções para o uso dos consumidores.

Ainda para Cardoso (2012) desta forma, aumentará a possibilidade de por meio do design e da segmentação, adaptarmos peculiaridades locais em termos de mercado, indústria economia.

Observa-se, na atualidade, que o setor calçadista almeja, cada vez mais, produzir atrações, satisfazendo momentaneamente aos desejos do consumidor contemporâneo, que, segundo Andrade (2012) quer novas emoções, sensações e experiências.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada neste estudo, têm foco em uma pesquisa bibliográfica, além de informações extraídas de fontes documentais e orais, tendo como recorte as questões envolvidas com desenvolvimento local e os conceitos e cultura do design, em uma análise da marca Tip Toey Joey.

Para um maior conhecimento do fenômeno do desenvolvimento, a análise apoia-se em definições e propostas de alguns autores como VEIGA (2005), FRANÇA, SILVA E VAZ (2012), COSTA (2014). Quanto às questões pertinentes ao design, o suporte está em CARDOSO (1998; 2006), LOBACH (2001), Kruken (2009) e ANDRADE (2012), pois as obras expõem teorias que sustentam as reflexões do presente artigo.

Os procedimentos relacionados, à análise, destacam temas correlacionados ao desenvolvimento, em uma entrevista semiestruturada com a sócia-fundadora da marca, Ana Cláudia McInerney (20/09/2016). Assim, reflexões inferenciais investigam a relação entre o design da marca com o desenvolvimento local, tendo como foco, a abordagem qualitativa dos dados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A marca Tip Toey Joey e o Desenvolvimento local

A marca Tip Toey Joey surgiu no mercado em 2004, a partir de uma história pessoal de seus fundadores, a brasileira Ana Claudia McInerney e o neozelandês Scott McInerney que, após a experiência de viver em Londres, retornam ao Brasil para a chegada da primeira filha, Sofia. Em entrevista para a elaboração deste estudo, McInerney (20/09/2016) descreve passos da criação da empresa e coloca que, sem pretensões ou grandes propostas de trabalho, o casal inicia o projeto de fabricação de calçados infantis confortáveis, a partir de uma demanda pessoal, já que não encontravam para os pés da filha, sapatos infantis com a referida característica.

McInerney (2016) relata que a marca nasce do desejo de seus fundadores, que naquele momento viviam em Franca, cidade de Ana Claudia, em unir a possibilidade de se trabalhar com calçado à intenção de se encontrar algo com o perfil do que buscavam: um sapato infantil confortável e com estilo. Hoje, há mais de uma década no mercado, e com prestígio nacional e internacional, a marca está presente em 12 países e teve, em 2015, uma produção de 315 mil pares, como afirma McInerney (2016), servindo de referência no segmento infantil nacional.

Quando nos referimos ao desenvolvimento local, como um processo que envolve diversos atores e que é construído de forma endógena (Pires e Neto, 2012), pontuamos a iniciativa da marca Tip Toey Joey em romper paradigmas e se lançar em um segmento

pouco conhecido, dominado e especializado na cidade de Franca/SP: o de calçados infantis, e tendo como seu maior suporte, a ênfase em um design autoral.

É relevante resgatar o fato de que, na indústria calçadista, assim como em diversas outras ligadas ao design e à moda, a velocidade na inovação é importante, o que designa certamente a presença de fornecedores articulados com o segmento, mão-de-obra especializada e designers com conhecimento do mercado de atuação, o que, com inserção neste novo segmento, a marca ainda não tinha a seu favor.

Era necessário então fomentar este cenário, formar uma cultura industrial também voltada ao segmento infantil e, principalmente, convencer os parceiros de que acreditar na criação de um projeto com ênfase no design, ou seja, auxiliar na criação de uma cultura de design era significativo para o desenvolvimento do setor na localidade.

Como alavanca na iniciativa da marca Tip Toey Joey, encontramos a questão empreendedora. Aproveitando e valorizando os recursos financeiros, estruturais e sociais da localidade e apoiando-se sobre o empreendedorismo dos criadores da marca, a empresa é destaque hoje no setor calçadista. A necessidade de superar e ampliar alguns aspectos como a de comercialização, tecnologia, informação, comunicação, educação, capacitação, empregos, renda e sustentabilidade ambiental, vêm, então, como impulso ao desenvolvimento. (POLIS apud COSTA, 2014).

Para Costa (2014, p. 43), “os aspectos culturais são de suma importância para o ambiente local, já que, através deles, juntamente com o potencial humano e físico, pode-se verificar que tipo de atividade desenvolver para fomentar a economia local”.

Alguns desses aspectos citados por Costa são parte importante desta análise e parecem, muitas vezes, superados pela empresa Tip Toey Joey.

Para McInerney (2016), a grande colaboração da marca ao desenvolvimento está ligada à construção de uma relação verdadeira entre esta e o seu consumidor, transmitida pelo design dos produtos e da comunicação da marca, por meio do *branding*. Para a fundadora,

[...] ou você produz valor agregado, ou para *commodities* não tem mais lugar. Desta forma, estaríamos fazendo mais do mesmo e para isso temos como concorrentes, países com melhores custos e velocidade de produção (MCINERNEY, 2016).

Complementando, McInerney (2016) argumenta que “a criação, a inovação, o design e a cultura do design farão com que a região se desenvolva, e que dê o primeiro passo na elaboração de produtos com maior valor simbólico”.

Integrar valores intangíveis ao produto como estratégia de criar vínculos e demonstrar os valores da marca são parte da construção feita pelo branding. De acordo com Carvalho, “as organizações precisam criar significado para dar alma, diferenciar e aprofundar seu relacionamento com as pessoas” (2014, p. 43).

Dar significado, proporcionar benefícios, além das promessas oferecidas pelos produtos, apegar-se a valores reais, todas estas passaram a ser escolhas mais certas em um mercado tão competitivo (CARVALHAL, 2014). Isto é ainda mais evidente no mercado da moda, em que se pode afirmar que os produtos são consumidos por um desejo e não por uma necessidade primária, e em que a aquisição do produto tem quase sempre relação com um valor maior. Sendo o calçado um artefato que se insere na tipologia moda, este passa também por esta análise.

Os valores da marca, ainda segundo McInerney (2016), estão

[...] impregnados em tudo que ela projeta: em seu design, em suas campanhas e no projeto interno, junto de seus colaboradores, que a marca destaca como verdadeiros artesãos no projeto do produto. Existe, então, um enaltecimento do trabalho humano no projeto da marca e a valorização do bem-estar do trabalhador, que é, para a marca, essencial na criação do diferencial de mercado.

É possível inferir, pelas colocações da proprietária, que existe, no projeto de construção da marca, em seu branding, um valor intimamente ligado a verdade, valor este que trata do vínculo de confiança que esta projeta em suas relações. Sendo assim, a questão do desenvolvimento está intimamente relacionada com a questão humana. Além disso, a proprietária trata de um endomarketing – os funcionários compram a ideia e acreditam no potencial da marca, o que também acontece aos parceiros, fornecedores. Nesse sentido, falamos de um desenvolvimento emancipatório e autônomo, no sentido dos indivíduos serem críticos, mas conhecedores da própria colaboração e dos benefícios de que podem usufruir, como consumidores do produto.

A marca está associada a diversas questões externas, tangíveis e intangíveis e que agregam ou não valor ao produto e aos serviços oferecidos. Sendo assim, Tybout e Sternthal (2006, p. 12) colocam que “as marcas têm habilidade notável em impactar o modo como as pessoas veem os produtos”.

Por meio das campanhas publicitárias e das temáticas de coleção e de produtos, muitas vezes, voltados à interação das crianças com a natureza e à valorização do meio natural, do conforto, das brincadeiras, da alegria, a marca vai agregando, aos produtos, diferenciais que indicam a construção de valores imateriais, que se fazem presentes na relação criada entre a marca e seu público.

Na campanha “*Mother Earth*” (Mãe Terra), de 2015, a marca inspira-se nos novos movimentos sociais, voltados a um estilo de vida sustentável e na valorização da interação harmônica entre os seres humanos e a natureza. Essa temática contribuiu para o resgate de técnicas artesanais e de utilização de materiais sustentáveis como a proteção natural de cera de abelha empregado na lona de algodão, utilizada na produção de alguns calçados presentes na coleção. (Tip Toey Joey, 2016).

A marca enviou produtos da citada coleção para a fotografa e jornalista Manuella Melo Franco e seu marido, também fotógrafo, Hugo. Pais de Tomé e Nina, a proposta era que fotografassem o cotidiano das crianças com as peças da marca. O casal ficou conhecido por deixar a cidade de Lagoa Santa (MG), para viver uma vida, segundo Franco (2014), “mais sustentável e bonita, por nós, pelos filhos que temos, pelo tempo rei que voa, pelo respeito à natureza, pelo amor que pulsa em nosso corpo família” e passou a ser referência na busca de uma vida alternativa, por meio do blog “Notas sobre uma escolha”. A marca se inspirou nos conceitos do casal da qual acreditam para os valores e consumidores da marca como a coragem, o amor e o respeito.

Figuras 1 e 2- Campanha Mother Earth (Mãe Terra)- Outono/Inverno 2015



Fonte: Tip Toey Joey, 2015, online

A proposta era iniciar uma nova etapa na marca. A ideia, segundo McInerney (20/09/2016), “era deixar um pouco de lado os ambientes artificiais, com crianças produzidas que existiam nas campanhas, para seguirmos um novo caminho”.

A campanha, o design empregado na coleção de calçados, seu conceito e os valores exaltados nela, parecem imprimir a verdade enfatizada na fala da proprietária e dão suporte a uma análise posterior.

4.2 A cultura de design e sua utilização na marca Tip Toe Joey

Na sociedade contemporânea, o design é o fator para valorizar produtos e identidades locais. Economias emergentes como a do Brasil e, em especial, a do polo de Franca, “[...] anseiam posicionar-se de forma competitiva”, em que o “design representa um catalisador de inovação e da criação de uma imagem positiva ligada ao território, a seus produtos e serviços” (KRUKEN, 2009, p.43).

Os processos em design podem facilitar e dar suporte aos APLs como os de Franca, para projetar e desenvolver produtos e serviços com alto valor agregado localmente, “com base nos recursos, nas competências disponíveis e na riqueza cultural”. O design, aqui, “atua dentro dos fenômenos da criatividade e do empreendedorismo difusos que caracterizam a sociedade atual”, como relata Krucken (2009, p. 14).

Uma das perspectivas para o design do polo de Franca é permitir o desenvolvimento de calçados, por meio de atividades como as do design que inserem o uso de pesquisas, processos criativos, análise das viabilidades econômicas, técnicas, ambientais, recursos locais, infraestrutura existente, visão estratégica e probabilidade de envolvimento e engajamento de atores da comunidade produtora, (ANDRADE, 2012)

A utilização dos processos de design, no setor calçadista de Franca, é perceptível no caso de algumas empresas locais, como a marca de calçados infantis Tip Toe Joey, analisada neste artigo. McInerney (2016) declara em sua entrevista que considera seu marido Scott, sócio fundador da empresa, um designer de produto, por possuir uma visão funcional e inovadora - por meio de experimentações desde o início da marca (há 14 anos), no desenvolvimento dos calçados da marca, pois, apesar de não possuir formação superior em design, possui uma formação técnica (estudou sobre calçados e moda no SENAI e SENAC de Franca).

Segundo McInerney (2016), por meio do estudo do pé da filha Sofia, carimbado em papéis postos ao chão, o pai Scott começa, então, a criar e a entender a anatomia e a

pisada da criança. Do carimbo, passou ao desenvolvimento da forma, desta ao couro, e através inúmeros estudos anatômicos, foi criando, aos poucos, aquele que seria o primeiro pé do sapato Tip Toey Joey, que desde sua criação, teve como premissa a liberdade e o conforto das crianças.

Além disso, a marca propôs outras inovações no setor de calçados infantis do polo, como a criação de um elástico na parte posterior do calçado para facilitar o calce dos modelos, avaliado pelos consumidores como um diferencial no design de seus produtos, reproduzidos por outras empresas voltadas ao mesmo segmento.

Figuras 3 e 4: Elástico interno traseiro e cadarço de elástico de modelos da Tip Toey Joey.



Fonte: Tip Toey Joey, 2016, online

Além desta, outras inovações foram utilizadas pela marca, como o uso de elástico no lugar nos cadarços, ou atacadores, como são conhecidos no mercado de calçados, que proporcionam mais flexibilidade e conforto aos pés dos consumidores do segmento infantil.

Também como parte das inovações, a marca investe em um solado anatômico, que tem por característica a maleabilidade, proporcionando equilíbrio e liberdade aos movimentos da criança ao caminhar.

Para McInerney (2016), Scoot também se utiliza dos conceitos de inovação no design quando desenvolve, a partir de parcerias com curtumes locais, um couro macio, próprio para a confecção de calçados infantis: o "soft couro"³.

Todas estas criações impulsionam um diferencial em termos de design, como um processo que agrega valores e significados ao produto.

Com estas ações seria possível exaltar a importância da atuação de fornecedores de matérias primas e componentes com foco no desenvolvimento do calçado para bebês e crianças, e também proporcionar a formação de uma mão-de-obra especializada no segmento para atender as necessidades deste mercado, vislumbrando, com isso, a criação de um diferencial pautado no design.

Apesar disso, a sócia-proprietária relata que as dificuldades de inserção da marca no mercado estiveram muito relacionadas com o pensamento e a atitude, muitas vezes, imediatista dos fornecedores locais, a falta de uma cultura de design, o que, em grande parte das vezes, desfavorece o surgimento de projetos e marcas que tenham foco no

³ Couro mais macio e maleável que os couros já utilizados na fabricação de calçados já existentes no mercado.

design autoral, na inovação, no processo qualitativo da marca e não no volume e facilidade na produção.

Andrade (2012) corrobora com essa afirmação, quando descreve que no polo de Franca, a cultura de design é reconhecida e valorizada como geradora de lucros. No entanto, as indústrias locais pouco se utilizam de seus processos de forma criativa e inovadora, gerando competitividade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cumprindo com o objetivo principal deste artigo, de investigar a contribuição da marca de calçados infantis Tip Toey Joey para o desenvolvimento do polo, trabalhou-se com a hipótese, observada por meio da experiência profissional e dos objetos de estudo das autoras, da utilização do design como atividade projetual que viabiliza soluções sistêmicas e criativas, um dos grandes desafios do mundo complexo e atual.

Considera-se alcançados os objetivos específicos de conceituação sobre desenvolvimento local, relacionando as ações ligadas a cultura de design e sua utilização na marca. Pode-se observar ainda que, por meio do projeto de construção da marca e de seu design, gerou-se uma necessidade de recursos humanos especializados e a criação de materiais personalizados para o segmento infantil, trazendo uma interação harmônica entre fornecedores e parceiros. Nesta interação existe a crença de todos no projeto e em seu potencial, o que coloca em pauta o papel de cada indivíduo na concepção de um desenvolvimento local.

Outra confirmação advinda do presente estudo, é de que o design e as inovações da marca infantil Tip Toey Joey geraram empreendedorismo, no momento em que insere, no mercado local, uma marca ligada a um segmento pouco explorado no polo, especializando, com isso, mão-de-obra, e investindo em tecnologias específicas, como citado acima.

Observa-se que a empresa busca integrar a indústria, o meio cultural regional e o mercado por meio da utilização dos conceitos de design, permitindo uma comunicação que possibilita a construção de valores correlacionados ao bem-estar, confiabilidade e tecnologia.

Constata-se, portanto, nesta pesquisa, que no setor calçadista de Franca, as práticas de cultura de design, com integração de cultura industrial e trabalho de equipe, que se fazem presentes na marca analisada, precisam ainda de maior debate e utilizações, para que possam contribuir para reflexão e aplicabilidade em outros projetos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Natalie R.A. Ferreira de. **O design de moda e o desenvolvimento dos calçados femininos no polo de Franca-SP**. Dissertação (Mestrado em Design), Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2012.

ANTUNES, Manuel de Azevedo. Do crescimento económico ao desenvolvimento humano em tempos de globalização. **Revista Lusófona de Ciências Sociais**, v. 1, p. 73-83, 2004.

BONSIEPE, Gui. **Del objeto a la interfase: mutaciones del diseño**. Buenos Aires: Infinito, 1999.

CARDOSO, Rafael. Design, cultura material e o fetichismo dos objetos. **Revista Arcos**, ESDI-UERJ, Rio de Janeiro, v. 1, p.15-39, out. 1998.

_____. **Uma introdução à história do design**. 3. ed. São Paulo: Blücher, 2008.

_____, Rafael. **Design para um mundo complexo**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

COSTA, Aparecida Helena. **A atuação do empresário da indústria calçadista francana no desenvolvimento econômico local**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional- Uni-FACEF Centro Universitário de Franca- Franca, 2014.

FRANÇA, Cássio Luiz de; VAZ, José Carlos; SILVA, Ivan Prado, (Org.) **Aspectos econômicos de experiências em desenvolvimento local**. São Paulo, Instituto Pólis, 2002. 184 p. (Publicais Polis, 40). Disponível em:
<<http://www.polis.org.br/uploads/997/997.pdf>>. Acesso em 12 set. 2016.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

LEITE, João de Souza. Design propulsor da economia. In: CONSOLO, Cecília (Org.). **Anatomia do design: uma análise do design gráfico brasileiro**. São Paulo: Blücher, 2009.

LÖBACH, Bernard. **Design industrial: base para a configuração dos produtos industriais**. São Paulo: Blücher, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR.

Disponível em

<<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=153300#oque sao>>.

Acesso em: set. 2016.

MOURA, Mônica. A moda entre a arte e o design. In: PIRES, Dorotéia Baduy (Org.). **Design de moda: olhares diversos**. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2008.

NOTAS SOBRE UMA ESCOLHA. Disponível em

<<https://notasobreumaescolha.wordpress.com/about/>>. Acesso em 04/10/2016

KRUCKEN, Lia. **Design e território: valorização de identidades e produtos locais**. São Paulo: Studio Nobel, 2009.

PIRES, Everton Roberto de Oliveira; Machado neto, Alfredo José. Redes de cooperação como alternativa para o desenvolvimento local: a indústria calçadista francana. **Revista Eletrônica de Administração** (Online), v. 11, n.2, ed. 21, jul-dez, 2012. Disponível em:
<<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea/article/view/506/478>>. Acesso em 16 set. 2016.



SOUZA, Dellany Maria Dantas et al. O desenvolvimento como alargamento das capacidades humanas: aproximações entre Amartya Sen e Celso Furtado. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 2, n. 2, p. 47-58, 2015.

TIP TOEY JOEY. Disponível em < <http://tiptoeyjoey.com/>>. Acesso em 03/10/2016

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

LIXO ELETRÔNICO: PERCEPÇÃO E EXPANSÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A PRODUÇÃO E SUA REUTILIZAÇÃO OU DESCARTE DE FORMA APROPRIADA

*ELECTRONIC WASTE: PERCEPTION AND KNOWLEDGE OF THE EXPANSION OF
PRODUCTION AND REUSE OR ITS PROPER WAY TO DISPOSE.*

Sessão temática: “Produção de Conhecimento e Desenvolvimento”.

SILVA, Alessandro Rodrigues da
Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF)
Graduação em Ciência da Computação pela Universidade de Franca (UNIFRAN).
Especialização em redes de Computadores pela Universidade Federal de São Carlos
(UFSCAR). Mestrando em Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário Municipal
de Franca (UNIFACEF).
alessandro@facef.br

PIRES, Daniel Facciolo
Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF)
Graduação em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Uberlândia-MG
(UFU). Mestre em Ciência da Computação pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor
em física Aplicada a Medicina e Biologia pela Universidade de São Paulo (USP).
daniel@facef.br

Resumo

O avanço da tecnologia e o aumento do consumo dos equipamentos eletrônicos como celulares, computadores, notebooks, entre outros, que em pouco tempo se tornam obsoletos, acarretam um crescimento na produção de lixo eletrônico, surgindo, assim, uma preocupação com a reutilização e/ou descarte de forma correta, para tentar minimizar o impacto no meio ambiente. Este trabalho tem como objetivo trazer a percepção e contribuir para a expansão do conhecimento sobre a produção de lixo eletrônico e a sua reutilização ou descarte de forma apropriada. De modo a atingir estes objetivos, optou-se pelo método qualitativo. O levantamento dos dados foi feito pela pesquisa de natureza exploratória-bibliográfica e exploratória-documental. Como resultados, foram encontradas ações no Japão, em grandes multinacionais e até do poder público com a criação de leis e coleta do lixo eletrônico. As conclusões retiradas deste trabalho foram que, apesar da grande quantidade de lixo eletrônico produzido em todo o planeta, é possível evitar que dispositivos eletrônicos sejam descartados de qualquer modo, inclusive obtendo benefícios com o lixo descartado, como a geração de novos empregos.

Palavras-chave: lixo eletrônico, e-lixo, sustentabilidade.

Abstract

The advancement of technology and the increasing consumption of electronic equipment such as mobile phones, computers, notebooks, among others, that soon become obsolete, lead to an increase of the e-waste production, coming thus a concern with its proper reuse and / or disposal, to try to minimize the impact on the environment. This work aims to bring awareness and to contribute to the expansion of knowledge about the production of e-waste and its proper reuse or disposal. To achieve these goals, the qualitative method was chosen. The data collection was done by the exploratory, bibliographical and exploratory nature-documentary method. As a result, stocks were found in Japan, in large multinational companies and even in the government, with the creation of laws and e-waste collection. The conclusions obtained from this study were that, despite the large amount of electronic waste produced across the globe, it's possible to prevent that electronic devices are disposed anyway, also getting benefits with the trash discarded, such as the creation of new jobs.

Keywords: eletronic wast, e-wast, sustainability.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos com o progresso da tecnologia, a vida útil dos equipamentos eletrônicos vem sendo cada vez mais curta, ou seja, em pouco tempo já estarão ultrapassados, obsoletos. Equipamentos como computadores, telefones celulares, impressoras, notebooks e outros equipamentos eletrônicos que já não tem alguma serventia para o seu usuário são descartados em lixos comuns (MARQUES; SILVA, 2014).

As pessoas estão adquirindo bens de consumo em uma velocidade cada vez maior, com a oferta de novos produtos que criam facilidades e melhoram a qualidade de vida do ser humano, mas por outro lado essa mesma oferta que cria facilidades também gera problemas com a quantidade de lixo que cresce proporcionalmente ao consumo de novos produtos (CELISNKI; CERUTTI; IELO; CELINSKI; CERUTTI, 2013).

No ano de 2014 foram produzidos no mundo cerca de 42 milhões de toneladas de lixo eletrônico, sendo que deste total, 1,4 milhão foi produzido somente pelo Brasil. O problema da produção de lixo eletrônico é muito pior nos países em desenvolvimento, pois, em sua maioria, não possuem estruturas e/ou recursos para manipular esses materiais. Um estudo sobre a gestão do lixo eletrônico foi realizado pela ONU (Organização das Nações Unidas), em alguns países da América Latina, dentre eles, o Brasil. Deste estudo foi criado o documento "Gestão Sustentável de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e eletrônicos da América Latina", o qual demonstra que o Brasil é um grande produtor de aparelhos eletrônicos, perdendo a liderança apenas para os Estados Unidos (ONU, 2015).

De acordo com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), existe uma grande preocupação com a utilização de produtos químicos perigosos e também em encontrar uma solução para a enxurrada de lixo eletrônico descartado que se acumula por todo o planeta. Esse programa ressalta também que é preciso lidar com os elementos encontrados em equipamentos eletrônicos, pois a quantidade de minerais que se encontram em celulares, computadores e outros aparelhos ultrapassam muitas vezes a

quantidade existente em jazidas subterrâneas e muitos deles possuem grandes quantidades de substâncias prejudiciais ao meio ambiente e ao homem (ONU, 2016).

Assim, este trabalho tem por objetivo contribuir para a expansão do conhecimento sobre a produção de lixo eletrônico além de alertar para a sua correta reutilização ou descarte de forma apropriada.

Para realização deste artigo optou-se pelo método qualitativo. O levantamento dos dados foi feito pela pesquisa de natureza exploratória-bibliográfica e exploratória-documental.

Este trabalho se divide em cinco seções. A primeira seção abrange a introdução. Na segunda seção, encontra-se o referencial teórico, onde estão as considerações sobre lixo-eletrônico e sobre sustentabilidade. A terceira seção apresenta a metodologia adotada que no caso deste artigo foi qualitativa; Na quarta seção, são mostrados os resultados e discussões. Finalmente a quinta seção mostra os estudos e as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Lixo eletrônico, ou e-lixo, é um acúmulo de aparelhos eletro/eletrônicos que deixam de ser úteis, por estar com defeito ou obsoletos. Esses aparelhos podem ser de pequeno, médio ou grande porte como: celular, baterias, estabilizadores, fontes de energia, hds externos, *mouses*, *pen-drive*, roteadores, modems, *tablets*, teclados, aparelhos telefônicos, computadores, impressoras, monitores, notebooks, *no-breaks*, televisores, aparelhos de som, aparelhos de vídeos entre outros (UESC, 2010).

O site “e-wast” traz o conceito de lixo eletrônico como equipamentos que utilizam eletricidade, ou seja, que contenham componentes elétricos, como por exemplo: computadores, celulares, geladeiras, máquinas de lavar, televisores, rádios entre outros, velhos ou no final de vida, que são descartados por seus usuários (E-WAST, 2008).

Com estes conceitos, conclui-se que lixo eletrônico ou e-lixo é todo material que contenha componentes eletrônicos e que já não tem mais serventia, por estar obsoleto ou por estar danificado e, que está acumulado em algum canto ou que será descartado de alguma forma pelo seu proprietário.

O conceito de sustentabilidade, do ponto de vista econômico, comporta uma divisão bem clara: sustentabilidade fraca, ligada à economia ambiental neoclássica, e sustentabilidade forte, ligada a economia ecológica. Nessa perspectiva, entende-se que a sustentabilidade envolve, em alguma medida, um grau de conservação do capital natural, finito e frágil (FARIA, CAVALCANTI-BANDOS, 2015 apud MUELLER, 2005).

Em sua percepção, Dias (2015) define o termo sustentabilidade como ações e procedimentos feitos pelo ser humano na intenção de satisfazer as suas necessidades econômicas e materiais, sem danificar o meio ambiente, de forma eficiente, preocupando-se com o bem estar das próximas gerações.

Os dois de sustentabilidade preocupam-se com a utilização dos materiais encontrados no meio ambiente de forma a minimizar o impacto no meio ambiente, ou seja, utilizar estes recursos de forma consciente para que não haja um impacto muito grande nas próximas gerações.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização deste artigo optou-se pelo método qualitativo. O levantamento dos dados foi feito pela pesquisa de natureza exploratória-bibliográfica e exploratória-documental.

O método qualitativo é o mais recomendado de se utilizar quando envolve questões complexas, interpretativas. Este tipo de pesquisa permite ter uma visão mais ampla de um cenário. A análise documental é um procedimento ou um conjunto de procedimentos com a intenção de reproduzir o conteúdo de um documento de forma diferente da original, porém, sem alterar o seu teor, ou seja, sua finalidade é dar forma adequada e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação (BARDIN, 2004).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Preocupados com a quantidade de lixo eletrônico produzidos no país e com a destinação destes materiais, autoridades japonesas já anunciaram que produzirão todas as medalhas dos Jogos Olímpicos de 2020 a partir da reciclagem de metais preciosos encontrados no lixo eletrônico do Japão. O ouro e a prata recuperados de aparelhos descartados no país equivalem, respectivamente, a 16% e 22% de todas as reservas do mundo (ONU, 2016).

A multinacional Dell computadores, empresa com grande atuação na área de solução em tecnologias, junto com a ONUDI (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial), selaram um acordo onde trabalharão auxiliando para que sejam identificados os modelos mais apropriados para a realização de uma solução sustentável para a gestão do lixo eletrônico. Esse acordo tem como objetivo criar uma consciência, promover a capacitação, proporcionar um compartilhamento de conhecimentos, motivar ações que trabalhem no intuito de assegurar o gerenciamento sustentável do lixo eletrônico nos países da África, Ásia e América Latina, que serão os responsáveis pela maioria dos produtos eletrônicos descartados em 2016. Ademais, demonstram que esses mesmos países, em um prazo de 15 anos, devem descartar o dobro de eletrônicos em relação às regiões desenvolvidas. A grande preocupação é a criação de modelos que também contribua para o desenvolvimento industrial e da economia através da criação de uma rede de coleta viável. No acordo foi criado um compromisso entre as duas organizações de trabalharem em conjunto por um período de cinco anos, com a opção de prolongar a parceria (ONU 2014).

Com o programa “Apple Renew”, a multinacional Apple, empresa que tem uma grande participação no mercado mundial de “*smatphones*”, “*tablets*” e computadores pessoais, desenvolveu um projeto de coleta em todas as lojas da rede. Além dos próprios pontos de reciclagem, conta com outras empresas no mundo todo. Essa iniciativa já recolheu mais de 270 mil toneladas de equipamentos eletrônicos, evitando que fossem descartados de forma irregular (APPLE, 2016).

No intuito de ajudar as pessoas ou empresas que queiram montar uma Empresa de Reciclagem de Lixo Eletrônico, o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) disponibiliza gratuitamente uma cartilha de “ideias de negócios” com o título “Como montar um serviço de reciclagem de lixo eletrônico”. Nela contém as exigências legais, equipamentos e até planilha de custos (SEBRAE, 2016).

Em 2010 entrou em vigor no Brasil a “Política Nacional de Resíduos Sólidos”, Lei nº. 12.305/2010. Essa lei compartilha a responsabilidade entre as esferas do setor público, fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes e os consumidores, no ciclo de vida dos produtos e no descarte correto do lixo sólido. Ademais, há previsão legal para que as empresas que produzem materiais perigosos ao meio ambiente sejam as responsáveis pela coleta, ou pela criação de pontos disponíveis aos consumidores, para o descarte correto, denominada de responsabilidade da política reversa.

Tendo um trabalho de conclusão de curso como ponto de partida, a Unigranrio (Universidade do Grande Rio), situada no município de Majé, Rio de Janeiro, criou um Eco ponto destinado a coleta de materiais eletrônicos com containers individualizados. O projeto teve como objetivo incorporar uma política de sensibilização e uma cultura de preocupação no destino de produtos tecnológicos ao final de sua vida útil na sociedade majeense. Depois de recolhido o lixo eletrônico é encaminhado para uma empresa especializada na coleta deste tipo de produto. Para a realização deste projeto, os containers eram colocados em local onde todos passassem diariamente, por isso foi escolhido o pátio da Universidade como o local para a instalação do Eco ponto (SANTOS, DIAS, SANTOS, SILVA, 2014).

Na cidade de Franca a partir de maio de 2015, passou a ser oferecido diariamente pela Prefeitura Municipal, um serviço que possibilita o recolhimento de entulhos de moradores em qualquer ponto da cidade. Para que seja executado é necessário que o cidadão entre em contato com a Secretaria de Serviços e Meio Ambiente que agendará um horário para a retirada do material. Além deste serviço existe também o programa “Cidade Limpa” que todo final de mês, em forma de mutirão de caminhões, retira todo tipo de entulho e lixo que não é recolhido pela coleta de lixo comum (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa mostrou que apesar da grande quantidade de lixo eletrônico produzidos em todo o planeta, é possível evitar, através de iniciativas de todas as esferas do governo federal, estadual e municipal, de empresas, organizações não governamentais e cidadãos, que dispositivos eletrônicos sejam descartados de qualquer modo, em locais inapropriados. Foi constatado que por parte dos órgãos públicos existem leis e projetos que preocupam com o ciclo de vida destes materiais, no âmbito nacional existem leis que regem sobre os resíduos sólidos, desde a sua fabricação até o seu descarte de forma correto. A cidade de Franca se destaca com projetos como o programa “Cidade Limpa” que garantem a coleta, o tratamento e o descarte de forma adequada a todo tipo de resíduos sólidos e incluídos nestes resíduos estão os lixos eletrônicos. Entre as organizações não governamentais a ONU se destaca por vários trabalhos e alguns junto com empresas multinacionais com o intuito de criar cartilhas que ensinam a reutilizar e/ou descartar de forma correta estes materiais. Esse tipo de iniciativa conta também com várias outras empresas do setor de tecnologia que criaram locais de coletas de materiais eletro/eletrônicos que já não possuem mais serventia e assim não serão descartados em lixos comuns. O trabalho de coleta de lixo eletrônico tem o intuito de evitar um grande impacto ambiental, além de criar um impacto social gerando emprego às pessoas que trabalham na coleta e separação destes.

REFERÊNCIAS

APPLE. **Reutilização e reciclagem.** 2016. Disponível em: <<http://www.apple.com/br/environment/resources/>>. Acesso em 3 out. 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luiz A. Reto. Lisboa: Edições Lisboa, 2004.

CELISNKI, Tatiana montes; CERUTTI, Diolete Marcante Lati; IELO, Frederico Guilherme de Paula Ferreira; CELINSKI, Victor George; CERUTTI, Idomar Augusto. **Gestão do Lixo Eletrônico: Desafios e oportunidades.** 2013. Disponível em: <<http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2013/I-015.pdf>>. Acesso em 19 set. 2016.

E-WAST. **e-Waste Definition.** 2008. Disponível em:< <http://ewasteguide.info/node/201>>. Acesso em 04 out. 2016.

DIAS, Reinaldo. **Sustentabilidade - origem e fundamentos; educação e governança global; modelo de desenvolvimento.** Atlas. 2015.

FARIA, Gilberto Florêncio; CAVALCANTI-BANDOS, Melissa Franchinni. **Sustentabilidade Como um Conceito Sistêmico: A Contribuição de Kenneth boulding.** 2015. Revista FACEF Pesquisa v. 18, n. 3.

MARQUES, Célio Gonçalo; SILVA, Vasco Gestosa da. **EWASTEU Programme: proposals to minimise the problem of e-waste.** 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.21/4030>>. Acesso em 19 set. 2016.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Brasil produziu 1,4 milhão de toneladas de resíduos eletrônicos em 2014, afirma novo relatório da ONU.** 2015. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/brasil-produziu-14-milhao-de-toneladas-de-residuos-eletronicos-em-2014-afirma-novo-relatorio-da-onu/>>. Acesso em 19 set. 2016.

ONU, Organização das Nações Unidas. **PNUMA alerta sobre risco do lixo eletrônico e uso indiscriminado de produtos químicos.** 2015. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/pnuma-alerta-sobre-risco-do-lixo-eletronico-e-uso-indiscriminado-de-produtos-quimicos/>>. Acesso em 19 set. 2016.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Medalhas da Tóquio 2020 serão feitas com ouro e prata de lixo eletrônico.** 2016. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/medalhas-da-toquio-2020-serao-feitas-com-ouro-e-prata-de-lixo-eletronico/>>. Acesso em 19 set. 2016.

ONU, Organização das Nações Unidas. **ONUDI e Dell se unem para implementar solução sustentável para descarte de lixo eletrônico.** 2014. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/onudi-e-dell-se-unem-para-implementar-solucao-sustentavel-para-descarte-de-lixo-eletronico/>>. Acesso em 19 set. 2016.

PLANALTO. **Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010: Política Nacional de Resíduos Sólidos**. 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acessado em 20 set 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, **Prefeitura cria serviço de recolha diária de entulhos**, 2015, Disponível em: < <http://www.franca.sp.gov.br/portal/noticias/servicos-meio-ambiente/2015-05-27-19-39-18.html>>. Acessado em 20 set 2016.

SANTOS, Daniel Teotônio; DIAS, Glória Maria; SANTOS, Rubens Paulo de Almeida; SILVA, Uellington Bruno da; DE PAULA, **Vilson Vieira, ESTRATÉGIAS DE GESTÃO NO DESTINO DO LIXO TECNOLÓGICO: UM CASO DE IMPLANTAÇÃO DE UM ECOPONTO NA UNIGRANRIO**, 2014, Disponível em:< <http://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/estrategias-de-gesto-no-destino-do-lixo-tecnologico-um-caso-de-implantao-de-um-ecoponto-na-unigranrio-9903>>. Acessado em 16 out 2016.

SEBRAE, **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**, 2016, Disponível em: < <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ideias/como-montar-um-servico-de-reciclagem-de-lixo-eletronico,e4397a51b9105410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acessado em 3 out. 2016.

UESC, Universidade do Estado de Santa Catarina. **Departamento de Sistemas de Infomração. Lixo Eletrônico: Conscientizar, Reaproveitar e Reciclar**. 2010. Disponível em: < http://nti.ceavi.udesc.br/e-lixo/index.php?makepage=o_que_e>. Acesso em 19 set. 2016.

UESC, Universidade do Estado de Santa Catarina. **Departamento de Sistemas de Infomração. Lixo Eletrônico: Conscientizar, Reaproveitar e Reciclar**. 2010. Disponível em: < http://nti.ceavi.udesc.br/e-lixo/index.php?makepage=o_que_e>. Acesso em 19 set. 2016.

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA PROBRIG, IBIRACI-MG, PARA
RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES ATRAVÉS DO MÉTODO DE
BOLINHAS DE SEMENTES “SEED BALLS”**

*PEDAGOGICAL PRACTICE OF PROBRIG, IBIRACI-MG, FOR RIPARIAN
FOREST RECOVERY THROUGH METHOD "SEED BALLS"*

Sessão temática: Área 2: Desenvolvimento e Integração Regional/ 2.2 Desenvolvimento
Ambiental/Sustentável

BORELLI, Pamela Cristina
Pós-Graduação Uni-FACEF
Mestranda em Desenvolvimento Regional
pamelaborelli@hotmail.com

BERTELLI, Célio
Pós Uni-FACEF
Prof. Pós-Doutorando/ Capes
bertelliunifacef@hotmail.com

FADEL, Bárbara
Pós-Graduação Uni-FACEF
Coordenadora da Pós-Unifacel, Doutora em História Social pela USP
bafadel@facef.br

Resumo

A preservação do meio ambiente é uma questão que tem tomado grande popularidade nos últimos tempos devido a percepção de que a natureza não será capaz de suportar nosso meio de vida. Existe então a necessidade de mudar o paradigma de que a tecnologia por si só será capaz de reverter o processo de uso predatório do meio ambiente. Programas de Educação Ambiental se mostram essenciais no desenvolvimento sustentável e uso racional dos recursos naturais e na busca pela participação ativa das pessoas na preservação e conservação do meio ambiente. O objetivo do projeto é promover a sensibilização dos alunos sobre questões que envolvem o meio ambiente, buscando participação ativa na elaboração do reflorestamento em área de preservação através da montagem de bolas de sementes pelo método de Masanobu Fukuoka. O referencial teórico foi baseada no discurso de Gadotti (2005), Jacobi (2003) e Fukuoka (1985,1975). O projeto envolveu seis escolas do município de Ibiraci-MG, cerca de 400 alunos do Ensino Fundamental ao Médio e teve parceria com todos os setores da Prefeitura, Educação, Meio Ambiente e Saúde.

Palavras-chaves: Educação Ambiental, Bolas de Sementes, Reflorestamento.

Abstract

Preservation of the environment is an issue that has taken great popularity in recent times due to the perception that nature will not be able to support our way of life. Then,

there is a necessity to change the paradigm that technology alone will be able to reverse the predatory use of the process environment. Environmental Education programs are shown essential to sustainable development and rational use of natural resources and the search for active participation of people in the preservation and conservation of the environment. The project's object is to promote the awareness of students on issues involving the environment, seeking active participation in the development of reforestation in conservation area by mounting seed balls by Masanobu Fukuoka method. The theoretical framework was based on discourse of Gadotti (2005), Jacobi (2003) and Fukuoka (1985.1975). The project involved six schools in the city of Ibiraci-MG, about 400 elementary and high school students and had partnership with all sectors of the Municipality, Education, Environment and Health.

Keywords: Environmental Education, Seed Balls, Reforestation.

1 INTRODUÇÃO

A preservação do meio ambiente é uma questão que tem tomado grande popularidade nos últimos tempos devido a percepção de que a natureza não será capaz de suportar nosso meio de vida. Existe então a necessidade de mudar o paradigma de que a tecnologia por si só será capaz de reverter o processo de uso predatório do meio ambiente. Programas que levam em consideração a Educação Ambiental se mostram essenciais no desenvolvimento sustentável e uso racional dos recursos naturais, pois uma das atribuições da educação é promover participação ativa e sensibilização a cerca dos temas na qual se aborda. Criar um novo conceito em relação a forma como captamos os recursos fundamentais para a manutenção do nosso padrão de consumo é um meio de garantir qualidade de vida não só as gerações atuais, mas também garantir que as futuras gerações poderão usufruir da natureza e manter seu padrão de vida. Então a questão é justamente como produzir meios de promover atitudes ecologicamente saudáveis em uma sociedade com modelo econômico capitalista? Como promover uma mudança significativa no padrão de consumo, pois embora tenhamos a consciência de que estamos esgotando o planeta, e que a vida humana está interligada com o futuro da natureza, pouca coisa ainda foi realizada. Meios tecnológicos existem, porém o que fica claro é que os danos causados no meio ambiente são fruto do consumo e não das técnicas.

A hipótese levantada na pesquisa é de que atividades pedagógicas bem dirigidas, com um grupo multidisciplinar de profissionais de toda a esfera da sociedade são capazes de gerenciar atitudes pró-ativas em jovens e crianças. Assim por meio da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) PROBRIG (Protetores da Bacia do Rio Grande, Ibiraci - MG), a pesquisa terá como base atividades de reflorestamento em áreas de degradadas em Minas Gerais. Serão levantados dados documentais e bibliográficos sobre o projeto pedagógico realizado pela PROBRIG em seis escolas do Município de Ibiraci, Minas Gerais.

Atividades de preservação ambiental têm grande relevância social, pois é capaz de capacitar jovens e crianças para atuarem no próprio meio em que vivem e promover mudança de atitude frente a seus comportamentos em relação ao meio ambiente. É de extrema importância levar as próximas gerações a racionalizarem sobre o destino que elas querem para si, e o futuro que elas deixaram para as gerações posteriores a elas. Antes de tudo, os modelos que elas seguirão serão baseados nas gerações que elas

acompanham, que por último, deixaram como herança cultural para gerações a frente delas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No presente item, são abordados temas referentes a Educação Ambiental e sua importância no processo de formar jovens e crianças capazes de atuar na proteção e conservação do meio ambiente, assim como é tratado o assunto referente ao patrimônio ambiental e cultural de uma comunidade e a proposta de reflorestamento através das bolas de sementes.

Temos talvez pouco mais de 50 anos para decidir se queremos ou não destruir o planeta. Alertas vêm sendo dados há décadas por cientistas e filósofos desde os anos 60, mostrando que precisamos de um novo paradigma que tenha a Terra como fundamento (GADOTTI, 2005). Assim, a cerca do modo como utilizamos os recursos naturais, temos como desafio não somente inventar formas mais eficientes de aproveitar os recursos, mas também como reconstruir o planeta para que nossa existência possa ser sustentada.

Existe a necessidade de reflexão social decorrente a degradação do ambiente e ecossistema. A dimensão ecológica só poderá ser absorvida com a produção do sentido através da educação ambiental, que envolve um conjunto de atores da esfera educativa, tornando a produção do conhecimento sobre meio ambiente um espaço interdisciplinar, interligando pessoas e meio ambiente propondo um novo perfil de desenvolvimento que opte pelo sustentável (JACOBI, 2003), pois, a ideia do desenvolvimento é garantir as necessidades do meio ambiente, que provê ao humano suas demandas. A preocupação com o desenvolvimento sustentável representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades (JACOBI, 2003, p.191). Para isso a educação ambiental aparece como veículo de uma nova percepção da interação entre vida humana, consumo e desenvolvimento.

A ideia de uma sociedade sustentável encontra obstáculos no fato de que ainda existe uma restrição na consciência sobre as implicações do atual modelo de desenvolvimento (JACOBI, 2003). E o caminho a ser desenhado seria maior acesso a informação para estimular a participação ativa da sociedade sobre seu destino. A facilidade de difusão de informações está gerando uma grande revolução na produção, no trabalho, mas principalmente na educação e na formação (GADOTTI, 2005). Por isso, para a construção de novos conceitos sobre utilização dos recursos do meio ambiente conservação e preservação devemos quebrar nossos paradigmas atuais sobre a sociedade, meio ambiente e os processos econômicos, utilizando como ferramenta a informação e a educação.

O termo “sustentabilidade”, associado ao desenvolvimento sofreu um grande desgaste. Enquanto alguns veem somente como rótulo, para outros é apenas uma expressão ilógica, já que sustentabilidade é vista como incompatível com desenvolvimento (GADOTTI, 2005). Desse modo, propõem-se um novo sentido ao termo, que vai além do equívoco do desenvolvimento, mas na busca pelo equilíbrio das atividades humanas, seu modo de vida e a sustentabilidade do planeta.

Gadotti (2005), diz que o tema “sustentabilidade” irá dominar os debates da educação nos próximos anos. Questiona-se se não estaríamos perpetuando uma Ciência de destruição do planeta e dos próprios seres humanos, devemos então ampliar o olhar

sobre nosso planeta e sobre nós mesmo, ter um olhar para a planetariedade, ter a Terra como novo paradigma. E não é possível falar em sustentabilidade sem propor o desenvolvimento humano, que são baseados em indicadores como qualidade de vida, saúde, educação, longevidade, ambiente limpo, espírito comunitário e lazer criativo (GADOTTI, 2005). Esses são indicadores também que nos remete lembrar que o desafio está em satisfazer as necessidades das gerações de hoje sem comprometer as oportunidades das gerações futuras.

Então o grande embate está na luta ecológica em convencer a maioria da população, sobre tudo a mais pobre e vulnerável, de que não se trata somente de despoluir rios e não derrubar árvores para um futuro distante, mas trata-se de propor soluções simultâneas para os problemas sociais e ambientais (GADOTTI, 2005), já que os problemas que afetam o meio ambiente, afetam as pessoas agora, e que interfere no modo como o progresso se dá, no tempo em que as pessoas estão, e que o progresso do momento define o padrão de industrialização e de consumo de uma população.

A educação ambiental deve ser um ato político voltado à transformação social, redução das desigualdades sociais e para a cidadania que tem relação com senso de identidade e pertencimento de uma coletividade (JACOBI, 2003). O indivíduo que se sente acolhido dentro de uma sociedade cria um senso próprio de responsabilidade e consciência, passa a enxergar o todo como seu, e o seu como o todo, torna-o corresponsável pelas atitudes tomadas pela comunidade e a partir daí se sente na responsabilidade de buscar soluções para os problemas que envolvem as pessoas que o rodeia.

A pergunta que se faz é como conciliar crescimento com equidade e sustentabilidade em uma sociedade regida por lucros e acumulação de bens de consumo e não pelas necessidades humanas? (GADOTTI, 2005). O que acaba implicando também uma política de desenvolvimento que não ignore as dimensões culturais nem as relações de poder existentes e tão pouco deixe de reconhecer as limitações ecológicas, pois pode acabar perpetuando o padrão predatório de desenvolvimento (JACOBI, 2003). Coloca-se em questão o crescimento econômico ilimitado e predador da natureza e o modo de produção capitalista. Como consequência desse padrão, houve aumento dos problemas sócio-ambientais, e assim também elevou as críticas ao modelo atual de desenvolvimento, mostrando que para a sociedade de hoje é necessário haver maior consciência ecológica. Embora ainda não houve nenhuma mudança significativa ao comportamento sobre o consumo, consciência ecológica pode ser considerada o primeiro passo para a sustentabilidade, parece termos tomado consciência que o sentido de nossas vidas está interligada ao do planeta (GADOTTI, 2005), fica claro que nosso estilo poluidor não é fruto da técnica mas do modelo econômico. O desenvolvimento sustentável visto de forma crítica tem um fator educativo formidável, já que preservar o meio ambiente depende da consciência ambiental e a consciência ambiental depende da educação (Gadotti, 2005). Nesse meio o processo de formação do cidadão crítico se deve a sensibilização das relações entre o humano e o meio ambiente, passando o conhecimento da subconsciência para atitudes conscientes. Não se aprende a gostar do meio ambiente e a preservá-lo somente lendo os livros, a experiência é o que conta (GADOTTI, 2005). O conhecimento só faz sentido quando há a percepção de uma relação prática de troca, no caso, do ser humano com a natureza.

À educação ambiental cabe o papel transformador do indivíduo perante sua responsabilidade com o desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável chega para ser mais uma ferramenta de mediação para transformações cabíveis para enfrentar a crise ecológica (JACOBI, 2003). Sendo o indivíduo capaz de discernir sobre sua atitude, ele é

capaz de racionalizar sobre sua própria realidade e assim transformá-la. Cabe a educação ambiental meios de proporcionar as pessoas caminhos em que possam enveredar sua consciência e desejo por mais qualidade de vida diante do modelo atual de desenvolvimento.

A ideia de patrimônio está relacionada às lembranças e memórias de uma população de um dado local e sua história no espaço em que vive. Esse vínculo afetivo constrói elos entre o cidadão e sua história, o tornando senhor da própria narrativa. Dá ao sujeito, plenos direitos e deveres, sendo que esse passa a ter maior consciência sobre o espaço onde vive e as influências que ali incide assim o cuidado com o patrimônio reunido por uma população permite sua defesa, soberania e independência (PELEGRINI, 2006). Dar ao sujeito sentido a responsabilidade pelo que lhe é próprio acaba por ser uma forma mais eficiente no processo de preservação, tornando-o sujeito capaz de originar resultados eficazes.

Na Política Nacional de Educação Ambiental (EA) definida pela lei Federal nº 9.795 de 27/04/99, tem como orientação às estratégias de implementação da EA, e é instrumento pelo qual o indivíduo e a coletividade constroem valores, conhecimento, habilidades voltado para a conservação do meio ambiente, assim como o seu uso comum, considerando que é patrimônio de todos e inerente a vida e bem estar (PROBRIG, 2016). Assim, também é atributo da EA, promover a compreensão da complexidade do ambiente junto com seus aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos, de forma a formar cidadãos capazes de atuar e gerar sua própria organização e participação na defesa do meio ambiente.

A consciência da necessidade da preservação sobre esfera ambiental se firmou na década de 80, porém a iniciativa não partiu do Estado, mas veio através da comunidade científica e se propagou por meio das organizações não governamentais, que reivindicavam melhor qualidade de vida. Dessa forma, o patrimônio ambiental se aproxima do humano e adquire dimensões sociais, que se materializa na incorporação dos sentidos adquiridos durante os processos históricos, que lhe atribui perspectivas, e promove a consciência do uso comum e a responsabilidade coletiva pelo espaço (PELEGRINI, 2006).

A PROBRIG (Protetores da Bacia do Rio Grande) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) de cidadãos de Ibiraci-MG, sem fins lucrativo, constituída em 25 de fevereiro de 2004, é de caráter jurídico de direito privado e duração por tempo indeterminado, com sede no município de Ibiraci-MG. Que tem como objetivos priorizar as ações de promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico e ambiental (Estatuto de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público- OSCIP, Art.2º Parag. I). Assim, as estratégias de ação da PROBRIG se concentram em resgatar, recuperar e preservar o Patrimônio Cultural e o Patrimônio Ambiental da nossa região.

O conceito legal do inc. I do art. 3º da Lei 6.938/81 sinaliza o meio ambiente como uma unidade formada por inter-relações entre o homem, a natureza original, a artificial e os bens culturais, de forma interdependente. Portanto, o ambiente é um bem unitário formado também pelo patrimônio cultural em sentido amplo: histórico, artístico, turístico, paisagístico e arquitetônico (Birfield, apud PROBRIG, 2016).

Dessa forma, o conceito meio ambiente tem que ser globalizante, inclusivo e abrangente. Porém está passivo de regulamentação da lei para sua proteção e preservação, já que o meio ambiente é a “casa do homem”, e é feita de vários bens

materiais e imateriais, dentre os quais a cultura é essencial para a manutenção da qualidade de vida e da retenção do conhecimento do indivíduo sobre a própria existência.

A cultura abrange a formação da simbologia humana frente aos seus valores, ideologias e significados, que irão nortear os estilos de vida e a forma como lidam com o uso e a transformação da natureza (PELEGRINI, 2006). Sendo o homem um ser simbólico, ele depende das alegorias projetadas pela cultura embarcadas pelo modo de vida da comunidade.

Dessa forma, como meio de criar uma nova proposta dentro da agricultura, Masanobu Fukuoka (1914-2008) que nasceu em uma pequena vila agrícola na ilha de Shikoku, no sul do Japão, formado em microbiologia, ele começou sua carreira como um cientista do solo especializado em patologia vegetal. Ele teve uma visão na qual percebeu que todas as realizações da civilização humana não fazem sentido diante da natureza (STUDER, 2005). Ele viu que os seres humanos tinham se separado do meio ambiente, tentando controlar a vida de forma inútil, acabaram produzindo ações auto-destrutivas. Deixando seu emprego como cientista, e voltou para a fazenda de sua família na ilha de Shikoku no sul do Japão e começou a cultivar *mikans* orgânicos (*Citrusunshiu* é uma fruta cítrica, sem sementes, originário do Japão) (STUDER, 2005). Daquele ponto em diante, dedicou sua vida ao desenvolvimento de um sistema de agricultura única, em pequena escala e orgânico, que não requer capina, pesticidas ou fertilizantes, ou lavra.

O trabalho de Fukuoka na Ciência Agrícola Ocidental andava em paralelo ao movimento de Agricultura Orgânica na década de 1940 na Europa e os EUA. No entanto, o próprio Fukuoka acreditava que ele estava indo um pouco mais longe do que o conceito de agricultura orgânica. Sua obra conhecida como *The One-Straw Revolution* (1975) descreve tanto a jornada de sua vida e as técnicas de pequena escala da agricultura biológica que ele desenvolveu.

Em seu outro livro *The Natural Way of Farming: The Theory and Practice of Green Philosophy* (1985) ele diz que a Ciência Natural passou adotar um ponto de vista mais materialista, onde o homem utiliza o conhecimento se colocando contra a natureza. E embora a humanidade tenha um grande conhecimento sobre técnicas e metodologias, esta não está em condição de conhecer a natureza.

A agricultura surgiu a partir da observação das plantas e como elas crescem, então, o homem passou a acreditar que poderia controlar o meio ambiente. Em seus esforços em entender a natureza o homem a dissecou em pequenos pedaços, assim com certeza ele conseguiu aprender bastante sobre ela, com um exame profundo das partes, porém sem suas relações, então o que ele acabou examinando não foi a natureza, somente parte dela (STUDER, 2005). A natureza é um ser vivo orgânico que não pode ser dividida e subdividida. Quando o homem diz que ele é capaz de conhecer o meio ambiente significa, apenas, que ele conhece da natureza o que ele é capaz de entender, porque na verdade para "conhecer" significa compreender a verdadeira essência.

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A presente pesquisa tem abordagem qualitativa que depende de inúmeros fatores como natureza dos dados coletados, extensão da amostra e instrumentos de pesquisa, sendo uma sequência de atividade para elaboração de um relatório final sobre o universo pesquisado elucidando o perfil da comunidade (GIL, 2002). Quanto a natureza a presente pesquisa tem natureza básica descritiva, que visa expor as características sobre determinada população ou fenômeno e suas associações (GIL, 2002). Os procedimentos

utilizados foram o levantamento bibliográfico, que é de extrema importância para proporcionar reflexão crítica acerca do assunto estudado, identificando formas de abordagens e teorias importantes capaz de fundamentar a pesquisa (GIL, 2002), assim como foi utilizada a pesquisa documental, que complementa o estudo através de materiais e dados oferecidos pela PROBRIG (Oscip- Protetores da Bacia do Rio Grande) e dados buscados na internet.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após atividades elucidativas sobre a dinâmica vegetal e reflorestamento, presente projeto visou envolver alunos de escolas públicas na montagem das bolas de sementes, e sua dispersão em uma área de recuperação ambiental.



Figura 1- José Limonte Júnior, coordenador da PROBRIG, a direita, em atividade elucidativa para alunos de Ensino Fundamental, e a esquerda para alunos de Ensino Médio.

Foi realizada uma pesquisa inicial, a fim de identificar as plantas que serão semeadas. Para a produção das bolas de semente foi feito um composto de terra, esterco, argila e sementes nas proporções:

- 01 porção de múltiplas sementes secas;
- 03 porções de adubo orgânico (fertilizante natural a base de vegetais);
- 05 porções de argila (terra) vermelha ou marrom;(evitou-se argila cinzenta geralmente usadas para confecção de tijolos, telhas)
- 01 a 02 porções de água.



Figura 2- José Limonte Júnior, coordenador da PROBRIG, a esquerda, medindo a proporção de ingredientes, a direita, mostrando as sementes utilizadas.

Depois do composto misturado, as esferas de sementes foram modeladas pelos alunos foram colocadas em uma área seca e arejada por pelo menos uma semana, para que a argila adquirisse consistência firme e não se rompesse antes do tempo previsto em campo desprotegendo a semente.



Figura 3- Alunos do Ensino Fundamental confeccionando as bolas de sementes.

As escolas envolvidas foram: “Vereador José Vilhena”, Escola Municipal “Tio Ângelo”, Escola Municipal “José de Ulhoa Carvalho”, Escola Estadual de Ibiraci e Grupo Estadual “Dr. Antônio Carlos”, em um total de 400 alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio. O projeto é uma proposta para a comemoração do “Dia da Árvore” no dia 21 de Setembro e foi realizado nos anos de 2013 até 2016, foi elaborada como forma de executar uma participação concreta dos alunos para a preservação do meio ambiente.



Figura 4- Alunos do Ensino Fundamental com as bolas de sementes prontas para dispersão

A confecção das bolas de sementes (seed-balls), projeto do agrônomo japonês Masanobu Fukuoka, que é empregado em mais de 20 países como estratégia de reflorestamento (STUDER, 2005), foi executado mais uma vez com sucesso, mostrando que é uma atividade que os alunos gostam e se envolvem. A ideia foi simples e didática: foram produzidas bolinhas com argila, esterco e sementes de plantas nativas, em seguida dispersadas na natureza, especialmente em locais reservados e destinados a recomposição vegetal.

Depois de confeccionadas os alunos foram levados a áreas escolhidas previamente, as esferas de sementes foram distribuídas entre os alunos e espalhadas naturalmente na superfície do terreno.

A intenção do projeto foi promover a sensibilização dos alunos sobre questões que envolvem o meio ambiente, buscando participação ativa na elaboração do reflorestamento e a preservação de áreas de conservação ambiental buscando promover o ensino-

aprendizagem. O resultado se mostrou satisfatória, já que houve o envolvimento dos alunos, que mostraram estar abarcados com a atividade de promoção da cidadania e proteção do meio ambiente.



Figura 5- A direita, alunos dispersando as bolas de sementes em área de recuperação, e a esquerda aluna com bola de semente já germinando.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto visou envolver alunos de escolas públicas na montagem das bolas de sementes segundo o método de Masanobu Fukuoka, e sua dispersão em áreas de recuperação ambiental. Foi um resultado gratificante, principalmente para a comemoração de uma data que existe na área do meio ambiente. O projeto que envolveu 6 escolas do município, cerca de 400 alunos (do Ensino Fundamental ao Médio) e teve parceria com todos os setores da Prefeitura solicitados (Educação, Meio Ambiente, Saúde, etc), escolas estaduais e municipais, como também com o apoio de profissionais de todas as áreas: motoristas, professores, etc. Existe a certeza de que muitas sementes estarão germinando a partir de agora, nas matas e nas mentes de cada pequeno cidadão que tenha participado desse projeto de reflorestamento e sensibilização ambiental, mostrando que práticas pedagógicas são um ótimo meio de incentivar a cidadania ativa em jovens.

REFERÊNCIAS

GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da terra e cultura de sustentabilidade*. Revista Lusófona de Educação, 2005, 6, 15-29.

JACOBI, Pedro. *Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade*. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003

STUDER, Paola Mariela, *Agricultura Natural Masanobu Fukuoka: Agroecología Y Gestión De Ambientes Rurales*, 2005.

FUKUOKA, Masanobu. *The Natural Way of Farming The Theory and Practice Of Green Philosophy*. Japan Publications, Inc., 1985.

FUKUOKA, Masanobu. *The One-Straw Revolution, An Introduction to Natural Farming*. Japan Publications, INC., 1975



PROTETORES DA BACIA DO RIO GRANDE, <<http://www.probrig.com/>>, acesso em 13/09/2016.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental*, Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 115-140 – 2006.

GIL, Antonio Carlos. *Como Elaborar Projeto de Pesquisa*, São Paulo, ED. Atlas S.A. 2002.

**RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES E A ADOÇÃO DE
PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA***SOCIAL RESPONSIBILITY IN ORGANIZATIONS AND THE ADOPTION OF
CORPORATE GOVERNANCE PRACTICES*

Sessão temática: Área 2: Desenvolvimento e Integração Regional
Subárea: Gestão Organizacional e Empreendedorismo

CORREA, Daniel Zamboni
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Mestrando em Desenvolvimento Regional
daniel@brinveste.com

GUERRA, José Alfredo de Pádua
Centro Universitário Municipal de Franca Uni-FACEF
Docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional – Uni-FACEF
josealfredopaduaguerra@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir se há vantagem, até mesmo econômica, para corporações que exerçam responsabilidade social ou adiram às práticas de governança. Para a elaboração deste trabalho utilizou-se como referencial teórico as seguintes produções: Clark, Feiner e Viehs (2014), Srour (1998), Robbins (2005), Fischer (2006), entre outros autores. As concepções acerca de governança foram abordadas principalmente por Andrade e Rossetti (2006), enquanto que os resultados positivos do ponto de vista econômico estão baseados, sobretudo, a partir dos estudos de Lourenço e Schöder (2003). O procedimento metodológico empregado é bibliográfico qualitativo, uma vez que houve pesquisa descritiva dos autores ligados às áreas estudadas. É crescente a exigência da comunidade e do mercado para que as organizações prestem contas não somente aos acionistas majoritários, mas também aos demais stakeholders. Neste trabalho procurou-se demonstrar os benefícios, especialmente financeiros, advindos tanto da adoção de uma postura socialmente responsável como de boas práticas de governança corporativa, destacando estudos na área.

Palavras-chave: responsabilidade social empresarial; governança corporativa; responsabilidade social corporativa; ética nos negócios; stakeholders.

Abstract

The purpose of this article is to discuss whether there are advantages, even economic, for corporations engaged in social responsibility or acceded to the governance practices. For the preparation of this work it was used as theoretical reference the

following productions: Clark, Feiner and Viehs (2014), Srour (1998), Robbins (2005), Fischer (2006), among other authors. The conceptions of governance were mostly addressed by Andrade and Rossetti (2006), while the positive results from the economic point of view are based, above all, from studies of Lourenço and Schöder (2003). The methodological procedure used is bibliographic qualitative, since there was a descriptive research of authors linked to the studied areas. There is a growing demand of the community and the market for organizations to report not only to the major shareholders, but also to other stakeholders. This work sought to demonstrate the benefits, especially financial, arising both from a socially responsible attitude and good corporate governance practices, highlighting studies in the area.

Keywords: corporate social responsibility; corporate governance; business ethics; stakeholders.

1. INTRODUÇÃO

Durante a década de 1990, fortaleceu-se o pensamento de que as corporações não poderiam mais atuar como se fossem entidades economicamente isoladas, desconectadas dos interesses da sociedade. É crescente a exigência da comunidade e do mercado para que as organizações prestem contas não somente aos acionistas majoritários, mas também aos demais stakeholders. Sobretudo após casos de escândalos corporativos, revelou-se a necessidade de padrões mais altos e princípios mais claros na condução dos negócios, pois os resultados podem ser desastrosos para todos os envolvidos.

Quando uma organização incorpora a responsabilidade social em seu cotidiano, ela se permite exercer um papel público na construção da própria sociedade onde está inserida. O que é bom para a organização, deveria ser bom para o todo. Assim, companhias têm cogitado esse caminho objetivando consolidar a credibilidade. Simultaneamente, condições estão sendo criadas para que instituições se engajem na adesão às regras de governança corporativa, pois tal diretriz contribui para o requisitado envolvimento dos stakeholders. Do mesmo modo, a aceitação de práticas favorece a transparência por meio da prestação de contas.

Tanto a responsabilidade social empresarial como a governança corporativa, quando exercidas, são capazes de gerarem lucros sociais e econômicos. Ainda que a princípio pareça custoso adotá-las, pesquisas indicam que no longo prazo há ganhos financeiramente quantificáveis aos acionistas. Desta forma, ambas as posturas começam a fazer sentido para todas as partes interessadas.

O objetivo geral do presente artigo é verificar se há vantagem, até mesmo econômica, para corporações que exerçam responsabilidade social ou adiram às práticas de governança.

O estudo utilizou a metodologia de pesquisa bibliográfica qualitativa, uma vez que foram estudados livros, artigos, assim como diversas pesquisas de autores ligados às áreas estudadas. Da mesma maneira, trata-se de uma pesquisa descritiva por expor as características da responsabilidade e governança corporativa e demonstrar se a adoção de tais práticas afeta os resultados operacionais das organizações.

Além da introdução e da metodologia, este trabalho aborda no item 1 o contexto temporal da ética nos negócios, em seguida, argumenta a respeito do incentivo que as organizações possuem para agirem conforme as leis, levando em consideração os stakeholders. No item 2, o conceito de responsabilidade social corporativa é apresentado. O item 3 define governança corporativa, expõe os conflitos que a originam e descreve acerca da importância de equilibrar interesses. O item 4 discorre sobre os benefícios advindos tanto da adoção de uma postura socialmente responsável como de boas práticas de governança corporativa, destacando estudos na área.

2. RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Uma corporação não se resume exclusivamente a seu capital, ela se relaciona com os diversos públicos, atuando em um ambiente amplo. O Instituto Ethos define responsabilidade social corporativa como: “(...) a atitude ética da empresa em todas as suas atividades. Diz respeito às interações da empresa com funcionários, fornecedores, clientes, acionistas, governo, concorrentes, meio ambiente e comunidade” (GRAJEW, 2001).

Igualmente, Daft relaciona o conceito aos stakeholders, definindo-a como: “(...) a obrigação da administração de tomar decisões e ações que irão contribuir para o bem-estar e os interesses da sociedade e da organização” (DAFT, 1999, p. 88).

Por outro lado, o laureado com o prêmio Nobel Milton Friedman afirma: “Há uma, e apenas uma, responsabilidade social das empresas: usar seus recursos e sua energia em atividades destinadas a aumentar seus lucros, contanto que obedeçam as regras do jogo” (FRIEDMAN, 1970, p. 23). De fato, como seria demonstrado por Carrol em seu modelo piramidal, sem lucros não há como uma corporação exercer nenhum tipo de responsabilidade social que vá além do pagamento de salários e impostos. Resultados operacionais positivos são necessários para a sobrevivência de qualquer instituição, somente com a presença de superávits terão direito a cogitar determinadas ações sociais de maneira voluntária.

Embora Friedman tenha razão quando a importância de se cumprir a mais básica responsabilidade social de uma empresa, isto é, obtenção de lucros, há de se admitir a existência de uma ampla gama de exigências sociais que recaem sobre as corporações e vão além do que é meramente obrigatório. Sroul apresenta alguns exemplos:

relação de parceria entre os clientes e os fornecedores; produção com qualidade ou adequação ao uso com plena satisfação dos usuários; contribuições para o desenvolvimento da comunidade; investimentos em pesquisa tecnológica; conservação do meio ambiente através de intervenções não predatórias; participação dos trabalhadores nos resultados e até nas decisões das empresas; respeito aos direitos dos cidadãos; não discriminação dos gêneros, raças, idades, etnias, religiões, ocupações, preferências sexuais; investimento em segurança do trabalho e em desenvolvimento profissional (SROUR, 1998, p. 294).

Carroll desenvolve o modelo piramidal no qual elenca quatro níveis de responsabilidade social corporativa, a responsabilidade econômica, a legal, a ética e a discricionária, conforme figura abaixo. A soma de todos os tipos equivale à total responsabilidade social que uma companhia pode apresentar, de modo que Maignan, ao

observar a pirâmide de Carroll, sugere a definição de cidadania empresarial para as organizações que cumprem todos os níveis (Maignan, 1999).



Fonte: CARROLL, Archie B., A Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate Performance. *Academy of Management Review*. v. 4, p. 497-505, 1979.

Em vista dessas cobranças enfrentadas pelas empresas, mesmo que haja códigos internos de boas práticas de governança corporativa, ou que esteja clara a conduta moral esperada por parte do público, ainda assim as corporações correm o risco de cederem a vantagens indevidas. Srouf continua escrevendo que sem contrapartes ativas, o raciocínio da maximização do lucro a qualquer custo se sobreporá ao comportamento socialmente responsável.

Ainda concernente ao tema da responsabilidade social corporativa, a autora Fisher afirma que o conceito por enquanto permanece impreciso, não muito bem definido. No entanto, reconhece que a importância e o interesse pelo assunto têm crescido rapidamente. Alguns fatores impulsionam os desdobramentos na área. Apontam-se os problemas sociais como barreiras que impedem a modernização do sistema produtivo, a autora cita a pobreza como um dos exemplos desses problemas. Outro fator que tem motivado mudanças de atitudes das empresas é a necessidade de equilíbrio na relação de poder existente com os stakeholders. Finalmente, é possível perceber que as

organizações atualmente têm destinado um cuidado maior na divulgação das ações sociais que são realizadas (FISCHER, 2006).

As preocupações relativas à responsabilidade social empresarial se intensificaram na década de 1980, quando a noção da sustentabilidade surgiu. Conforme definida pela ONU, sustentabilidade é “atender as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991). Em outras palavras, garantir tanto o futuro das organizações como da comunidade, através de uma relação harmônica, na qual os ganhos sejam mútuos.

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Durante a década de 1980 percebeu-se a necessidade de regras mais claras que pudessem orientar a relação entre propriedade e gestão, visto que conflitos de interesses entre proprietários e gestores estavam sendo evidenciados. Além disso, cresciam as reivindicações de acionistas minoritários contra majoritários. Surgiu-se então a governança corporativa, definida por Shleifer e Vishny como: “o campo da administração que trata do conjunto de relações entre a direção das empresas, seus conselhos de administração, seus acionistas e outras partes interessadas” (SHLEIFER e VISHNY, 1997, p. 2).

Para Cadbury, ela “é expressa por um sistema de valores que rege as organizações, em sua rede de relações internas e externas” (CADBURY, 1999, p. 1). Desta maneira, o conceito relaciona-se intimamente com a responsabilidade social corporativa por despertar nas organizações a seriedade do tratamento equilibrado para com as contrapartes. Nesse sentido, Williamson escreve: “A governança corporativa trata de justiça, da transparência e da responsabilidade das empresas no trato de questões que envolvem os interesses do negócio e os da sociedade como um todo” (WILLIAMSON, 1996).

Posteriormente, na década de 1990 e 2000, muitas instituições começaram a aderir voluntariamente às melhores práticas de governança corporativa estabelecidas nos marcos regulatórios ao redor do mundo.

Os escritores Andrade e Rossetti explicam que os conflitos de agência⁴ ocorrem quando os interesses dos acionistas e gestores não estão perfeitamente alinhados. A separação entre propriedade e gestão potencializa a tomada de decisões por parte dos administradores que sejam contrárias à vontade dos proprietários (ANDRADE e ROSSETTI, 2006). Igualmente, é possível que haja conflitos entre os acionistas majoritários e os minoritários. A concentração de ações em um mercado de fraca governança corporativa favorece o abuso dos majoritários, prejudicando os diretos e a patrimônio dos outros acionistas.

Os interesses desalinhados podem ser minimizados pela adoção das práticas de governança corporativa. Institutos e marcos regulatórios foram criados ao redor do mundo para coibir os conflitos e orientar a gerência das organizações. Simultaneamente conselhos internos de administração foram instituídos. Os autores afirmam: “a assimilação

⁴ Teoria de Agência é o nome dado a proposição que descreve os potenciais conflitos existentes dentro de uma corporação em razão da assimetria entre o capital disperso e a gestão.

e a internalização de boas práticas de governança corporativa tornou-se um dos movimentos mais importantes do sistema capitalista, do mundo corporativo e da ciência da administração nesta última virada de século” (ANDRADE e ROSSETTI, 2006, p. 104). Nota-se que tal movimento não é apenas um modismo, mas sim algo permanente na esfera institucional. Constitui-se em um novo pilar da arquitetura organizacional, capaz de gerar desenvolvimento econômico, social e até mesmo ambiental.

É importante ressaltar que as mudanças propostas não tiram a legitimidade dos shareholders quanto ao objetivo de obtenção de retorno dos investimentos, na verdade, concede-se legitimidade aos interesses dos demais stakeholders. Semelhantemente a Friedman, Andrade e Rossetti reconhecem o papel basilar dos acionistas:

o máximo retorno total dos shareholders é um estímulo para novos empreendimentos, ao mesmo tempo em que a busca bem-sucedida pela maximização do retorno é condição sine qua non para a continuidade das empresas em operação. Isso significa que o crescimento econômico, a geração de empregos e a inclusão socioeconômica – objetivos fundamentais das políticas públicas – são fortemente dependentes de serem atendidas as expectativas de retorno privado dos investimentos nas empresas (ANDRADE e ROSSETTI, 2006, p. 122).

Portanto, a responsabilidade social das empresas mencionada por Friedman de fato se constitui no alicerce para que os objetivos públicos possam ser atingidos, haja vista que o setor privado é imprescindível para a arrecadação orçamentária governamental. No entanto, a aceitação da responsabilidade empresarial proposta por Friedman não limita as corporações de exercerem um papel de responsabilidade que também incorpore os interesses dos demais stakeholders. Andrade e Rossetti complementam:

o lucro não é a única categoria de retorno maximizável. Os salários e outros benefícios materiais e imateriais aos empregados são também formas de retorno de uma outra categoria de riqueza indispensável às companhias – o capital humano. Obviamente, de um lado, a aceitação desse conceito não implica que as companhias devam também focar o máximo retorno dessa categoria de capital, até porque seus detentores têm liberdade para buscá-lo onde possa ser otimizado – assim como a tem qualquer um dos demais stakeholders. De outro lado, a gestão moralmente consciente tratará de equilibrar interesses, até porque sem esses outros grupos de interesse as empresas deixariam de existir (ANDRADE e ROSSETTI, 2006, p. 124).

A governança corporativa vem contribuir através de práticas que podem ser adotadas pelas instituições para o equilíbrio entre as demandas das contrapartes existentes, pois é tendência mundial que haja uma administração estratégica orientada para os interesses dos stakeholders sem desconsiderar a finalidade empresarial elementar de geração de lucros.

4. GANHOS DECORRENTES DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E DA ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Lourenço e Schöder classificam os ganhos e perdas decorrentes da adoção ou não de procedimentos socialmente desejáveis e éticos. Corporações que procedem de forma

responsável com relação aos envolvidos, desde os acionistas minoritários até a comunidade na qual estão inseridas, obtêm o apoio de consumidores, investidores internacionais, pessoas talentosas, etc. Os benefícios às empresas são relevantes e podem ser quantificáveis financeiramente.

Os autores afirmam que as ações em direção a uma atitude mais responsável “começam a dar lucro no Brasil e a valorizar os papéis de companhias que incluem entre suas atividades preocupações com o meio ambiente, governança corporativa, e atividades sociais, a exemplo de mercados mais desenvolvidos” (LOURENÇO e SCHÖDER, 2003, p. 19). A melhora da relação com os stakeholders proporciona concomitantemente dividendos à corporação. Essa preocupação com as contrapartes tem sido exigência cada vez mais corriqueira no mundo empresarial. Os autores, em contraste, também enumeram vários prejuízos causados pela falta de transparência e responsabilidade das organizações.

Guedes compilou o retorno institucional das empresas aos seguintes ganhos: em imagem e em vendas, aos acionistas e investidores, em retorno publicitário, em tributação, em produtividade e pessoas, e, por fim, em ganhos sociais. Os ganhos sociais são difíceis de serem medidos, no entanto, essenciais para a melhora das condições da comunidade local. No que concerne aos resultados sociais é interessante notar que o setor privado rompe com a exclusividade do estado quanto às funções de natureza coletiva, dando origem a uma esfera pública, porém não estatal.

Acerca do cuidado com a imagem e a marca, Guedes diz: “aumenta a exposição positiva em mídia espontânea onde seus produtos, serviços e marca ganham maior visibilidade e possível aceitação” (GUEDES, 2000, p. 57). Evidentemente a mídia espontânea desfruta de maior credibilidade do que a mídia comercial, por consequência é capaz de produzir um resultado superior em vendas. Há recompensas de mercado em termos de geração em mídia espontânea para organizações que assumem uma postura ética e coletiva.

Frequentemente se observa incentivos fiscais para empresas que se comprometem com responsabilidade social e aderem a níveis de governança corporativa nos diversos países. Lourenço e Schöder citam que a legislação brasileira possui esse tipo de incentivo através da dedução do imposto de renda para pessoas jurídicas.

Os autores também mencionam os benefícios ligados à produtividade dos funcionários: “A empresa socialmente responsável fortalece o trabalho do endormarketing por ganhar a admiração de seu público interno – funcionários e colaboradores” (LOURENÇO e SCHÖDER, 2003, p. 21). Endormarketing refere-se ao marketing interno da companhia, como vantagem, resulta em contratações acertadas. O desempenho profissional e a motivação dos empregados, o que certamente são fatores essenciais na produtividade, estão intimamente relacionados à postura responsável da corporação.

Em referência ao retorno advindo da responsabilidade social corporativa, Machado Filho declara:

ocorre quando a maioria dos consumidores privilegia a atitude da empresa de investir em ações sociais, e o desempenho da empresa obtém o reconhecimento público. Como consequência, a empresa vira notícia, potencializa sua marca, reforça sua imagem, assegura a lealdade de seus empregados, fideliza clientes, reforça laços com parceiros, conquista novos clientes, aumenta sua participação no mercado, conquista novos mercados e incrementa suas vendas (MACHADO FILHO, 2006, p. 16).

Portanto, o trabalho voluntário desenvolvido pela empresa chama atenção do público, se traduzindo em mais vendas, o que por sua vez incrementa os lucros e mantém a motivação para que o trabalho continue.

Quanto à influência da governança corporativa no sucesso das organizações, especialmente no preço das companhias de capital aberto, muitas análises têm sido elaboradas. Ao longo da década de 1990, Gompers, Ishii e Metrick realizaram um extenso estudo, incluindo aproximadamente 1.500 companhias de grande porte, no qual estabeleceram o índice de governança. Os pesquisadores constataram uma diferença positiva no retorno de até 8,5% ao ano no preço das ações dependendo do grau de governança adotado pela corporação. De acordo com os estudiosos: “empresas com os direitos dos acionistas mais fortes tiveram maior valor patrimonial, maiores lucros, maior crescimento de vendas, menores despesas de capital e fizeram menos aquisições corporativas”⁵ (GOMPERS; ISHII; METRICK, 2003, abstract, tradução do autor). A qualidade superior de governança decorrente da inserção de boas práticas é diretamente refletida no valor das ações pelo mercado financeiro.

Ademais, Cremers e Nair desenvolvem outro trabalho avaliando a influência que os mecanismos internos e externos de governança provocam no preço das ações:

Nós investigamos se esses mecanismos são substitutos ou complementares ao se olhar para os preços das ações no período de 1990 a 2001. Nós descobrimos que esses mecanismos são complementos fortes, produzindo juntos retornos anormais anualizados de 10-15%⁶ (CREMERS e NAIR, 2005, abstract, tradução do autor).

Em suma, observa-se a ligação direta entre governança e desempenho no mercado de capitais.

Não há como deixar de citar o relatório *From the stockholder to the stakeholder*, o qual compila os trabalhos na área de responsabilidade social corporativa e governança, mostrando inúmeras evidências de que a adoção de tais práticas contribui para performance positiva das companhias (CLARK; FEINER; VIEHS, 2014).

⁵ Texto original: firms with stronger shareholder rights had higher firm value, higher profits, higher sales growth, lower capital expenditures, and made fewer corporate acquisitions.

⁶ Texto original: We investigate if these mechanisms are substitutes or complements by looking at equity prices from 1990 to 2001. We find that these mechanisms are strong complements, together producing annualized abnormal returns of 10-15%.

5. CONCLUSÃO

Escândalos corporativos reacenderam as discussões sobre a importância da ética no mundo dos negócios. A possibilidade de consequências desastrosas para a sociedade e para os acionistas evidenciam que a busca do lucro de curto prazo a qualquer custo é capaz de gerar retaliação por parte do mercado. Desta maneira, escolhas corporativas devem ser tomadas levando em consideração a influência nas contrapartes do negócio.

Há múltiplos níveis de responsabilidade social corporativa, não obstante os autores assumem que resultados operacionais positivos são necessários para a sobrevivência das organizações, somente com superávits poderão voluntariamente cogitar algum tipo de ação de responsabilidade social. Além disso, para amenizar conflitos de interesses entre proprietários e gestores, assim como entre acionistas minoritários e majoritários, práticas de governança corporativa são recomendadas às instituições, pois buscam equilibrar as demandas das contrapartes envolvidas.

Vários artigos demonstram a relação direta existente entre a prática da responsabilidade social corporativa e os benefícios colhidos pelas companhias. No mercado de capitais observa-se que quanto maior for o nível de governança corporativa, melhor será o desempenho no valor das ações. Portanto, do ponto de vista da corporação, é plausível investir em responsabilidade social e em padrões de governança corporativa. Os ganhos não se limitam à organização, mas estendem-se aos stakeholders.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José P. *Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CADBURY, Adrian. *The future of governance: the rules of the game*. Journal of General Management, vol. 24, 1999.

CARROLL, Archie B. *A Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate Performance*. Academy of Management Review, vol. 4, p. 497-505, 1979.

CERVO, Amado L. et al. *Metodologia científica*. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CLARK, G.; FEINER, A.; VIEHS, M. *From the Stockholder to the Stakeholder: How sustainability can drive financial outperformance*. University of Oxford e Arabesque Partners, 2014.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CREMERS, K.J.M.; NAIR, V.B. *Governance mechanisms and equity prices*. Journal of Finance, p. 2859–2894, 2005.

DAFT, Richard L. *Administração*. Tradução. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

FISCHER, Rosa Maria. *Novas dimensões da responsabilidade social: a responsabilidade pelo desenvolvimento*. In: MACHADO FILHO, Cláudio Pinheiro. *Responsabilidade Social e Governança: o debate e as implicações*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006, Anexo I, p. 151-166.

FRIEDMAN, R. E. *The social responsibility of business is to increase its profits*. New York: Times Magazine, set. 1970.

GOMPERS, P.; ISHII, J.; METRICK, A. *Corporate Governance and Equity Prices*. Quarterly Journal of Economics. vol. 118, nº 1, p. 107–155, fev. 2003.

GRAJEW, Oded. *Instituto Ethos*. Disponível em: <http://www.ethos.org.br>. Acesso em 07 nov. 2001.

GUEDES, R. de Cássia. *Responsabilidade social e cidadania empresariais: conceitos estratégicos para as empresas face à globalização*. Dissertação. São Paulo: PUC/SP, 2000.

HATTWICK, R.E.; KATHAWALA, Y.; MONIPULLIL, M.; WALL, L. *On the Alleged Decline in Business Ethics*. Journal of Behavioral Economics, 1989.

HENDERSON, Verne E. *What's Ethical in Business?*. New York: McGraw-Hill, 1992.

LAKATOS, Maria E. e MARCONI, Maria de A. *Metodologia do trabalho científico*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LOURENÇO, Alex G. e SCHÖDER, Deborah de S. *Vale Investir em Responsabilidade Social Empresarial? Stakeholders, Ganhos e Perdas*. In: *Responsabilidade Social das Empresas: A Contribuição das Universidades*, vol. 2. São Paulo: Instituto Ethos, 2003.

MACHADO FILHO, C. P. *Responsabilidade Social e governança: o debate e as implicações*. São Paulo: Pioneira, 2006.

MAIGNAN, Isabelle. *Corporate citizenship: cultural antecedents and business benefits*. Academy of Marketing Science, vol. 27, nº 4, 1999.

POSTER, B.Z. e SCHMIDT, W.H. *Values and the American Manager: An Update Updated*. California Management Review, 1992.

ROBBINS, Stephen P. *Comportamento Organizacional*. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

SHLEIFER, Andrei e VISHNY, Robert W. *A survey of corporate governance*. Journal of Finance, vol. 52, 1997.

SOLOMON, Robert C. e HANSON, Kristine. *It's Good Business*. New York: Atheneum, 1985.

SROUR, Robert H. *Poder, Cultura e Ética nas Organizações*. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

WILLIAMSON, O. E. *The mechanisms of governance*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO ENSINO SUPERIOR E SEUS BENEFÍCIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DISTANCE EDUCATION TRENDS IN HIGHER EDUCATION AND ITS BENEFITS FOR REGIONAL DEVELOPMENT

Sessão temática: Desenvolvimento e Integração Regional

BARALDI, Luís Marcelo

Centro Universitário Municipal de Franca - Unifacef
Mestrando Unifacef
m.baraldi@hotmail.com

CARVALHO NETO, Silvio

Centro Universitário Municipal de Franca - Unifacef
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação Unifacef
silvio@facef.br

FUJINAMI, Fábio

Centro Universitário Municipal de Franca - Unifacef
Mestrando Unifacef
fabiofuji@hotmail.com

Resumo

O presente estudo tem por objetivos, elaborar e propor uma análise das tendências de mercado do Ensino Superior na Educação à Distância (EaD) Privadas e seus benefícios para o desenvolvimento regional, na região de Ribeirão Preto. Para que seja possível alçar o propósito da pesquisa, busca-se uma realização em uma base teórica composta por bibliografias, tais como: livros, artigos, sites, trabalhos já realizados neste campo, teses, dissertações, revistas científicas, entre outros. Espera-se com tudo isto, que o trabalho alcance seus objetivos, visando assim, constituir uma contribuição científica, podendo apontar através de dados e pesquisas bibliográficas, significativas colaborações e fornecer subsídios para as Instituições de Ensino Superior na EaD privadas, e conseqüentemente contribuir para o desenvolvimento e a integração regional.

Palavras-chave: Educação à Distância, Ensino Superior, Desenvolvimento.

Abstract

This study aims to prepare and propose an analysis of market trends of Higher Education in Distance Education (DE) and its Private Benefits for Regional Development in the Ribeirão Preto region. To be able to raise the purpose of research, the aim is an

achievement on a theoretical base consisting of bibliographies such as books, articles, websites, work already done in this field, theses, dissertations, scientific journals, among others. It is hoped that this, the work achieves its goals, thus aiming constitute a scientific contribution, and may point through data and bibliographic research, meaningful collaborations and provide grants to higher education institutions in the private distance education, and thus contribute to development and regional integration.

Keywords: Distance Education, Higher Education, Development.

1. INTRODUÇÃO

No decorrer da história vivem-se inovações e descobertas a todos os momentos. Embora no passado as coisas acontecessem de maneira mais lenta, hoje se vive a era da tecnologia, informação, globalização e do conhecimento, situações estas que levam a mudanças cada vez mais drásticas e aceleradas na vida e no cotidiano das pessoas.

Para as instituições de ensino superior na EaD privadas, no ambiente educacional, percebe-se alguns estudos que destacam a importância na EaD, mas ainda existe uma escassez de estudos consistentes, principalmente quando falamos de tendências ou futuro.

As diversas mudanças significativas que impactaram o ambiente competitivo dos negócios em diferentes setores organizacionais, a demanda e a oferta do ensino superior, principalmente na modalidade EaD, remete-nos à elaboração de uma pesquisa bibliográfica voltada para as tendências e futuro da EaD e sua contribuição para o desenvolvimento regional.

Esta pesquisa bibliográfica de dados e referenciais, que quando deparado com o ensino superior na EaD, que busca pesquisa e informação, poderá proporcionar uma colaboração e relevância de estudos, podendo projetar, propor, e contribuir para as dificuldades e soluções de planejamento da EaD.

Além disto, a contribuição das Instituições de Ensino Superior (IES) na EaD para o desenvolvimento, poderá preparar mão-de-obra especializada e qualificação profissional para seus alunos e proporcionar renda e emprego à região, principalmente neste momento de grande crescimento da informação e da tecnologia. Podendo assim, ser um caminho a ser seguido para redução das desigualdades e um alento para a qualidade de vida e para uma sociedade com mais equilíbrio social.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram pesquisas em: livros, artigos, dissertações, teses e revistas científicas.

“A pesquisa é exploratória, pois expõe descobertas que comprovam a inquietação do autor (GIL, 2007, p.16)”.

O tema justifica-se pelo fato de tentar descobrir se realmente estas tendências de dados e pesquisas, dentro dos cursos superiores em EaD privadas, são favoráveis ou não, e qual a sua contribuição para o desenvolvimento Regional (Ribeirão Preto).

Esse é um processo participativo que objetiva proporcionar estímulos crescentes, pois gerará uma contribuição científica, para saber se a EaD nas IES privadas, esta no caminho certo.

Segundo o Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (MEC/INEP), a procura por estudos nas IES vem se destacando pelo generoso

e considerável crescimento, assim sendo surge à necessidade de cobrar critérios cada vez mais rígidos para avaliação de qualidade.

Marconi e Lakatos (2001, p. 43) descreve pesquisa, como, “um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Assim, este estudo começa com uma pesquisa exploratória, a fim de familiarizar dados em EaD e no ensino superior e torná-los mais explícito, utilizando-se para isto de levantamento de dados ligados ao MEC/INEP.

Pádua (2004) reforça que a pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do seu tema de pesquisa.

Assim, o estudo, também possui uma pesquisa bibliográfica para fundamentar a temática proposta.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram pesquisas em: livros, artigos, dissertações, teses e revistas científicas de diferentes meios.

Além disto, tentar fazer com que este artigo, busque dar uma contribuição científica, e que consiga contribuir para o desenvolvimento regional através da educação regional.

O trabalho está dividido em tópicos que tratam sobre o conceito de tendências, oportunidades e desenvolvimento nas visões de diversos autores, a Educação no Ensino Superior e sua contribuição para desenvolvimento regional e a educação à Distância suas definições e conceitos, o panorama atual em EaD, e a EaD no desenvolvimento regional.

2. DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

2.1. Oportunidades, Tendências e Desenvolvimento.

Para DE BONO (1989, p. 32), "antes de chegar a existir, todo negócio é uma oportunidade que alguém percebeu", ou seja, a oportunidade refere-se a uma possibilidade de utilização de recursos (sejam estes humanos, materiais ou ainda conhecimentos) com o objetivo de aproveitar uma chance para a criação de uma nova atividade, que traga retorno ao indivíduo que a utilizou.

Uma das definições mais simples, e até talvez a mais clara, seja a de OLIVEIRA (1989) que define oportunidades como forças ou eventos ambientais, que são incontroláveis pela empresa e que podem favorecer sua ação estratégica, desde que conhecidos e aproveitados satisfatoriamente enquanto existirem.

A avaliação de oportunidades de crescimento envolve o planejamento de novos negócios, assim como a redução ou a extinção de negócios superados. Se houver uma lacuna entre as vendas futuras desejadas e as vendas projetadas, a administração corporativa terá de desenvolver ou adquirir novos negócios para preenchê-la (KOTLER E KELER, 2012, p. 56).

Para Philip Kotler, "Tendência é uma direção ou sequência de eventos que ocorre em algum momento e promete durabilidade" (Kotler, 1998, p. 43).

Tendência não são modismo, nem modernidade, é um processo contínuo que tem durabilidade, porque possui consistência. Para isso é preciso uma análise e acompanhamento de uma tendência de mercado, visto que é o fator fundamental para determinar o sucesso ou fracasso de uma organização.

Como falado nas citações anteriores, há a necessidade das empresas estarem atentas as tendências de mercado, buscando oportunidades de crescimento, envolvendo planejamento de novos negócios e buscando seu desenvolvimento.

Assim, classifica-se desenvolvimento, como se observa abaixo.

Rister (2007, p.56), diz que “desenvolvimento é um amplo processo econômico, social, cultural e político, que objetiva a melhoria constante de bem-estar de toda uma população e todos os indivíduos, na base de sua participação ativa, livre e consciente”.

Dai destacar nossos objetivos, que buscam pesquisas e dados, para tentar, provar que as IES na EaD, possa contribuir econômica, social, cultural e politicamente, para o desenvolvimento regional.

Furtado (2000, p. 76) afirma também que “o conceito de desenvolvimento apresenta, em uma de suas dimensões, a questão da satisfação das necessidades básicas da sociedade, ou seja, levar o homem a um estágio de contentamento acerca de suas necessidades preliminares”.

O mesmo afirma ainda que “processo de invenção de novas formas sociais não se faz nas universidades, mas os seus ingredientes mais nobres são fabricados nessas instituições”.

Daí a importância de se estudar as IES, pois são nelas que se podem investir e depositar as pesquisas, só assim levarem a invenções e inovações nas indústrias e busca de desenvolvimento social.

O conceito de desenvolvimento se diferencia do conceito de crescimento, por possuir características mais completas em sua análise. O desenvolvimento, é considerado mais qualitativo pois inclui uma melhor distribuição dos recursos nos setores da economia, altera a composição do produto, como propósito principal de melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social. O crescimento é classificado a partir de um aumento contínuo da renda per capita durante um determinado período (VASCONCELLOS; GARCIA, 1998, p. 89).

No Brasil, o indicador mais usado, para representar, de forma ampla o nível de desenvolvimento é o IDH, popularmente conhecido com o Índice de Desenvolvimento Humano. O IDH é uma medida resumida, do progresso em longo prazo, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Além disto, outras ferramentas de desenvolvimento são a renda *per capita*, e o produto interno bruto (PIB) *per capita*.

Outro fator ainda em destaque no desenvolvimento é a sustentabilidade.

Souza (2012, p. 78) reforça que “o desenvolvimento não pode ser estudado somente sob os prismas socioeconômicos, deve-se também considerar a preservação do meio ambiente”.

Assim com a busca de invenções através das pesquisas nos centros IES, a busca pelo desenvolvimento social, a tecnologia e a preservação do meio ambiente pode se chegar ao desenvolvimento e contribuir para este desenvolvimento regional.

2.2. Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Regional

Quando falamos de desenvolvimento local, entendemos de tentar agrupar em uma localidade os indivíduos de modo que, em conjunto, consigam promover, mais rapidamente, o bem estar do que se estivessem distantes.

Milani (2005, p.10), afirma que, atualmente é quase unânime entender que o desenvolvimento local não está relacionado unicamente com crescimento econômico, mas também com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com a conservação do meio ambiente. Estes três fatores estão inter-relacionados e são interdependentes.

Assim, estes territórios que devem permitir a inclusão social, o fortalecimento e a diversidade da economia local, devem também se preocupar com o ambiental e seus recursos, com políticas de inovações públicas, conseguindo assim, um importante meio de combate a pobreza e melhorando seu desenvolvimento, onde temos a educação, como ferramenta propulsora para as conquistas destes resultados.

Quando falamos de desenvolvimento regional, entendemos de tentar agrupar em uma região os indivíduos de modo que, em conjunto, consigam promover, mais rapidamente, o bem estar do que se estivessem distantes, observa-se que a definição de regional, se dá para os muito próximos. Embora, até para definir-se desenvolvimento regional, dentro do seu próprio conceito se torne difícil, pois podem ser divididos por regiões economicamente desenvolvidas, podem ser divididas por região natural, ou por um modelo facilitador a análise usado como objeto de estudo, neste caso classifica nosso estudo como as IES na EaD neste último cenário, onde o autor reforça estas teorias abaixo, afirmando o conceito de desenvolvimento regional.

Para alguns é uma entidade real, objetiva, concreta, que pode ser facilmente identificada, quase que uma região natural; para outros não é mais do que um artifício para classificação, uma ideia, um modelo que vai facilitar a análise permitindo diferenciar espacialmente o objeto de estudo (LOPES, 1995, p. 31).

Portanto, o desenvolvimento regional pode ser obtido a partir da soma de esforços, como promover a inclusão social, o fortalecimento e a diversidade da economia local, para a obtenção do bem estar da população de forma plena, homogênea, sustentável, a fim de promover seu desenvolvimento, onde temos a educação, como ferramenta propulsora para as conquistas destes resultados. Como afirma Sanches (2009, p. 12).

As Instituições de Ensino Superior (IES), na busca por atender às demandas de produção e socialização dos conhecimentos exigidos pelo contexto atual, são conduzidas a redimensionarem seu papel social, enfrentando o desafio de, ao mesmo tempo em que são atores sociais, compreender e desvendar os meandros de suas relações e, ainda, constituírem-se em instituições que possam criar e exercer uma pedagogia que possibilite à educação a assumir cada vez mais sua dimensão de cidadania, ampliando os espaços de participação social, produtiva e política dos educandos.

2.3. Educação no Ensino Superior e Desenvolvimento Regional

O sistema de ensino superior ocupa uma posição estratégica e fundamental no processo de modernização e de desenvolvimento do país. Tem a função de fornecer quadros profissionais capacitados e pessoais qualificados cientificamente para atender às diversas, e cada vez mais complexa, demandas tanto do setor

público quanto do privado, para isso precisando melhorar continuamente seu método de graduação (MARTINS 2000, p. 56).

Percebe que desde muito tempo, a educação e o desenvolvimento se apresentam com objetivos próximos.

Ou seja, com qualidade no ensino superior, com profissionais capacitados e adequação das IES, pode-se assim desenvolver produção de conhecimento e logicamente, desenvolver-se regionalmente.

Segue abaixo alguns dados do INEP, destacando o desenvolvimento educacional regionalmente.

Segundo o Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Anísio Teixeira (MEC/INEP), em 2014, a matrícula na educação superior (graduação e sequencial) superou 7,8 milhões de alunos. A tendência de crescimento do número de matrículas, além de mantida, recuperasse, em ritmo, após desaceleração nos últimos 2 anos.

Entre 2003 e 2014, a matrícula na educação superior aumentaram 96,5%; Em relação a 2013, o crescimento foi de 7,1%, o maior índice desde 2008.

A maior parte dos cursos de graduação presenciais está localizada na Região Sudeste (45,4%). Quase 2/3 estão em municípios de interior.

As IES privadas têm uma participação de 74,9% (5.867.011) no total de matrículas de graduação. A rede pública, portanto, participa com 25,1% (1.961.002).

O crescimento do número de matrículas foi 7,1% de 2013 para 2014, sendo 1,5% na rede pública e 9,2% na rede privada.

As matrículas de graduação da rede privada alcançaram, em 2014, a maior participação percentual dos últimos anos, 74,9% do total.

Ou seja, tudo isto nos remete a crer que o Ensino Superior até 2014, ganha grande crescimento, tanto nacional, quanto regional, principalmente no interior paulista, como aponta o MEC/INEP.

E como se observa, as tendências para os próximos anos se tornam favoráveis, mesmo vivendo em 2016, em um momento de crise econômica, retração de investimentos na maioria das áreas e cortes do governo em FIES (Fundos de Financiamento estudantil).

3. EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

3.1 Definições e Conceitos do EaD

Para uma consideração crítica das concepções de educação à distância, o levantamento das definições do EaD nas últimas décadas pode se mostrar valioso.

Para que se possa entender e observar a evolução do EaD, segue abaixo algumas dessas definições e conceitos.

Educação à distância é uma forma sistematicamente organizada de autoestudo, onde o aluno se instrui a partir do material que lhe é apresentado; onde o acompanhamento e a supervisão do sucesso do aluno são levados a cabo por um grupo de professores. Isto é possível graças à aplicação de meios de comunicação capazes de vencer essa distância. O oposto da educação à distância é a educação direta ou educação face-a-face: um tipo de educação que tem lugar com o contato direto entre professores e alunos (GEORGE DOHMEN, 1967 apud KEEGAN, 1996, p. 26).

O ensino à distância é o tipo de método de instrução em que as condutas docentes acontecem à parte das discentes, de tal maneira que a comunicação entre o professor e o aluno possa ser realizada mediante textos impressos por meios eletrônicos, mecânicos ou por outras técnicas (MOORE,1972 apud BELLONI, 2008, p. 24).

O autor não deixa claro ainda a tecnologia, mas sim a distância separada por textos.

A família de métodos instrucionais nos quais os comportamentos de ensino são executados em separado dos comportamentos de aprendizagem, incluindo aqueles que numa situação presencial (contígua) seriam desempenhados na presença do aprendente de modo que a comunicação entre o professor e o aprendente deve ser facilitada por dispositivos impressos, eletrônicos, mecânicos e outros (MOORE, 1973 apud BELLONI, 2008, p. 25).

Observa-se a fala em facilidade tecnologia, porém fala-se em método separado dos comportamentos de aprendizagem, ou seja, ensinam, mas não do jeito certo, embora já se destaque a comunicação entre docente e aluno.

Segundo Charles A. Wedemeyer,1981 apud Landim,1997, p. 19, “é uma modalidade de educação onde o aluno está à distância do professor grande parte do tempo, durante o processo de ensino-aprendizagem”.

Malcom Tight também chama a atenção para a centralidade da separação física na educação à distância:

Aqui a educação é classificada como termo genérico, educação a distância se refere àquelas formas de aprendizagem organizada, baseadas na separação física entre os aprendentes e os que estão envolvidos na organização de sua aprendizagem. Esta separação pode aplicar-se a todo o processo de aprendizagem ou apenas a certos estágios ou elementos deste processo. Podem estar envolvidos estudos presenciais e privados, mas sua função será suplementar ou reforçar a interação predominantemente á distância. (MALCOM TIGHT, 1998 apud BELLONI, 2008, pag. 26).

Educação a Distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação (BRASIL, 1998, p. 17).

Hoje, temos a educação presencial, semipresencial (parte presencial/parte virtual ou à distância) e educação à distância (ou virtual). A presencial é a dos cursos regulares, em qualquer nível, nos quais professores e alunos se encontram sempre num local físico, chamado sala de aula. É o ensino convencional. (MORAN, 1994, p. 1).

Para Llamas et al (apud ALVES; ZAMBALDE; FIGUEIREDO, 2004, p. 19), a EaD é uma estratégia educativa baseada na “aplicação da tecnologia à aprendizagem e, por isso, não obedece a limites de lugar, tempo, ocupação ou idade. Situação que gera novos papéis para alunos e professores, bem como novas atitudes e novos enfoques metodológicos”.

Portanto, observa-se que os respectivos alunos precisarão cada vez mais das tecnologias e de suas evoluções, para assim a EaD obter cada vez mais resultados satisfatórios de aprendizagem.

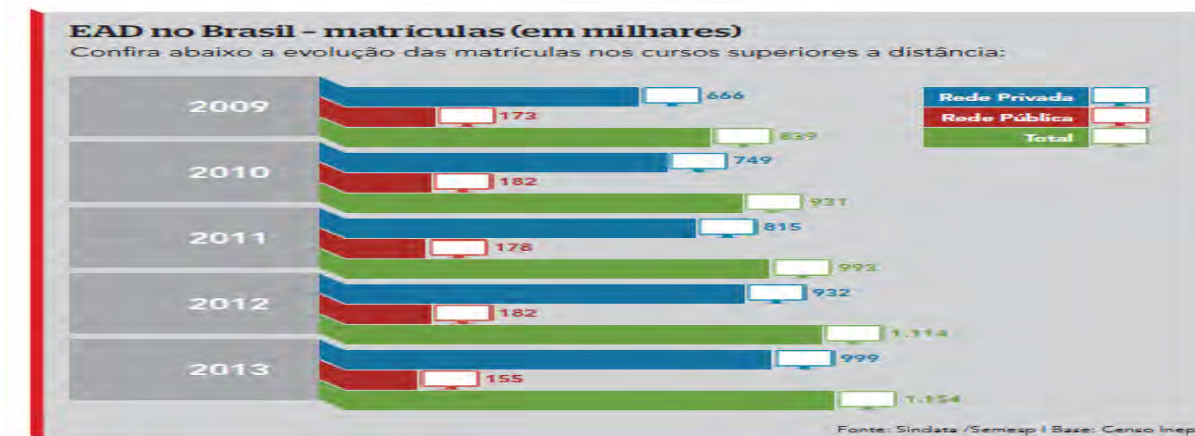
3.2. Panorama Atual em EaD

Segundo o SEMESP (Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior), datado de 25 de abril de 2016, há afirmação que no último mapeamento do ensino superior no Brasil, constatou-se que 18,5% dos 49 milhões de trabalhadores com carteira assinada têm nível superior completo. Na Espanha, esse percentual é de 35% e, na Inglaterra, de 38%.

Para alguns especialistas, a EaD poderia ser a resposta mais adequada para essa lacuna de formação no Brasil, mas sem uma atualização do marco regulatório, diz o governo, a modalidade não pode se expandir. É preciso assegurar a qualidade dos programas e cursos de ensino superior à distância.

Destacamos abaixo ainda alguns dados do SEMESP, com relação à evolução das matrículas dos cursos superiores à distância, e observa um constante crescimento em todos os anos.

Gráfico 1: Histórico da EaD no Brasil – Matrículas na Graduação de 2009 a 2013



Fonte: SEMESP, Base Censo Inep, 2014

Outro ponto destacado pelo SEMESP são as evasões no sistema à distância; chegando em 2013 a 28,8%, apontando como principal fator a falta de conhecimento e habilidade, inexistência de contato contínuo e em alguns casos, material de baixa qualidade oferecido aos alunos.

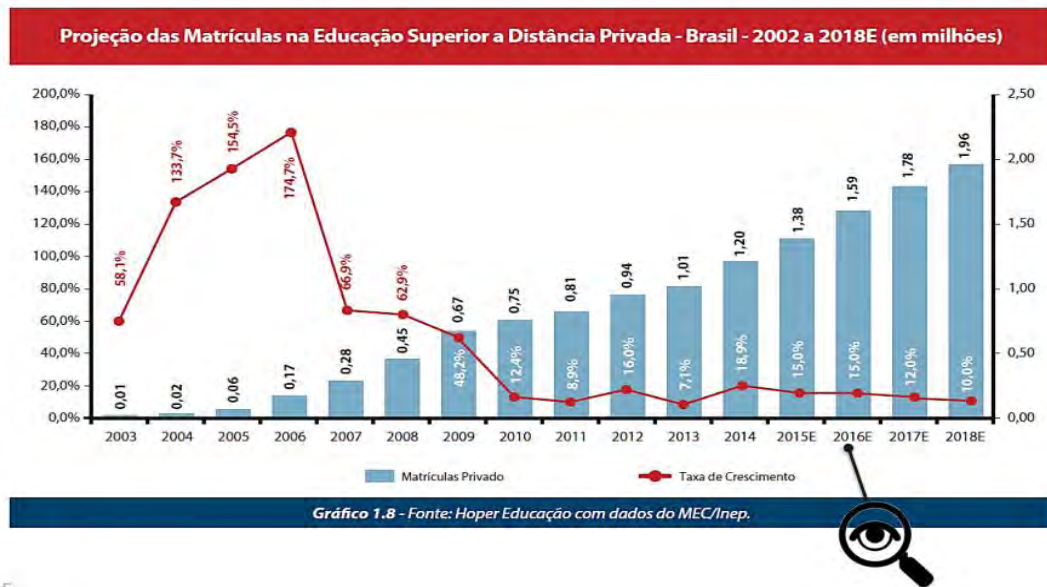
Constata-se ainda que haja muita indefinição sobre a modalidade EaD, há necessidade de revogar e modificar alguns decretos e adaptá-los às necessidades de mercado, de acordo com diálogos, entre o MEC e as IES.

Segundo a Hoper Educação, empresa de assessoria em educação, em seu livro, Análise Setorial da Educação Superior Privada - Brasil 2016 traz informações recentes e relevantes do segmento de Educação Brasileira.

Pois possibilita às IES, e investidores acompanharem o desenvolvimento do mercado educacional, leva-se em conta diversas perspectivas, ajudando e antecipando-se aos problemas e compreendendo tendências futuras.

Abaixo segue Gráfico com dados de prospecção das matrículas na educação superior à Distância no Brasil até 2018.

Gráfico 2: Projeção das matrículas na EaD Superior Privadas – Brasil - 2002 a 2018 (em milhões).



15

Fonte: Hoper Educação / livro Análise Setorial da Educação Superior Privada - Brasil 2016

Observa-se que existe uma projeção de crescimento nesta modalidade, embora não muito acentuado, afinal vive-se um momento crítico econômico, mas bem relevante para a educação à distância privada.

3.6. EaD e Desenvolvimento Regional

De acordo com Belloni (2008), atualmente a EaD pode ser considerada como meio de acesso aos instrumentos de produção do conhecimento, visando não somente a competitividade do mercado profissional, mas também uma formação para a cidadania e uma ação multiplicadora das capacitações, voltada à transformação da sociedade.

Torna-se importante sublinhar que diferentemente das universidades de primeiro mundo, que têm melhores condições infra estruturais e financeiras e, portanto, podem oferecer uma gama bastante diversificada de serviços e atividades, as universidades brasileiras, de um modo geral, não dispõem das mesmas condições, o que significa que o escopo de suas ações é bem mais reduzido e a sua contribuição para o desenvolvimento social do meio em que elas estão inseridas é mais limitada (ROLIM, 2009, p.361).

Sendo assim, enxerga-se uma possibilidade nas IES na EaD, de dar este suporte para o desenvolvimento social do meio, e automaticamente desenvolver aquelas pessoas e seu regionalismo.

Segundo o Instituto Polis (2011), onde afirma que o desenvolvimento não acontece somente através de um conjunto de projetos voltados ao crescimento econômico, mas de uma dinâmica cultural e política que transforma a vida social.

Logo enxerga-se possibilidades sim de desenvolvimento regional onde se aplica a EaD, pois cria-se possibilidades sociais, através do desenvolvendo político e cultural.

Allen & Seaman (2010), reforçam esta ideia, afirmando que, o crescimento e desenvolvimento de um país, seja na esfera econômica, política ou social, são proporcionalmente dependentes do nível educacional proporcionado à sua população, ou seja, a educação é, e sempre será uma importante ferramenta para o desenvolvimento, e não somente o desenvolvimento econômico, assim como as IES na EaD, também contribuem para o desenvolvimento.

Reforçados pelas palavras de Dowbor (1996, p.18) “a realidade é que, pela primeira vez, a educação defronta com a possibilidade de influir de forma determinante sobre nosso desenvolvimento.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através MEC/INEP, pudemos constatar que o Ensino Superior em EaD, conforme analisado anualmente até 2014, cresceu nacionalmente nos últimos anos, o que somado às novas tendências globais, o coloca em situação de estudo, principalmente na região sudeste como afirma o INEP.

Segundo a Hoper Educação, observa-se que existe uma projeção de crescimento nesta modalidade, embora não muito acentuado, afinal vive-se um momento crítico econômico, mas bem relevante para a educação à distância privada, sendo analisado até 2018, sendo 2017, 12% e 2018, 10%.

A EaD nas IES privadas, tem sido uma importante via de desenvolvimento regional, pois segundo os dados citados acima, ela vive um momento de crescimento, embora para os próximos anos não muito acelerada (devido à crise financeira), mas relevantes no ponto de vista de educação privada.

Nesta perspectiva, este estudo tentou estabelecer uma análise do ensino superior em EaD, destacando seu crescimento, mostrando que a região sudeste é a que mais se desenvolvem em EaD (segundo dados MEC/INEP), podendo assim contribuir para mão-de-obra especializada e qualificação profissional para seus alunos e proporcionar renda e emprego à região, principalmente neste momento de grande crescimento da informação e da tecnologia.

Assim, esta modalidade de ensino pode ser um caminho a ser seguido para redução das desigualdades e um alento para a qualidade de vida e para uma sociedade com mais equilíbrio social.

REFERÊNCIAS

ALLEN, I. E.; SEAMAN, J. **Class differences: On-line education in the United States**. Needham, MA: Sloan Consortium, 2010.

ALVES, R. M.; ZAMBALDE, A. L.; FIGUEIREDO, C. X. **Ensino a distância**. Lavras: UFLA, FAEPE, 2004.

BELLONI, M. L. **Educação à distância**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf> Acesso em 30/08/2016.

DE BONO, E.: **Oportunidades: um manual para a busca de melhores oportunidades nos negócios**. Vértice, São Paulo, 1989.

DOWBOR, L. **Educação, tecnologia e desenvolvimento**. In: BRUNO, Lúcia. (Org.) Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Atlas, 1996.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico estrutural**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HOPER, **Educação, Análise Setorial da Educação Superior Privada – Brasil 2016**, 9ºed.

Instituto Polis – **Desenvolvimento econômico local**. Disponível em: <<http://www.polis.org.br>>, acesso em 10 de junho de 2016.

KEEGAN, D. **The Foundations of the Distance Education**. London, ed. Croom Helm, 1996.

KOTLER, P. **Administração de marketing**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1998

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. Person, 2012.

LANDIM, C. M. F. **Educação à Distância: algumas considerações**. Rio de Janeiro: Cláudia Maria das Mercês Paes Ferreira Landim, 1997.

LOPES, A S. **Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria e Modelos**. Lisboa, F.C.G., 1995.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: preceitos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, C. B. **O ensino Superior Brasileiro nos anos 90. São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 1, 2000. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9801.pdf>>. Acesso em: 09/05/2016.

MEC/INEP, **Ministério da Educação e Cultura / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior**. divulgação dos principais resultados do Censo da Educação Superior 2015. Disponível em <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 20/05/2016.

MILANI, C. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. In: Capital social, participação política e



desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS). 2005.

MORAN, José Manuel. **Novos caminhos do ensino a distância**. In: **Informe CEAD** - Centro de Educação a Distância. SENAI, Rio de Janeiro, ano 1, n.5, out-dezembro de 1994, páginas 1-3.

OLIVEIRA, D.P.R. **Planejamento estratégico. Conceitos, metodologia e prática**. 6a.ed. Atlas, São Paulo, 1989.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: magistério formação e trabalho pedagógico**. 12ª Edição, Papyrus, Campinas-SP, 2006

RISTER, C. A. **Direito ao desenvolvimento: antecedentes, significados e consequências**. São Paulo: Renovar, 2007.

ROLIM, C. F. C. SERRA, M. A. **Universidade e desenvolvimento regional: o apoio das Instituições de Ensino Superior ao desenvolvimento regional**. Cutitiba: Juruá, 2009.

SEMESP (**Sindicato das Mantenedoras de ensino superior**), Acesso em: 15/06/2016.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012, 314 p.

VASCONCELOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

**TURISMO, UMA VIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
PROSPECÇÃO DE CENÁRIOS PARA O SETOR TURÍSTICO DE FRANCA (SP) E
REGIÃO, 2017-2021**

*TOURISM, A WAY FOR REGIONAL DEVELOPMENT SCENARIO EXPLORATION FOR
TOURIST SECTOR OF FRANCA (SP) CITY AND REGION, 2017-2021*

SESSÃO TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

BRANQUINHO, Aparecida Rosana
Mestranda Uni-Facef
robranquinho@hotmail.com

SANTANA, Taíse Helena de
Mestranda - Uni-FACEF
taiseh@hotmail.com

MACHADO NETO, Alfredo José
Prof. Doutor – UNI- FACEF
alfredo@facef.br

Resumo

Durante as últimas décadas, o turismo tem experimentado um crescimento contínuo. Um número crescente de destinos vem ampliando e investindo no desenvolvimento da atividade, fazendo dela um fator-chave de desenvolvimento econômico, mediante o surgimento de novas empresas, criação de empregos e melhoria da infraestrutura. A contribuição direta do setor no Produto Interno Bruto (PIB) tem alcançado cifras vultosas que ultrapassam a casa dos trilhões de dólares, de acordo com estudos realizados por entidades representativas do setor, como a *World Travel & Tourism Council* (WTTC, 2013). Assim, entende-se que o turismo é relevante para o desenvolvimento de uma localidade, desde que sistematizado, a partir de um planejamento eficiente das ações estratégicas a serem desenvolvidas, o que pode não vem ocorrendo, conforme estudos realizados até este momento. O objetivo geral será a prospecção de cenários futuros para o setor, na cidade de Franca (SP) e região, no período de cinco anos (2017-2021), visando colaborar com gestores públicos, investidores e profissionais da área, na tomada de decisão. A metodologia utilizada nesta pesquisa será exploratória e descritiva, utilizando-se da abordagem quantitativa e qualitativa. Os métodos aplicados serão: *Delphi*, *Blanning* e *Reinig* (1980) e Impactos Cruzados de Marcial e *Grumbach* (2006).

Palavras-chave: Turismo, Desenvolvimento regional, Cenários futuros.

Abstract

During the last decades, tourism has experienced continued growth. A growing number of destinations is expanding and investing in the development of the activity, making it a key factor for economic development through the creation of new companies, job creation and infrastructure improvement. The direct contribution of the sector in the Gross Domestic Product (GDP) has reached bulky figures that go beyond the trillions of dollars, according to studies conducted by representative bodies of the industry, such as the World Travel & Tourism Council (WTTC, 2013). Thus, it is understood that tourism is important for the development of a locality, since systematized, from efficient planning of strategic actions to be developed, which can has not happened, as studies to date. The overall objective is the exploration of future scenarios for the sector in the city of Franca (SP) and region, in the five-year period (2017-2021), to collaborate with public managers, investors and professionals in decision-making. The methodology used in this research is exploratory and descriptive, using a quantitative and qualitative approach. The methods applied are Delphi, Blanning and Reinig (1980), Cross-Impact Marcial, and Grumbach (2006).

Keywords: Tourism, Regional development, Future scenarios

1 INTRODUÇÃO

O Turismo não é apenas uma atividade de lazer ligada ao ócio e à recreação como geralmente o vemos relacionado. Vários autores citados na literatura científica classificam a atividade turística como importante via de desenvolvimento socioeconômico, capaz de transformar a realidade de uma localidade, desde que adequadamente implantado.

Enquanto fenômeno social, cultural, econômico e ecológico, o turismo tem influenciado significativamente todos os países e cresce a cada dia como atividade econômica. Dados revelam que o turismo é a atividade do setor terciário que mais cresce no Brasil. Em 2014, movimentou R\$ 492 bilhões entre atividades diretas, indiretas e induzidas, de acordo com dados divulgados pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (*World Travel & Tourism Council*, WTTC). Quando considerada apenas a contribuição direta, a participação do turismo é de R\$ 182 bilhões, estimado em 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) (MTur, 2015).

Os setores impactados diretamente são, principalmente, a rede hoteleira, as agências de viagens, as companhias aéreas e outros serviços de transporte de passageiros. Há ainda que se considerar os segmentos indiretos: bares, restaurantes, casa de shows, artesanato, taxistas, supermercados e outras tantas atividades que fazem parte dos 52 ramos de atividade econômica, congregando empresas de todos os portes (TURISMO NO BRASIL, 2011).

O recorte territorial desta pesquisa será a Região Lagos do Rio Grande, inserida na Macrorregião Turística Nordeste Paulista, sendo a cidade de Franca o polo de referência. Os municípios que integram a referida região são: Aramina, Batatais, Buritizal, Cristais Paulista, Franca, Guará, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jeriquara, Miguelópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Orlandia, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, Sales Oliveira, São Joaquim da Barra e São José da

Bela Vista. Neste contexto, os Circuitos Turísticos Uai Paulista e Lagos, são organismos representativos do trabalho que está sendo realizado.

A região de Franca é economicamente movida por ramos industriais variados como: metalomecânicos, moveleiros, alimentícios, fertilizantes, agroindústrias de açúcar e álcool, elétricos e fertilizantes (MACHADO NETO; ALMEIDA, 2008).

No entanto, o grande destaque é o setor calçadista, que faz do município de Franca o principal centro de produção de calçado masculino do Brasil, concentrando 6% da produção nacional de calçados e exportando a maior parte deste montante (MACHADO NETO; ALMEIDA, 2008).

A indústria de confecção de lingerie encontra-se em grande expansão, com mais de 100 empresas, entre micro e pequenas, de acordo com levantamento da Prefeitura Municipal de Franca (GUIA TURÍSTICO DE FRANCA, 2008/2009).

Franca é referência regional também no setor terciário da economia, principalmente comércio e serviços, com ênfase para o seu parque universitário, que abriga renomadas instituições de ensino, dentre elas: a Unesp (Universidade Estadual Paulista), o Uni-FACEF (Centro Universitário Municipal de Franca), a Faculdade de Direito de Franca e a Unifran (Universidade de Franca), além da presença do “Sistema S” (Senai, Sebrae, Sesi e Senac), que oferecem mais de 60 cursos entre formação técnica, graduação e pós-graduação.

Na última década, Franca assumiu o papel de “portal de entrada” para o Turismo Regional graças à sua localização e à infraestrutura da qual a cidade está dotada. Situa-se na divisa do Estado de Minas Gerais, na região lindeira aos “Grandes Lagos”, formados pela represa do Rio Grande e reservatórios das Usinas: Jaguará, no município de Sacramento (MG); Mascarenhas de Moraes (Peixoto), em Ibiraci (MG); Furnas, em São José da Barra (MG); Luiz Carlos Barreto de Carvalho, em Estreito, Distrito de Pedregulho (SP) e Usina Hidrelétrica de Igarapava, em Igarapava (SP).

No entorno destas represas, desenvolvem-se em ritmo acelerado diversas atividades turísticas, como o turismo náutico, o turismo de pesca, o ecoturismo e o turismo de aventura, além de uma crescente urbanização “temporária” a partir da expansão do mercado imobiliário.

Em razão da pujança do setor calçadista, como já mencionado, Franca volta-se, também, para o Turismo de Negócios, considerado a grande vocação da cidade. Capiteado pelo SINDIFRANCA (Sindicato da Indústria de Calçados de Franca), o projeto “UAI PAULISTA”, lançado no ano de 2014, tem a finalidade de fortalecer o Turismo de compras, além de oferecer aos visitantes roteiros turísticos regionais integrados visando à permanência na cidade, e, conseqüentemente, o aumento de gastos na rede de serviços.

Um pouco mais recente na história do município, mas não menos importante, a cultura do café ganhou força com a evolução da Ferrovia da Mogiana, que interligava os estados de São Paulo e Minas Gerais, tendo chegado a Franca (SP) em 1887 e em Araguari (MG) em 1889, dando origem ao ramal do Rio Grande. Desde então, a região viveu um ciclo de desenvolvimento que contribuiu para a sua projeção no mercado nacional e internacional e tornou-se sinônimo de progresso e qualidade.

Neste sentido, encontra-se em fase de implantação, a Rota do Café, proposta pela Câmara Temática do Turismo do COMAM – Consórcio dos Municípios da Ata Mogiana. Lançada no final de novembro pela Coordenadoria de Turismo de Franca e COMTUR Franca, cuja finalidade é contribuir para o desenvolvimento do Turismo a partir do resgate histórico-cultural da identidade do café na região.

Em conformidade com Sousa et al. (2014), no que tange ao Turismo Cultural, pode-se afirmar que a Região de Franca é bem servida por templos católicos que são patrimônios culturais religiosos, como o Mosteiro Cisterciense de Claraval (MG), a Igreja Matriz do Bom Jesus da Cana Verde, de Batatais (SP), a Igreja e Seminário Nossa Senhora de Aparecida (Capelinha) e a Catedral Nossa Senhora da Conceição, localizadas em Franca, entre outros.

O catolicismo carismático se faz presente em Franca, por intermédio da Comunidade Cenáculo Imaculado Conceição de Maria, que recebe de três a cinco mil pessoas todas as semanas, segundo dados da própria comunidade.

O evento católico conhecido como Hallel, baseado em “cânticos de louvor para a exaltação a Deus”, foi criado em Franca em 1988 e cresceu tanto que ocorre anualmente em várias cidades do Brasil e até de outros países da América e da África. Também foi em Franca onde ocorreu o milagre que transformou a Beata Gianna Beretta Molla em Santa e transformou a vida da devota Elisabete Comparini Arcolino e da sua filha, durante o parto.

No tocante ao espiritismo, o município abriga vários centros espíritas e o Instituto de Medicina do Além (IMA), local onde são realizadas as “cirurgias espirituais” feitas pelo médium João Berbel, que afirma incorporar o espírito do médico Ismael Alonso y Alonso, que faleceu em 1964. Muitas pessoas de várias regiões do Brasil dirigem-se para Franca com o objetivo de realizar as cirurgias e fazer tratamentos com o médium.

Segundo Tomazzoni (2008), é senso comum das argumentações do desenvolvimento turístico enfatizar que existem oportunidades a serem aproveitadas, que o potencial do Turismo está aquém do ideal, isto é, ainda não é capitalizado adequadamente. As vantagens do Turismo como atividade econômica são enfatizadas como estratégias para a propulsão do desenvolvimento, pois é uma das mais amplas e diversificadas cadeias produtivas globais (ARRILLAGA, 1976; SESSA, 1983; FOSTER, 1999; YAZIGI, 1999; McINTOSH, 2002 apud TOMAZZONI, 2008).

Além disso, algumas cidades já contam com vários atrativos turísticos, como é o caso de Rifaina, pequeno balneário às margens do Rio Grande e um dos principais destinos da região, que experimenta um crescimento em todos os setores, com destaque para o incremento imobiliário, que promove uma valorização crescente em suas terras.

Outros municípios lindeiros à represa do Rio Grande são Miguelópolis e Igarapava, ambos com potencial para pesca e demais modalidades de Turismo, porém, com infraestrutura ainda inadequada.

Brodowski é o berço do famoso pintor brasileiro Cândido Portinari, reconhecido mundialmente pela originalidade de suas obras que retratam o cotidiano do homem do campo, entre outros temas. A casa em que viveu a sua infância e juventude abriga o Museu Casa de Portinari com o objetivo de preservar a memória do pintor. A igreja Matriz Bom Jesus de Cana Verde, em Batatais, guarda o maior acervo de obras sacras de Portinari. São 28 telas expostas que enobrecem a igreja Matriz e atraem turistas dos mais diversos lugares do mundo, só para conhecer o trabalho do artista.

Em Ituverava, a vinícola *Marchese Di Ivrea* abre suas portas para receber os apreciadores do vinho. A tradição da família italiana pode ser experimentada pelos visitantes em degustações harmonizadas com rótulos sofisticados, além de visita guiada ao parreiral e às instalações da vinícola.

Em Pedregulho, o *O'Coffee*, maior empresa produtora de café do país, abriga seis fazendas cafeeiras, hospedaria, escola para formação de baristas e qualificação profissional na área. Ao utilizar os mais modernos métodos para garantir a qualidade do café, atrai visitantes de toda parte do mundo.

Levando-se em consideração tais afirmações, entendemos que o Turismo poderá contribuir significativamente com o desenvolvimento local e regional, desde que trabalhado de forma organizada e planejada.

Desta forma, esta pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: de que forma os cenários prospectivos poderão contribuir com o desenvolvimento do turismo na região? Parte-se da suposição de que o levantamento das possibilidades de futuros seja uma alavanca capaz de proporcionar maior segurança a um planejamento de médio prazo, que subsidie o encaminhamento da área para tomadas de decisões assertivas.

2. O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O turismo como opção de desenvolvimento se mostra como importante ferramenta e requer cuidados especiais para que efetivamente se obtenham resultados favoráveis. Segundo Dias (2003), o turismo é uma atividade que tende cada vez mais a ser dominante do ponto de vista econômico.

Ablas (1985) diz que dentro da sua complexidade, o conceito de desenvolvimento pode ser levado a um nível espacial menor que a nação de forma a caracterizar o que poderia ser chamado de desenvolvimento regional. O autor reforça que procurando evitar os aspectos ambíguos do termo, a região, nesse contexto, refere-se, simplesmente, à delimitação geográfica de um território segundo critérios estabelecidos que, geralmente, dizem respeito a algum tipo de polarização (ABLAS, 1985).

A concepção de desenvolvimento contempla a geração de riquezas com o objetivo de distribuí-las e melhorar a qualidade de vida de toda a população, levando em consideração a qualidade ambiental do planeta (MENDONÇA, 2012). Segundo a autora, o conceito de desenvolvimento pode ser apresentado em cinco tipos principais: como crescimento econômico; como modernização; como distribuição justa; como transformação socioeconômica; e como organização espacial (MENDONÇA, 2012).

Os cinco pilares do desenvolvimento proposto pela autora, abordam a questão do desenvolvimento sustentável. Ela afirma que para que o local a ser desenvolvido alcance qualidade de vida de forma sustentável, todos os modos de relação do homem com natureza devem ocorrer com o menor dano possível ao ambiente (MENDONÇA 2012).

Beni (2006) apresenta a regionalização como uma abordagem de desenvolvimento, por meio do planejamento sistêmico, das regiões turísticas que se complementam entre si e têm potencialidades para atrair um fluxo turístico, logo, a regionalização do turismo tem como principal objetivo desenvolver, conjuntamente, os municípios que se situam próximos uns aos outros e possuem uma série de atrativos e serviços complementares. No entanto, esses municípios têm que compreender claramente a proposta da regionalização, bem como desenvolver de forma eficaz o seu papel de agente desse processo, a fim de que ele possa ser implementado e trazer o tão esperado desenvolvimento ao qual objetiva. (BENI, 2006)

De Masi (2000), afirma que o acesso das pessoas ao bem-estar social e a melhores condições de qualidade de vida diz respeito a todos os setores da economia, dentre os quais se inclui o turismo (DE MAIS, 2000).

3. ESTUDOS DO FUTURO, PROSPECÇÃO E PLANEJAMENTO DE CENÁRIOS

O dicionário Aurélio descreve o termo cenário como “o lugar onde decorre a ação, ou parte da ação, de peça, romance, filme, etc.”. Portanto, deriva do termo teatral inglês *scenery*, onde os elementos principais para a conceituação e o entendimento da técnica são os mesmos do teatro moderno, quais sejam: cenário, cenas, trajetórias e atores (FURLAN; MOROZINI, 2015).

Os cenários aparecem pela primeira vez logo após a Segunda Guerra Mundial, como um método de planejamento militar. A Força Aérea dos EUA tentou imaginar o que o seu oponente tentaria fazer, e buscou preparar estratégias alternativas. Na década de 1960, Herman Kahn, que participava dos esforços de pós-guerra, aperfeiçoou a metodologia de construção de cenários transformando-os em uma ferramenta nos prognósticos de negócios (CHIAVENATO; SAPIRO, 2003).

Na nova era, chamada por Kotler e Caslione (2009) de “Era da Turbulência”, a necessidade de buscar novos cenários e traçar estratégias de negócios que possam contribuir com a melhoria na qualidade dos serviços, além de garantir o crescimento ordenado, é vital para a sobrevivência de instituições e empresas.

Marcial e Grumbach (2002) apud Moritz et al (2008) escrevem que, no Brasil, a prática de elaboração de cenários é relativamente recente. As primeiras empresas a utilizarem tal prática foram o BNDES, a Eletrobrás, a Petrobrás e a Eletronorte, em meados da década de 1980, em função de operarem com projetos de longo período de maturação, o que exigia uma visão de longo prazo (MARCIAL E GRUMBACH, 2002 apud MORITZ et al, 2008).

Os autores reforçam esta afirmação quando dizem que no início do ano 2000, como em outros momentos turbulentos da história, realizaram-se levantamentos com o intuito de demonstrar que as previsões feitas não haviam se concretizado:

[...] Imaginem, por exemplo, o que teria acontecido se o aumento da população tivesse atingido os patamares previstos... se o *bug* do ano 2000 tivesse travado programas e equipamentos [...] será que as previsões falharam, ou foi a mão do homem, que, tendo conhecimento delas com antecedência e sabendo de suas consequências, mudou o curso da história, tomando providências para que não ocorressem? (MARCIAL; GRUMBACH, 2006).

Não se consideram mais apenas os segmentos, mas os pequenos nichos de mercado; não existem mais patamares de estabilidade, mas forças de mudança que alteram, criam e destroem permanentemente as faces culturais e produtivas das civilizações; não há mais ciclos previsíveis, mas crises e ondas randômicas de transformações que assolam os mercados e as sociedades, desconstituindo preceitos e premissas e determinando novas configurações (TRIGO; MAZARO, 2012).

Os citados autores afirmam que os campos do lazer e do prazer foram igualmente influenciados pelos fluxos de acontecimentos que abalaram as antigas certezas e teorias pretensamente totalizantes dos meta-sistemas filosóficos e econômicos outrora predominantes (TRIGO; MAZARO, 2012).

Um dos grandes desafios na atualidade para os administradores é entender as rápidas mudanças, a complexidade crescente e a incerteza que estão presentes no ambiente e nas organizações, a fim de poderem estabelecer estratégias eficazes, em processo, conteúdo, implementação e resultados (CARLOMAGNO; BRUHN, 2005).

Para que o processo de decisão nas empresas seja condição de vantagem competitiva, é “essencial entender a dinâmica em que o setor está inserido, por meio de

estudos sobre as tendências do segmento, o que possibilita a compreensão das forças que impactam o seu futuro” (TACHIZAWA; REZENDE, 2000).

Lindkvist (2010) considera que é preciso ficar atento aos sinais, porque, da mesma maneira que não é possível ver os átomos se movendo dentro da rocha, não conseguimos ver as minúsculas e inúmeras mudanças que ocorrem na vida e na sociedade diariamente e detectar as mudanças que ocorrem durante longos períodos de tempos (LINDKVIST, 2010).

Na visão de Strebel (1993), mudanças radicais e repentinas no jogo dos negócios, conhecidas como *breakpoints* (pontos de ruptura), podem dar nova forma às diretrizes de um setor ou de uma empresa. O autor explica que enquanto uma mudança prevista tende a afetar pouco o equilíbrio entre os competidores, a mudança descontínua pode até redefinir a participação das empresas no mercado, desde que estejam preparadas para explorar as oportunidades (STREBEL, 1993 apud MACHADO NETO; QUINTANA, 2013).

Percebe-se que antecipar possíveis eventos e pontos de ruptura poderá auxiliar empresas e organizações a identificarem os “cisnes negros”, a lógica de Taleb (2014). Os eventos conhecidos por “Cisnes Negros”, uma analogia à espécie animal considerada extremamente rara, ilustram bem estas alterações. A inexistência de indícios convincentes para a sua ocorrência faz com que tais eventos sejam, aparentemente, imprevisíveis (MACHADO NETO; QUINTANA, 2013).

Neste sentido, o planejamento baseado em cenários é um olhar para a frente de forma criativa e aberta, em busca de padrões que podem emergir e que devem levar a um processo de aprendizagem sobre o futuro (WRIGHT; SPERS, 2006). Esses estudiosos afirmam que o planejamento com cenários contribui para evitar dois erros comuns: subestimar ou superestimar o ritmo e o impacto de mudanças.

5 METODOLOGIA

Várias técnicas podem ser utilizadas para realçar o pensamento estratégico por meio da elaboração de uma visão de futuro, mas, segundo *Schoemaker* (1993 apud Marcial, *Grumbach*, 2006), somente a análise de múltiplos cenários é a ferramenta indicada para examinar incertezas e expandir o pensamento das pessoas (MARCIAL; GRUMBACH, 2006).

Os métodos mais frequentemente utilizados no momento dos planejamentos estratégicos como guia de orientação na identificação de problemas, oportunidades e ameaças são: oficina de trabalho (workshop); *brainstorm*; painel; opinião de especialistas; painel de especialistas; Delphi; monitoramento e sistemas de inteligência; técnica de grupo nominal e análise S.W.O.T. (análise de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) (FURLAN; PORTER, 2004 apud FURLAN, MOROZINI, 2015).

No trabalho proposto a pesquisa é descritiva, o que em outras palavras significa fatos e características presentes em uma determinada população ou área de interesse e, ainda, que a pesquisa não é mera tabulação de dados, requer um elemento interpretativo que poderá muitas vezes ser combinado com: comparação, contraste, mensuração, classificação, interpretação e avaliação (GRESSLER, 2004).

A metodologia utilizada, parte do levantamento de uma série de eventos que, na opinião de um grupo de especialistas, poderão impactar o setor objeto da análise, num horizonte temporal determinado. Depois de elaborada a listagem dos eventos mais importantes, os especialistas são novamente consultados, para se determinar a

probabilidade de cada evento vir a ocorrer e, ocorrendo ou não, como cada evento irá impactar positiva ou negativamente o setor.

Os resultados da primeira fase são analisados, calculando-se a média ponderada. A síntese dos resultados é apresentada a cada um dos participantes que, após tomarem ciência respondem novamente, caracterizando a interatividade do método. Essas interações se sucedem até que se alcance um possível consenso (MARCIAL, GRUMBACH, 2006).

Os resultados obtidos (eventos) serão complementados pela aplicação parcial do Método dos Impactos Cruzados, proposto por Marcial e Grumbach (2006), utilizado para analisar a relação de motricidade/dependência, de cada evento em relação aos demais.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A referida pesquisa encontra-se em andamento, mas já é possível apontar que apesar das potencialidades e atrativos turísticos que se fazem presentes em Franca e no seu entorno, o Turismo não é visto como atividade socioeconômica capaz de gerar riquezas.

Considerada polo de referência regional, Franca, a maior cidade da região objeto deste estudo, até a presente data, não possui um único produto Turístico consolidado no município.

Entre os problemas identificados destacam-se alguns fatores: desinteresse por parte do poder público e ausência de um planejamento para desenvolver, sustentar e promover o turismo; fragilidade das entidades representativas do setor; na responsabilidade do mercado local e da iniciativa privada para investir nos produtos e divulgá-los, bem como no desconhecimento da sociedade civil sobre a importância da atividade enquanto geradora de emprego e renda.

Como afirma De Masi (2000), o turismo é alternativa relevante para revitalização das oportunidades, a partir da construção de novas organizações que se especializem na produção de serviços em uma nova economia do ócio (DE MASI, 2000).

Entretanto, algumas ações apontam para uma mudança no cenário nos próximos anos. Recentemente o Turismo tem estado na pauta de algumas das principais instituições da cidade, como a ACIF – Associação do Comércio e Indústria de Franca, que está preparando um estudo sobre o assunto visando desenvolver produtos e roteiros turísticos que incentivem as compras e a permanência de visitantes na cidade.

A criação recente do G6 – Grupo Político Suprapartidário, que tem como objetivo planejar ações para o desenvolvimento da cidade, deverá reforçar ainda mais o projeto. A Cocapec – Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Franca, que integra o G6, sinaliza para a importância do resgate da história do café e da criação do Memorial do Café.

Neste sentido, a elaboração de uma estratégia de fortalecimento e posicionamento do turismo a partir da organização da região, é um desafio que necessita de uma gestão dinâmica, engajamento político e sensibilização dos atores locais.

Trabalhar e lutar para o crescimento do turismo é apostar numa atividade que, quando bem planejada, é capaz de gerar benefícios econômicos, ambientais, sociais e culturais.

REFERÊNCIAS

- ABLAS, L.A.Q. Intercâmbio Desigual e Subdesenvolvimento Regional no Brasil. São Paulo, FIPE/Pioneira. 1985. (Série Estudos Econômicos). Disponível no site: <http://scholar.google.com.br/scholar_url?url=http://www.revistas.usp.br/rta/article/download/63950/66702&hl=pt-R&sa=X&scisig=AAGBfm24jz0z1vG160cA7Xu6dUTADUetDQ&nossl=1&oi=scholar&ved=0ahUKEwjPr_Cm_orPAhVMGpAKHRs3ANoQgAMIGygAMAA>. Acesso em 12/09/2016.
- BENI, Mário Carlos. 2006. *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph.
- CARLOMAGNO, Maximiliano; BRUHN, Paulo Roberto Lima. *Estratégias em ambientes complexos e imprevisíveis*. 2005. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/3Es/3es_2005/2005_3ES71.PDF>. Acesso em: 21 maio 2016.
- CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. *Planejamento Estratégico*. 2003. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?isbn=8535212353>>. Acesso em: 22 maio 2016.
- DE MASI, Domenico. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- FURLAN, Merylisa; MOROZINI, João Francisco. *Métodos de prospecção de cenários e sua aplicação nas cooperativas agroindustriais do Paraná*. 2015. Disponível em: <<http://www.ifbae.com.br/congresso8/pdf/B200.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2016.
- GRESSLER, Lori Alice. *Introdução à pesquisa: projetos e relatórios*. 2ª. Ed. rev.atul. São Paulo: Loyola, 2004.
- GUIA TURÍSTICO DE FRANCA. Franca: Ed. Bureau de Comunicação e Eventos, 2008/2009.
- MACHADO NETO, Alfredo José; ALMEIDA, F. C. A. Internacionalização da indústria calçadista francana. *RAM – Revista de Administração Mackenzie*, v. 9, n. 8, p. 88-111, 2008.
- MACHADO NETO, Alfredo José; QUINTANA, Henrique Macedo. *Break points e o atacarejo: prospecção de cenários para uma loja de auto-serviço da cidade de Franca/SP*. 2013. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/16semead/resultado/trabalhospdf/715.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2016.
- MARCIAL, Elaine Coutinho; GRUMBACH, Raul José Santos. *Cenários Prospectivos: como construir um futuro melhor*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MENDONÇA, Maurício Brilhante. *Técnicas de prospecção e análise de cenários futuros nos governos e administração pública do Brasil: revisão da produção científica brasileira de 2001 a 2010*. 2011. Disponível em:

<http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/3Es/3es_2011/2011_3ES51.pdf>. Acesso em: 21 maio 2016.

MORITZ, Gilberto de Oliveira; NUNER, Rogério; PEREIRA, Maurício Fernandes. Os métodos de prospecção de cenários e sua aplicação nas organizações: um estudo de caso no período 1998-2008. *Faces R. Adm.*, v. 7, n. 2, p. 68-83, abr./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/facesp/article/view/117/114>>. Acesso em: 21 maio 2016.

MTUR. Ministério do Turismo. 2015. *Turismo movimento 492 milhões no Brasil*. Disponível em: <<http://www.Turismo.gov.br/ultimas-noticias/957-Turismo-movimenta-r-492-bilhoes-no-brasil.html>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

SOUSA, Daiane Cristiane Oliveira; SANTOS, Daniele Noveli; SOUSA, Gabriela Silva Oliveira de. *Turismo Religioso na Região de Franca: ênfase em Santa Gianna Beretta Molla*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Turismo) – Uni-FACEF Centro Universitário de Franca, Franca (SP).

TACHIZAWA, Takeshy; REZENDE, Wilson. *Estratégia empresarial*. São Paulo: Makron Books, 2000.

TOMAZZONI, Edegar Luis. *Turismo e Desenvolvimento Regional: dimensões, elementos e indicadores*. Caxias do Sul (RS): EDUCS, 2008.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi; MAZARO, Rosana. *Movimentos Globais e Cenários em Turismo: uma realidade dinâmica, uma viagem ao futuro*. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/download/52431/56425>>. Acesso em: 21 maio 2016.

TURISMO NO BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo no Brasil 2011-2014*. 2013. Disponível em: <http://www.dadosefatos.Turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/outros_estudos/downloads_outrosetudos/Turismo_no_Brasil_2011_-_2014_sem_margem_corte.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2016.

WRIGHT, James Terence C.; SPERS, Renata Giovinazzo. O país no futuro: aspectos metodológicos e cenários. *Estud. Av.*, v. 20, n. 56, p. 13-28, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000100003&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1806-9592. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000100003>>. Acesso em 07 jun. 2016.

**UTILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO EMPODERAMENTO PARA AS
LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS DA CIDADE DE FRANCA**

*THE USE OF INFORMATION FOR THE EMPOWERMENT OF COMMUNITY LEADERS
OF THE FRANCA CITY*

Sessão temática: Desenvolvimento e Integração Regional

SANTANA, Taíse Helena de
Mestranda - Uni-FACEF
taiseh@hotmail.com

SMITH, Marinês Santana Justo
Doutora - Uni-FACEF
marinessmith@facef.br

Resumo

As ações populares por meio de lideranças participativas são uma forma de provocar o desenvolvimento local, uma vez que as políticas públicas desenvolvidas com enfoque nos interesses da população tornam as cidades prósperas. Assim sendo, o objetivo deste trabalho é discutir a importância da competência informacional e da cultura para o processo de utilização das informações disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Franca por parte das lideranças comunitárias, observando-se se as informações disponibilizadas podem ser utilizadas por líderes comunitários como ferramenta para reivindicação de ações governamentais e implantação/implementação de políticas públicas, dentro do campo de atuação social. Trata-se de pesquisa exploratória, por apresentar a discussão teórica do assunto em questão. Em continuidade, pretende-se verificar na prática, por meio de entrevistas não diretas junto a presidentes de centros comunitários, a efetivação da utilização do portal da prefeitura municipal de Franca como ferramenta de consulta e obtenção de informações públicas.

Palavras-chave: cultura e competência informacional, lideranças comunitárias, desenvolvimento regional.

Abstract

Popular shares through participatory leadership is a way to trigger local development, since public policies developed with a focus on people's interests make it prosperous cities. Therefore, the aim of this paper is to discuss the importance of information literacy and culture to the process of using the information provided in the Franca City Hall site by the community leaders, noting that the information provided may be used by leaders

Community as a tool to demand government action and deployment / implementation of public policies within the social work field. This is an exploratory research, to present the theoretical discussion of the subject matter. Continuing, we intend to verify in practice through non-directive interviews with presidents of community centers, the effectiveness of the use of the website of the municipal government of Franca as a query tool and obtaining public information.

Keywords: culture and information literacy, community leaders, regional development.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento ocorre a partir de ações governamentais e da atuação da própria população visando o crescimento e progresso, como um todo, de uma determinada região, bairro, cidade, estado, ou outra instância, seja por meio de políticas públicas que visam a identificar problemas na sociedade e resolvê-los de forma conjunta para atender às necessidades de uma coletividade, ou por meio de ações da sociedade civil. Nesse sentido o desenvolvimento deve ter um enfoque multidisciplinar, visando aspectos econômicos, políticos, sociais e de sustentabilidade, tema relevante num momento em que temos restrições de recursos em diversos âmbitos.

Com o advento da sociedade da informação, temos uma série de conteúdos disponibilizados e acessíveis na rede mundial de computadores (internet). Porém, nem tudo o que é noticiado é verossímil e proveitoso para agregação de valor, ficando a critério de cada indivíduo a responsabilidade por aproveitar ou descartar os assuntos em pauta.

O tema competência informacional vem ao encontro deste novo ambiente de acessibilidade à informação e às tecnologias de informação e comunicação (TIC's), pois cada vez mais as pessoas têm acesso à internet e as informações disponibilizadas. Num ambiente organizacional, isso permite mobilidade de dados e conhecimento sobre os assuntos da organização. No caso em pauta, as informações do município de Franca são disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Franca, cuja atualização é feita diariamente.

O Decreto 5482/2005 e a lei de acesso à informação (Lei Federal nº 12.527/2011) preconizam o livre acesso às informações públicas, independente de solicitação formal. Tal fato facilita a análise e questionamento pela população das ações do governo, e traz à tona vários dados com relação ao gasto público, à arrecadação e mesmo às políticas públicas disponibilizadas à população por meio da internet.

Desta forma, o presente artigo tem por objetivo discutir a importância da cultura informacional e da competência para o processo de utilização das informações disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Franca por parte das lideranças comunitárias, que a partir do conteúdo disponibilizado possuem argumentos para fazer reivindicações para melhorias nos bairros.

Como objetivos específicos apresentam-se: compreender a cultura e competência informacional no âmbito das lideranças comunitárias, apontar as demonstrações divulgadas pelo setor público que representam fonte para as associações.

Trata-se de pesquisa exploratória, com revisão bibliográfica para fundamentação teórica do assunto, visando embasamento para explanação do assunto em questão. Para tal, foram estudados aspectos relacionados à cultura e competência informacional, mostrando sua importância para o desenvolvimento econômico e local e análise do site do

município de Franca (SP) para averiguação das informações que podem representar empoderamento para as associações de bairro.

Assim, este trabalho está estruturado em cinco seções e é finalizado com uma discussão dos resultados: a segunda seção trata de desenvolvimento econômico e desenvolvimento econômico local; a terceira aborda as associações de moradores e aspectos de lideranças comunitárias, na quarta são levantados aspectos relacionados à disponibilização das informações no site da Prefeitura Municipal de Franca e alguns aspectos relacionados; a quinta seção aborda aspectos relacionados à cultura e competência informacional e; a seção seis demonstra alguns resultados e discussões do estudo realizado.

2 TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Os conceitos iniciais referem-se à progresso, crescimento, evolução, relacionados a elementos quantitativos e qualitativos. Na perspectiva Darwinista, o desenvolvimento seria a capacidade de a sociedade produzir seu próprio bem estar, já Marx falava de acumulação de capital, e posteriormente do emprego deste capital para financiar recursos necessários para o desenvolvimento econômico. Trataremos do termo desenvolvimento local, pois, uma vez que os aspectos contemplados neste artigo estão intrinsecamente ligados ao desenvolvimento de regiões específicas na cidade, é necessário o resgate de alguns conceitos. Sobre o desenvolvimento local, de acordo com González (2009), deve ser global e integral, e acontece a partir da iniciativa de base de um grupo específico que aplica soluções concretas partindo dos recursos que tem.

O desenvolvimento não ocorre apenas na vertente econômica, ele é ocasionado por diversos fatores, entre eles a educação, que se relaciona diretamente com a formação de cidadãos esclarecidos e participativos no processo social a educação que se relaciona diretamente com a formação de cidadãos esclarecidos e participativos no processo social, pois, a educação, constitui o caminho para mudanças profundas em nossas sociedades gerando uma nova cultura democrática e solidária (DIAS; MATOS, 2013, p. 162). Braga (2009, p. 21) ressalta que para o desenvolvimento humano são necessários exercício pleno da liberdade e a garantia de plena cidadania.

É sabido que a propagação do conhecimento ocasiona o desenvolvimento global, e a qualidade na educação, conseqüentemente, melhora a qualidade de vida das pessoas:

Programas referenciados na noção de cidades educadoras, por exemplo, sinalizam para perspectivas de avanço da qualidade da educação e de melhores condições de vida da população, pois possibilitam que os sujeitos sociais se apropriem e cuidem da cidade com sentimento de pertencimento. Os locais das cidades como praças, clubes, parques, espaços populares, dentre outros, passam a ser considerados como espaços educativos para o desenvolvimento de atividades que estimulam a construção de conhecimentos significativos e ações agregadoras. (GOES; MACHADO, 2013 p. 644)

A partir do momento que as pessoas tomam consciência do seu papel social no contexto do desenvolvimento consciência que vem de um processo educativo - elas passam a entender que seu papel na sociedade deve ser participativo e gestor, e não apenas de usuário dentro do processo.

Entendendo-se que uma população fortalecida e imbuída de conhecimento ocasiona o desenvolvimento social, e por consequência local, sendo local entendido de acordo com Campanhola e Silva (2000, p. 2) como representação de agrupamento das relações sociais, onde cultura e outros caracteres intransferíveis são peculiares e onde as instituições públicas e locais atuam para regular a sociedade, compreende-se que “educação e cultura são determinantes para se alcançar desenvolvimento humano, social e econômico, pois, transformam o homem para a vivência em sociedade [...]” (FREITAS, 2015, p. 31).

Neste contexto de educação para participação cidadã e de desenvolvimento, Araújo (2014, p. 34) menciona a expressão “sociedade da informação”, também como uma forma de desenvolvimento social e econômico, em que a captação e o processamento de conteúdos “desempenham um papel central na atividade econômica, na geração de riqueza, na definição da qualidade de vida e na satisfação das necessidades dos cidadãos e das suas práticas culturais”, porém esse deve constituir-se em eco desenvolvimento ou desenvolvimento sustentável em que se reconhece um possível desenvolvimento sem, contudo, esgotar os recursos ambientais disponíveis, pensando na preservação ambiental e humana.

Além disso, estas transformações econômicas ocasionadas pela expansão das tecnologias de informação e comunicação (TICs), ocasionam a necessidade de desenvolvimento de novas competências para que as pessoas sejam capazes de lidar com a informação, sendo elas essenciais para inserção do indivíduo na “Sociedade do Conhecimento” (SANTOS; DUARTE; PRATA, 2008, p. 209-210).

A informação passa a ser entendida como recurso para empoderamento das pessoas, podendo provocar sua participação na sociedade, seja por meio de manifestações ou de inserções ativas em ações governamentais, tal fato dependerá de fatores culturais e do conhecimento do indivíduo.

3 ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E A PARTICIPAÇÃO POPULAR POR MEIO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Após entendimento de alguns aspectos do desenvolvimento, serão apresentados alguns conceitos e definições do objeto de estudo, as Associações de Moradores.

As associações de bairro são definidas por Campos (2013), como sendo pessoas jurídicas de direito privado que unem esforços de moradores de uma determinada localidade para o alcance de objetivos comuns, principalmente políticas públicas voltadas para transporte, educação, infraestrutura, segurança entre outros, tratam-se de organizações da sociedade civil, pertencentes ao Terceiro Setor.

De acordo com Ribeiro (2016, p. 46) se articulam para reivindicar demandas de serviços e infraestrutura de locais comuns.

A união de vontades de pessoas em um local específico faz com que elas trabalhem em conjunto para alcançar objetivos comuns, em alguns casos o papel das associações de bairro é um trabalho educador e visa melhorias na convivência e no lugar. Sendo o bairro elemento unificador de realidades diferentes para melhorias urbanas (ALENCAR FILHO, 1990 p.33).

A partir da constituição legal, as associações de moradores tornam-se aptas a executar ações civis e captar recursos junto a outros órgãos e à sociedade.

A participação popular a partir da ação das associações é basilar para o alcance de objetivos comuns. Tal participação ocorrerá a partir da participação em audiências

públicas, que são abertas ao público em geral para exposição de ações do governo, podendo ocasionar o desenvolvimento local. Neste contexto temos a figura do líder comunitário que pode ser definido como:

um elemento catalisador, devendo ter consciência de seu papel como interlocutor dos interesses da comunidade, nas relações estabelecidas com o Estado, com o mercado, com a mídia, com as universidades, com ONG's, com as comunidades religiosas, com outros grupos e setores da sociedade civil, encaminhando as reivindicações e falando em nome de toda a comunidade (BORGES, 2003, p.46)

Sendo o líder comunitário o responsável por dirigir as necessidades da comunidade de um determinado bairro, ele é um dos agentes no processo de participação popular que é definida por Lock (2004):

A democracia participativa brasileira, garantida pelo princípio da participação popular, prevê variadas formas de atuação do cidadão na condução política e administrativa do Estado. Dentre elas destaca-se a audiência pública, prevista constitucionalmente no âmbito da participação legislativa e em diversas normas infraconstitucionais.

Audiência pública é um processo de participação aberto à população, para que possa ser consultada sobre assunto de seu interesse e que participando ativamente da condução dos assuntos públicos, venha a compartilhar da administração local com os agentes públicos. Constitui-se em instrumento de legitimação das decisões, através de um processo democrático, onde constantemente a comunidade teria o direito de se manifestar sobre a melhor forma de administração da coisa pública e poderia controlar as ações dos governantes através de prestações de contas. (LOCK, 2004. p. 127)

Diante do exposto, definimos como recorte para estudo as associações de bairros, que tem um papel de intervenção nas ações do governo por meio da participação nas audiências públicas e demais trâmites para a aprovação de projetos.

O líder está imbuído de características que permitem a aproximação com a população dos bairros, contudo, por tratar-se de trabalho de cunho voluntário na sociedade, os responsáveis pela realização de atividades nos centros comunitários têm restrições quanto aos horários de permanência nesses locais.

Políticas públicas são meios utilizados para o alcance de objetivos, de forma eficaz e eficiente, são ações governamentais que dependerão do plano de trabalho estabelecido pelo governo. Pode-se observar que cada governante tem projetos diferentes para atender a população, ora o foco é educação, ora saúde, meio ambiente, transporte ou aperfeiçoamento profissional.

As associações de moradores são instrumento para implementação destas ações, bem como podem ser arena para discussão e apontamento das necessidades locais. Dentro do orçamento há a previsão de destinação de verbas para estas organizações, que precisam obedecer algumas regras para desenvolver projetos voltados para a população com o apoio do governo local, uma delas estar inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Tendo em vista o desenvolvimento humano, social, econômico, entre outros, e o conhecimento como forma de poder, é preciso entender a informação disponível na internet, que poderá ser utilizada por lideranças comunitárias como ferramenta para solicitações perante o poder público. Uma vez que o desenvolvimento regional e local ocorre a partir do desenvolvimento das pessoas.

4 INFORMAÇÃO PÚBLICA PARA ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

Nesta seção serão tratadas as informações contábeis selecionadas do portal da transparência que podem ser direcionadas para as associações, tais como as peças orçamentárias e contábeis do município, objeto de pesquisa em questão.

Esta análise limitou-se a identificar a disponibilidade e a qualidade das informações apresentadas. Como passo inicial utilizou-se as informações disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Franca. Pela apresentação, verificou-se que todos os elementos são acessíveis, atualizados, não há links quebrados.

Percebeu-se que há alguma demora na publicação dos dados de encerramento, contudo, as informações mensais são sempre apresentadas obedecendo a legislação vigente.

A informação é componente importante no processo de formação do conhecimento, porém por si só não exime o indivíduo do trabalho de escolha, análise para sua transformação em conhecimento e conseqüentemente ação. (REIS; SILVA; MASSENSINI, 2011, P.18). Em complemento, Carvalho (2007) diz que “as organizações encontram na informação, no conhecimento e no planejamento, os elementos que irão subsidiar a tomada de decisão”, desta forma estando a informação acessível, deve auxiliar no processo decisório tanto do governo municipal quando das organizações que nele busca recursos.

As informações demonstradas e utilizadas são provenientes da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Franca, responsável pela contabilização e disponibilização destas informações no site oficial do município.

Com vistas ao entendimento dos acessos para coleta e filtragem da informação mencionada, apresenta-se na sequência acessos iniciais para localização das informações contábeis no site da Prefeitura Municipal de Franca. A pesquisa foi realizada no site por meio do caminho <http://www.franca.sp.gov.br/portal/>, escolhendo a seguir o ícone denominado “Portal da Transparência”.

Dentro do processo de gestão pública, um dos principais focos é na administração orçamentária, que trabalha o planejamento do gasto público por um prazo médio de quatro anos, através do Plano Plurianual.

Pela observação das peças orçamentárias foi possível identificar a apresentação dos projetos programados para execução durante o exercício de 2016. Para cada ação há uma previsão orçamentária, e é possível identificar as projeções de gastos em vários setores. Caso haja alterações, inclusões, exclusões a serem realizadas posteriormente à aprovação da lei, as modificações deverão ser votadas novamente para aprovação.

Destacam-se algumas demonstrações que possuem informações úteis para coleta, análise, e acompanhamento da execução orçamentária, entre elas, os balancetes mensais, que permitem o acompanhamento da execução da despesa mensal do órgão, e arrecadação da receita com as devidas fontes, tal acompanhamento permite verificar quanto da despesa prevista vem sendo realizada a cada mês e quanto da receita estimada está sendo efetivamente arrecadada.

Ainda no site da Prefeitura Municipal de Franca, é possível detalhar ainda mais a previsão orçamentária, pois refinando a pesquisa por meio de filtros, fica evidenciada a previsão de co-financiamento de 59 Associações Comunitárias, que para estarem habilitadas à captação dos recursos previstos deverão estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social, em obediência ao Plano Nacional de Assistência Social, além disso, deverão cumprir várias obrigações acessórias para permanecerem aptas.

As informações extraídas de sites oficiais podem ser utilizadas como base para análise da qualidade e destinação do gasto público. Devido à complexidade dos dados, percebe-se que há baixa adesão nas audiências públicas, tanto as que definirão o Plano Plurianual quanto às subsequentes, de elaboração do orçamento e acompanhamento da execução. O incentivo ao entendimento da informação publicada e participação nestas reuniões, denota exercício de cidadania e desenvolvimento de competências para interpretar e questionar os dados expostos.

5 CULTURA E COMPETÊNCIA INFORMACIONAL: DEFINIÇÕES E APLICAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Partindo-se do princípio que o domínio da informação é ferramenta essencial no processo de empoderamento e que cultura e competência informacional, ocasionam o maior aproveitamento das informações das demonstrações contábeis, dos orçamentos públicos, enfim da informação pública, entende-se que é necessário o desenvolvimento de competências, entre elas a competência informacional.

Esta seção destina-se à explanação dos conceitos de cultura e competência informacional. Os conceitos estão interligados, contudo começa-se com a definição de cultura, que de acordo com Schermerhorn, Hunt e Osborn:

cultura são formas aprendidas e compartilhadas de fazer as coisas numa sociedade, é a forma pela qual as pessoas de diferentes sociedades pensam, comportam-se e resolvem problemas.[...] A consciência de diferentes culturas requer uma compreensão clara da própria cultura e da capacidade de vencer pré-conceitos, como acreditar que uma cultura é superior a outra ou que só existe uma forma correta de se fazer as coisas. (p.51)

De acordo com Freitas, “uma empresa zelosa de sua cultura vai procurar obter adesão à sua missão, seu projeto, seu mundo a construir”, sendo a cultura entendida como instrumento de poder, mas também como:

Conjunto de representações imaginárias sociais que se constroem e reconstroem nas relações cotidianas dentro da organização e que se expressam em termos de valores, normas, significados e interpretações, visando um sentido de direção e unidade, tornando a organização fonte de identidade e de reconhecimento para seus membros. (FREITAS, 2000, p.89)

Entende-se que a cultura é o começo do processo de construção do conhecimento. A competência está relacionada com as habilidades desenvolvidas para o correto aproveitamento da informação. E, em seu recorte cultura informacional, entendida como “o discernimento do usuário da informação em relação ao contexto, às ferramentas de mediação do acesso à informação, bem como às práticas socioculturais envolvidas” (MOURA, 2011, p.54).

Na sociedade contemporânea, a cultura informacional caracteriza-se pela presença incisiva de suportes nos processos formativos, e pela riqueza de informações (MOURA, 2011, p.53).

Embora a posse de infraestrutura e conhecimento técnico, para possibilitar o fluxo e compartilhamento da informação seja imprescindível, não são suficientes para garantir

êxito com a informação (SMITH, 2013, p. 135). A autora conclui que a cultura informacional e a competência informacional tornam-se relevantes para concretizar o êxito no uso efetivo da informação.

Considerando-se competência e cultura informacional, torna-se necessário definir a quem compete o conhecimento, o acesso e o entendimento da informação, pois como mencionado por Araújo (2014, p.38-39) vivemos em “uma sociedade de indivíduos que buscam, analisam, usam e transformam a informação em conhecimento”, buscando resolver problemas particulares que refletirão na sociedade como um todo. Belluzzo (2010, p. 28) diz que são fontes fundamentais de riqueza da nova Era da Informação “o conhecimento e a comunicação, e não os recursos naturais ou o trabalho físico”. Tal fato remete à competência informacional na área pública, pois o Estado é responsável por suprir algumas necessidades sociais, desta forma, entende-se que a informação governamental deve ser conhecida e entendida por todos os cidadãos.

De acordo com Cruz et al: “a *accountability* governamental se materializa a partir da divulgação de informações claras e tempestivas acerca de resultado da atuação da gestão pública, bem como suas implicações para a sociedade. Essa divulgação deve abranger informações quantitativas e qualitativas, disponibilizadas de forma acessível a todos os atores sociais, em meios de comunicação eficazes, com destaque para a internet.”

Platt Neto, Cruz e Vieira apud Platt Neto et al (2007, p. 91) verificaram diversas limitações na divulgação das contas públicas da instituição com o uso da Internet, tais como:

- ✓ informações incompletas e desatualizadas;
- ✓ dados em séries históricas descontinuadas;
- ✓ links inexistentes (quebrados);
- ✓ carência de gráficos;
- ✓ identificação parcial (incompleta) de demonstrativos e tabelas;
- ✓ ausência de notas explicativas;
- ✓ ausência de glossário de termos técnicos;
- ✓ não utilização da Homepage Contas Públicas; e
- ✓ ausência de explicações metodológicas para apuração de custos.

Os mesmos autores (2007) mencionam o conceito de transparência com o algo mais amplo que publicidade, pois não é simplesmente divulgar a informação, é necessário que ela obedeça outros critérios como relevância, confiabilidade, tempestividade e compreensibilidade. Esses fatores favorecem o exercício de cidadania da população, esclarecendo a Lei de Acesso à Informação (LAI). O entendimento da informação transparente permite a participação popular, que muitas vezes não pode ser direta, mas é legitimada pela participação de um líder ou uma liderança.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo deste trabalho foi uma reflexão sobre a competência informacional, observou-se se que as informações disponibilizadas no site e no portal da transparência do município de Franca são acessíveis e poderão ser utilizadas por líderes comunitários como ferramenta para reivindicação de ações governamentais e implementação de políticas públicas, desde que haja interesse e disponibilidade dos usuários da informação.

A partir de informações disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Franca é possível identificar informações específicas para os diversos aspectos de gestão das

Associações de Bairro. Entre as demonstrações que possuem informações úteis para coleta e análise, destacam-se os balancetes mensais que permitem o acompanhamento da execução da despesa mensal do órgão, no qual é possível observar pelo código da ação quanto está sendo aplicado dentro do período. Nas informações disponíveis é possível verificar os valores transferidos de forma nominal a cada associação apta aos recursos.

O presente artigo também possibilitou perceber que competência informacional vai além dos limites do acesso à informação, à transparência e pouco tem relação com a governança. Cultura e competência informacional é um conjunto de fatores que permite ao indivíduo captar a informação e filtrar o que é importante de acordo com as habilidades e conhecimentos que agregou ao longo da vida. Dessa forma, para que a informação seja compreendida pelos usuários, é necessário que haja alguns conhecimentos prévios, ainda que básicos sobre acesso à internet e leituras variadas.

As lideranças comunitárias diferentemente de um líder nato, têm suas aptidões desenvolvidas ao longo de um processo, que muitas vezes se inicia por necessidade, ou em um serviço voluntário por paixão pelo que se faz, sem, entretanto ter desenvolvido suas capacidades de liderar.

A tomada de decisões somente é possível a partir do bom entendimento dos dados apresentados, que acontece apenas após a devida absorção do conteúdo disponibilizado que, de acordo com a legislação vigente, deve ser o mais clara possível, e em linguagem de fácil compreensão a todo cidadão.

A participação popular e o empoderamento poderão ser concretizados desde que os participantes do processo tenham entendimento das informações disponíveis, o que será ocasionado por um aprofundamento por parte dos interessados em melhorar o atendimento do bairro em que moram.

Após os estudos iniciais, deixa-se como sugestão uma pesquisa de campo com a possibilidade de aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo do trabalho para embasamento de estudo de caso específico. Embora não se tenha atingido o universo de associações de bairro da cidade, pode-se inferir que o presidente responsável por “dar voz” às necessidades do bairro deve estar sempre atualizado a respeito dos assuntos do município e também atento às necessidades e carências da população local. Por esse motivo, procederíamos a entrevistas bastante pontuais sobre a efetiva utilização dos dados obtidos por meio dessa ferramenta na atuação dessas pessoas junto à população.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, SINAY Santos Silva de. *Cultura informacional e as representações sociais do ensino superior à distância conceitos, práticas e repercussões*. Curitiba: Editora Appris, 2014. 273p.

BELLUZZO, Regina C.B. Competências e novas condutas de gestão: diferenciais de bibliotecas e sistemas de informação. In: VALENTIM, M.L.P. (Org). *Ambientes e fluxos de informação*. Marília: Cultura Acadêmica, 2010. P. 22-53.

BORGES, Francisco César de Mattos. A importância da liderança comunitária no processo de desenvolvimento local. In: BENEDICTO, José Luis Luzón; STADEL, Christoph; BORGES, César. *Transformaciones regionales y urbanas en Europa y América Latina*. Edicions Universitat Barcelona, 2003, p. 41 - 56.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>.

_____. Decreto n.º 5.482, de 30 de junho de 2005. Dispõe sobre a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da administração pública federal, por meio da Rede Mundial de Computadores - Internet. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/transparência>>.

CAMPOS, Wilson Ferreira. *Cartilha das associações de moradores*. 2013. Disponível em: <http://wilsonferreiracampos.blogspot.com.br/2013/02/cartilha-das-associacoes-de-moradores.html>. Acesso em: 26.01.2016

CRUZ, C.F.; FERREIRA, A.C.de Souza.; SILVA, L.M.; MACEDO, M. A. da Silva. *Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiro*. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro. v.46 p. 153-76, jan./fev. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v46n1/v46n1a08.pdf>. Acesso em: 12.09.2015

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. Políticas Públicas – *Princípio, Propósitos e Processos*. São Paulo: Atlas, 2012. pp. 132-176

FREITAS, Maria Ester de. *Cultura Organizacional: identidade, sedução e carisma?* Rio de Janeiro: FGV, 2000. 180p.

GOES, Flávia Temponi; MACHADO, Lucília Regina de Souza. *Políticas educativas, intersectorialidade e desenvolvimento local*. Educ. Real., Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 627-648, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362013000200016&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 17 Nov. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362013000200016>.

GONZÁLEZ, Román Rodríguez. *La escala local del desarrollo*. Definición y aspectos teóricos. RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 1, n. 1, 2009.

LOCK, Fernando do Nascimento. *Participação Popular No Controle Da Administração Pública: Um Estudo Exploratório*. Revista Eletrônica de Contabilidade. vol. 1 n.1, setembro/novembro 2004. Disponível em: <http://cascavel.cpd.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/contabilidade/article/viewFile/122/3530>. Acesso em: 05.01.2016

PLATT NETO, Orion Augusto; CRUZ, Flávio da; ENSSLIN, Sandra Rolim; ENSSLIN, Leonardo. *Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira* Contabilidade Vista e Revista, v. 18, n. 1, p. 75-94, jan./ mar. 2007.



VIOLÊNCIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
VIOLENCE AND REGIONAL DEVELOPMENT

Sessão temática: 2.1 Desenvolvimento Regional e Local

BRAGA FILHO, Hélio
Uni-FACEF - hgt@com4.com.br
Doutor em Serviço Social pela UNESP – Franca

ANDRADE, Leonardo H. Cardoso de
Uni-FACEF / FACIG - leo.hca@gmail.com
Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Uni-Facef

POUSA, Jonatan
FACIG - pousa.jonatan@gmail.com
Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Uni-Facef

Resumo

O fenômeno social da violência, que outrora era praticamente exclusivo das áreas metropolitanas, mais recentemente, deslocou-se para as áreas urbanas do interior em virtude da disseminação do desenvolvimento econômico promovido pela desconcentração industrial, como também, pelo esgotamento das economias de aglomeração nas grandes capitais. O objetivo da pesquisa é verificar as condições socioeconômicas da R.A. de Franca – SP *vis-a-vis* ao comportamento da violência através da taxa de homicídios. Enquanto problema de pesquisa, importa-nos indagar: a violência pode comprometer o desenvolvimento de uma região? Trata-se de uma pesquisa quantitativa, visando conhecer a evolução do indicador de criminalidade, através do Índice de Homicídios para cada 100 mil habitantes na Região Administrativa de Franca – SP, nos últimos 15 anos, comparativamente com a evolução da condições socioeconômicas da região. Utilizamos dados oficiais de fontes secundárias, com a técnica da estatística descritiva. Como parâmetro para criminalidade, utilizamos o critério da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), que considera índices acima de 8 para cada 100 mil habitantes, como epidêmico. Pudemos constatar, nesta região, índices beirando a epidemia e, até mesmo momentos em que foi superada esta barreira. O que, por sua vez, pode estar prejudicando fatores estratégicos para o desenvolvimento da região.

Palavras-chave: Violência, Desenvolvimento Regional, Capital Social.

Abstract

The social phenomenon of violence, which was once practically exclusive to metropolitan areas, more recently moved to urban areas in the interior due to the spread of economic development promoted by industrial deconcentration, as well as the depletion of agglomeration economies in large Capitals. The objective of the research is to verify the

socioeconomic conditions of R.A. de Franca - SP vis-a-vis the behavior of violence through the homicide rate. As a research problem, we must ask: can violence affect the development of a region? This is a quantitative research, that aimed to know the evolution of crime indicator through the Homicide Index for every 100 thousand inhabitants in the last 15 years in the Administrative Region of Franca - SP, compared to the evolution of the socioeconomic conditions of the region. We used official data from secondary sources, with the technical descriptive statistics. As criterion we use the index of the Pan American Health Organization (PAHO), which considers above 8 homicides for every 100 thousand inhabitants, as an epidemic. We observed in this region, rates verging on epidemic and even times when it was overcome this barrier. What, in turn, may be damaging strategic factors for the development of the region.

Keywords: Violence, Regional Development, Social Capital.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre o Desenvolvimento tem ganhado destaque na atualidade, por sua importância no desenvolvimento de regiões e localidades que apresentam certos atrasos estruturais: econômicos e sociais. Acreditava-se, anteriormente, que o crescimento econômico experimentado pelas metrópoles, através de seu desenvolvimento, se espalharia para os países e regiões periféricas, após seu crescimento. Porém, passado algum tempo sem que muitas destas regiões do globo tenham alcançado este desenvolvimento, como se previa, começamos a busca de novos paradigmas para o Desenvolvimento Regional.

Partindo desta necessidade de entender as regiões que se destacaram, chegamos ao Capital Social, como fator estratégico, sendo um dos principais potencializadores de desenvolvimento, a partir dos potenciais endógenos da região.

Esse capital, conceituado por Robert Putnam, tem como princípio os índices de associatividade e consciência coletiva da sociedade. O que, por sua vez, faz com que haja a possibilidade de compartilhamento de recursos financeiros e tecnológicos, capazes de promover, com maior eficácia, a economia da região.

A violência social tem sido um fenômeno constante nas sociedades. E assim como o sistema social, apresenta-se complexo e multifacetado e, por assim dizer, de difícil compreensão. Seus impactos na sociedade são diversos, indo do medo causado na sociedade, até mesmo à influenciar o direcionamento de recursos públicos para áreas de menor eficiência, em relação ao desenvolvimento.

Dessa maneira, a presente pesquisa visa descrever as condições socioeconômicas da Região Administrativa de Franca – SP, assim como a presença de violência social associada à criminalidade, através do Índice de Homicídios para cada 100 mil habitantes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A violência social tem sido um dos grandes problemas das sociedades contemporâneas, assim como um grande desafio para as pesquisas acadêmicas que buscam entender suas causas. Apresentando-se como um fenômeno social multifacetado e complexo, a violência social envolve diversos aspectos relacionados à vida individual e coletiva nas sociedades modernas.

No contexto do desenvolvimento regional as ocorrências de violência social podem, de alguma maneira, inibir pressupostos estratégicos de desenvolvimento nas regiões onde se verificam com grande intensidade. Isto se deve ao fato de que, muitas pesquisas acadêmicas tem apontado para o desenvolvimento do Capital Social, como uma estratégia de sucesso para o desenvolvimento das regiões (PUTNAM, 2002; BECKER & WITTMANN, 2008). De certa maneira, as ocorrências de violência social impactam diretamente na construção e manutenção deste capital, que tem como valor social básico, o coletivismo.

Segundo Kliksberg (2010) o Capital Social apresenta pelo menos quatro dimensões: a) confiança nas relações interpessoais, sendo a base relacional da cadeia de cooperação social; b) capacidade associativa, que deriva desta base de confiança; c) consciência cívica, fortalecendo o interesse coletivo; d) valores éticos predominantes, considerado como fator decisivo.

Sendo assim, em teoria, em uma sociedade altamente violenta, estes pressupostos podem, de certa maneira, ser inibidos, impedindo a construção de estratégias de desenvolvimento, em seus amplos aspectos. Um destes impactos pode ser observado pelo medo generalizado ocasionado nas sociedades onde a violência associada ao crime – por exemplo – apresenta-se em altos índices de ocorrência, chegando à um estado de epidemia. Este medo, por sua vez, diminui a capacidade associativa da comunidade incapacitando associações com vista à fomentar a economia da região (ANDRADE, 2016).

Além deste impacto causado no Capital Social, a violência promove uma série de ineficiências nos sistemas sociais. Uma destas ineficiências é causada pela violência não fatal, onde os indivíduos que sofrem suas sequelas, acabam ficando impossibilitados de participar ativamente dos processos produtivos, por incapacidade física e até mesmo psicológica. Com isso, transformam-se em pesados fardos para suas famílias, como para a sociedade.

Segundo Minayo (1994, p. 11-12)

Se é difícil apresentar dados conclusivos sobre a mortalidade, é muito mais problemático ainda dimensionar a morbidade por violência. O cuidado em dissertar sobre o tema tem várias razões, das quais se mencionamos algumas. Em primeiro lugar, existe uma escassez total de estudos, muito maior que no caso da mortalidade. [...] Em segundo lugar, mesmo quando há pesquisas, fundamentadas em notificações dos sistemas de saúde e policial, nem todos os lesados recorrem ao serviço público. Além disso, os traumas físicos, psicológicos, morais e relacionais são muito mais amplos e complexos do que as notificações conseguem captar.

Além de prejudicar o fator estratégico do Capital Social para promoção do desenvolvimento, nas regiões onde a violência é constatada em altos índices, a capacidade de investimento público fica prejudicada, impossibilitando investimento em áreas estratégicas. Isto se dá ao fato de que, uma vez que necessita direcionar seus recursos – que em geral são escassos – para áreas menos eficazes do sistema social, como: o sistema carcerário; o sistema de policiamento; assim como para o sistema de saúde, no tratamento dos traumas causados, vida de regra, impede que estes recursos sejam investimentos em áreas que poderiam prevenir tais ocorrências, como no sistema educacional, melhorando sua qualidade.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) desde o ano 2000 as mortes causadas pela violência, ou seja, o número de mortes por homicídios superou o de mortes em situações de guerra, apontando para uma cifra de 6 milhões de pessoas que perderam suas vidas desta maneira (WHO, 2014). Para a OMS “A violência interpessoal

não-fatal é ainda mais comum do que homicídio e, tem sérias consequências a longo prazo tanto para a vida pessoal, como para a sociedade ” (WHO, 2014, p. 2).

Para a OMS, a violência caracteriza-se

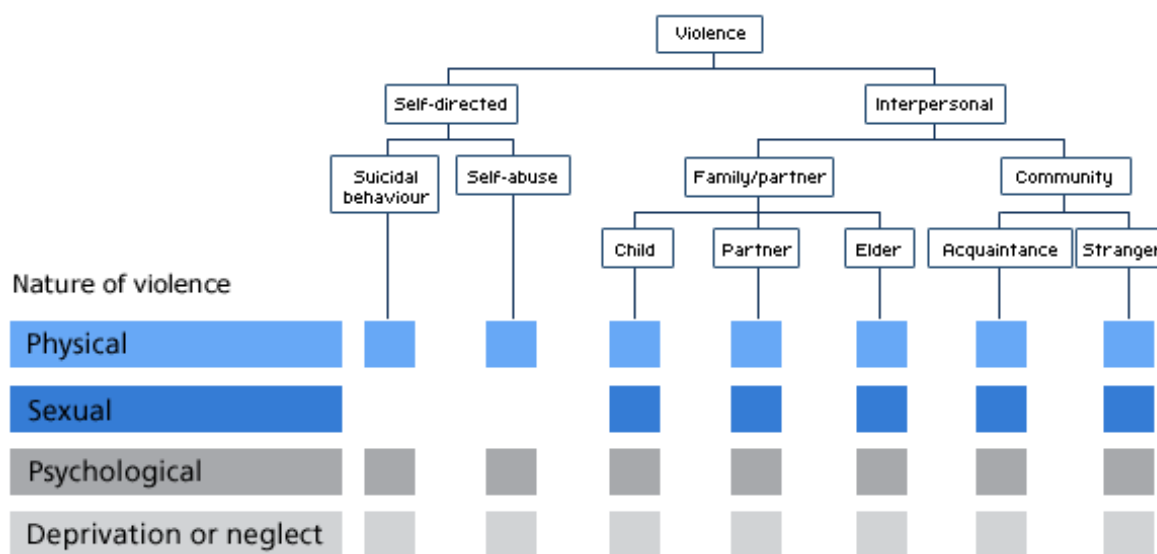
pele uso intencional de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação (WHO, 2002, p. 5).

No intuito de facilitar o entendimento do fenômeno da violência social, na resolução WHA49.25 a OMS declara o problema da violência como um problema de saúde pública, classificando suas ocorrências por tipologia segundo três principais grupos: Auto-violência; Violência Interpessoal; e Violência Coletiva (WHO, 2002).

A Auto-violência é dividida em comportamento suicida e em autoflagelo, já a Violência Interpessoal caracteriza-se, também, em dois grupos sendo: contra aqueles que se conhece e que se tem relações próximas; e aquela cometida contra indivíduos que nem ao menos se conhecem. A Violência Coletiva, por sua vez, manifesta-se de diversas formas como nos atos terroristas, nas brigas de torcidas de futebol, de grupos rivais, entre outras formas (WHO, 2002).

Conforme podemos observar na figura 1, ainda segundo a OMS, a violência pode ser interpretada segundo a natureza de suas ocorrências, que podem ser agrupadas em violência: Física; Sexual; Psicológica; e Privação ou Negligencia. Dando-nos uma ideia da complexidade deste fenômenos social e suas implicações para a sociedade.

Figura 1: Tipologia da violência.



Fonte: WHO, 2002, p. 7.

Segundo Hannah Arendt (2006) a violência é usada pelo ser humano como uma ferramenta para adquirir o que se deseja. Dessa maneira, podemos considerar que, quando um indivíduo não tem os meios socialmente adequados para conseguir aquilo que deseja, tende a buscar formas e ferramentas alternativas, como a violência, para satisfazer seus desejos e necessidades . Para ela,

A verdadeira substância da ação violenta é regida pela categoria meio-fim cuja principal característica, aplicada aos assuntos humanos, tem sido de que o fim está sempre em perigo de ser superado pelos meios que o justificam e que são necessários para alcançá-lo . (ARENDR, 2006, p.10)

Deste ponto de vista, vemos um aspecto importante para a compreensão deste fenômeno complexo e multifacetado, ou seja, o Custo de Oportunidade⁷ pode definir quais os riscos que cada indivíduo é capaz de assumir na busca de seu desejo. Para Minayo e Souza (1998, p. 519)

[...] As desigualdades sociais, o contraste brutal entre a opulência e a indigência, as poucas oportunidades de emprego, de ascensão social e remuneração condignas levariam os pobres a se rebelar e a tentar recuperar o excedente de que foram expropriados. Tais ideias inspiram-se basicamente em Sorel (1970) [...], e em Engels (1974), que situa o fenômeno da delinquência no início da industrialização da Inglaterra como nível elementar da luta de classes.

Assim, as grandes diferenças sociais e as dificuldades que as populações mais carentes encontram em sua vida, determinam as opções, ou seja, o Custo de Oportunidade na busca daquilo que deseja. E, como todos compartilhamos a mesma realidade, convivendo com o todo social, seja através do contato direto ou indireto proporcionado pelos meios de comunicação, é natural que todos queiramos desfrutar e beneficiarmo-nos de tudo aquilo que a sociedade produz.

A influência exercida pela propaganda pode despertar apreciável desejo de se obter o objeto de marca, ao ponto de, em certas circunstâncias, sacrificar/renunciar até mesmo o suprimento de necessidades básicas, traduzir-se em decisão de apenas poder ostentar e de se sentir incluído socialmente. Seria o caso de se pensar que o desejo de adquirir o objeto de marca ou, tão somente de consumir, quando não sacrifica a satisfação das necessidades básicas, pode entorpecer/anestesiá-las as aspirações de influenciar e de transformar a sociedade, seja através do pensamento ou da ação (BRAGA FILHO; CAMPANHOL, 2010, p. 46-47).

De certa maneira, esse desejo exacerbado por objetos de luxo condiciona o comportamento social, influenciando sobre maneira o comportamento daqueles que não tem acesso aos recursos necessários para se obter aquilo que se deseja, de forma que o Custo de Oportunidade, passa a ser, para este indivíduo, um fomentador do comportamento violento e, por consequência, um aspecto importante na análise do comportamento humano.

Segundo Bauman (1998, p. 57)

A crescente magnitude do comportamento classificado como criminoso não é um obstáculo no caminho para a sociedade consumista plenamente desenvolvida e universal. Ao contrário, é seu natural acompanhamento e pré-requisito. É assim, reconhecidamente, devido a várias razões, mas eu proponho que a principal razão, dentre elas, é o fato de que os “excluídos do jogo” (os consumidores falhos – os consumidores insatisfatórios, aqueles cujos meios não estão à altura dos desejos, e aqueles que recusaram a oportunidade de vencer enquanto participavam do jogo de acordo com as regras oficiais) são exatamente a encarnação dos “demônios interiores” peculiares à vida do consumidor.

Ademais, se considerarmos as características das sociedades contemporâneas, poderemos ver questões fortemente relacionadas com a vida econômica. Thomas Piketty (2014) descreve as sociedades contemporâneas como altamente meritocráticas ou, como a sociedade dos superexecutivos e superstars. Zygmunt Bauman (2008) descreve como uma sociedade altamente consumista, com uma perda de seus referenciais morais. Questões estas que, em última instância, condicionam o comportamento ético, norteando o paradigma social.

Segundo Fox e Hoelscher (2012, p. 435)

⁷ Em referência ao preço que se paga por aquilo que se almeja, ou o custo de oportunidade por práticas não lícitas, como a violência, por exemplo.

A pobreza cria incentivos positivos para os indivíduos usarem todos os meios necessários para adquirir o que se deseja, reduzindo o custo de oportunidade do uso de estratégias de risco (como a violência) para fazê-lo. Da mesma forma, a desigualdade pode exacerbar a luta entre classes ou grupos, inspirando assim, indivíduos ou grupos a tomarem, de seus líderes, ou uns dos outros, mesmo que os custos de oportunidade de fazê-lo sejam elevados .

Dessa maneira podemos observar uma interligação entre questões econômicas, com o estudo do comportamento em sociedade realizado pela sociologia, demonstrando a importância de associarmos diferentes pontos de vista nas análises científicas, para que possamos assim, compreender com maior efetividade as relações entre os diversos fenômenos estudados pelas ciências humanas e sociais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa quantitativa com o objetivo de descrever as condições socioeconômicas e, avaliar a incidência de violência através do Índice de Homicídios para cada 100 mil habitantes. Para avaliar as questões econômicas foram utilizados indicadores de PIB e Renda Média; indicadores sociais, o número de Empregos Formais, o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS e, o Índice de Exclusão Social – IES.

Em seu recorte territorial a pesquisa compreende as ocorrências destes indicadores na Região Administrativa de Franca – SP. A série histórica de criminalidade compreendem o período que vai do ano de 1994 ao ano de 2014. Porém, uma de suas limitações se deve à falta de séries históricas para o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), que está disponível apenas para o ano de 2010 e, e o Índice de Exclusão Social (IES) que está disponível para os anos 2000 e 2010.

Os indicadores econômicos foram utilizados para caracterizar as condições atuais da região, com a ajuda dos indicadores sociais sintéticos – IPVS e IES –, possibilitando a compreensão da realidade socioeconômica da Região Administrativa de Franca – SP, na atualidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo informações da Fundação SEADE, a Região Administrativa de Franca – SP compreende um total de 23 municípios, com uma característica econômica multissetorial, apresentando um PIB de aproximadamente R\$ 18,5 milhões em 2013, o que representou 1,1% do PIB do Estado de São Paulo. Em relação aos Empregos Formais a região sustentou para este mesmo ano, aproximadamente 190 mil postos de trabalhos formais, o que representou 1,35% do total dos empregos formais do Estado.

Em relação à Renda Média dos Empregos Formais a região apresentou uma renda média de R\$ 1.752,14, sendo 31% menor do que a média apresentada no Estado, com R\$ 2.549,89 e, 39% menor que a região metropolitana, com R\$ 2.872,63. Conformando uma capacidade econômica, abaixo da média do Estado, conforme dados apresentados pela Fundação SEADE.

Na questão Social, segundo IPVS calculado para o ano de 2010 a região encontra-se entre as melhores do Estado, não apresentando presença de população em condições subnormais de vida, ou seja, sem a presença de favelas. Segundo os cálculos da Fundação SEADE, demonstrados na tabela 1, 61,7% da população da região encontrava-

se, em 2010, em situação de baixa vulnerabilidade social, enquanto 26,4% encontrava-se em situação de média vulnerabilidade e 11,9% em situação de alta vulnerabilidade.

Tabela 1: Índice de Vulnerabilidade Social Paulista: Média da Região Administrativa de Franca – SP, 2010

Índice Paulista de Vulnerabilidade Social	Vulnerabilidade - % da população						
	Baixíssima (urbana)	Muito Baixa (urbana)	Baixa (urbana)	Média (urbana)	Alta (urbana)	Muito Alta (subnormais)	Alta (rural)
R.A. de Franca	1,8	43,3	16,6	26,4	11,3	-	0,6

Fonte: Adaptado de Fundação SEADE.

Segundo dados da tabela 2, em relação à exclusão social, o índice apresentado no Mapa da Exclusão Social (POCHMANN; AMORIM, 2003; GUERA; POCHMANN; SILVA, 2014), a região apresentou, também, um bom desempenho com uma média do IES para a região administrativa de 0,719⁸, semelhante à situação geral do Estado, que obteve o mesmo IES.

Tabela 2: Índice de Exclusão Social: Média da Região Administrativa de Franca – SP, 2000 e 2010

Região Administrativa de Franca - SP	Indicadores							Índice de Exclusão Social
	Empregos	Pobreza	Desigualdade	Alfabetização	Escolaridade	Juventude	Violência	
2000	0,157	0,706	0,124	0,859	0,514	0,722	0,970	0,543
2010	0,704	0,827	0,639	0,856	0,482	0,604	0,960	0,719

Fonte: Adaptado de POCHMANN, AMORIM, 2003; GUERA, POCHMANN, SILVA, 2014

Podemos perceber que entre os anos de 2000 e 2010 a região apresentou uma melhora de 32% no IES, com destaque para os indicadores de Empregos, Pobreza e Desigualdade e, ligeiro recuo nos demais itens avaliados.

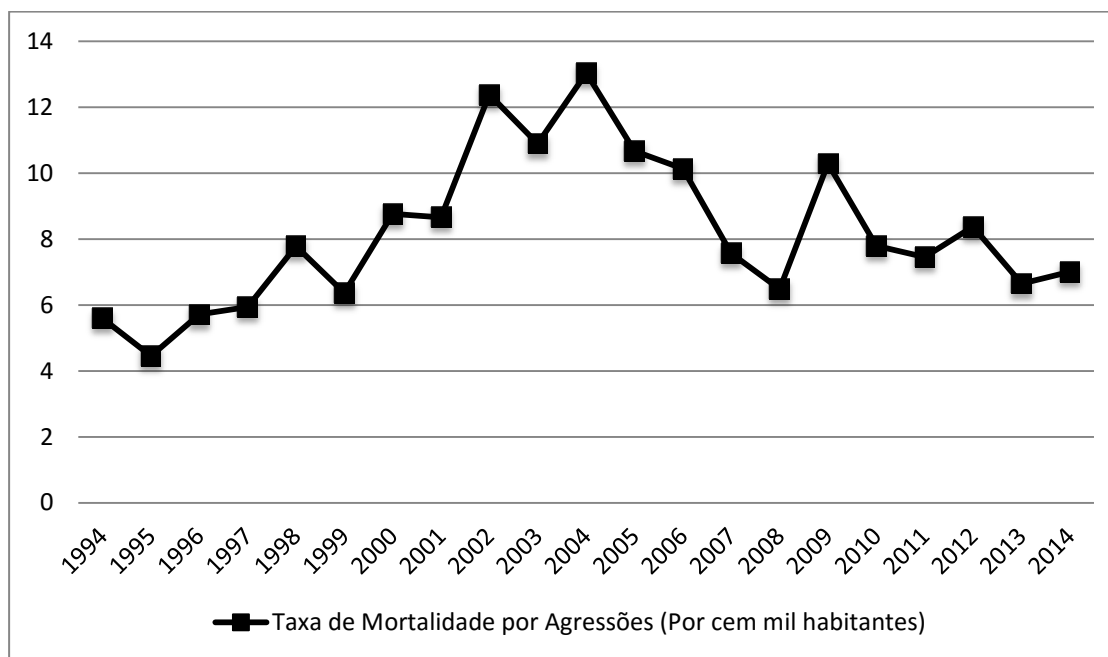
Dessa maneira, vemos que a Região Administrativa de Franca – SP encontra-se em boas condições socioeconômicas, apesar da grande diferença no nível de renda em relação à média do Estado, assim como da região metropolitana da capital.

Em relação à violência, segundo critérios da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), uma taxa de mortalidade acima de 8 mortes para cada 100 mil habitantes, indica uma epidemia. No caso das mortes por homicídios, temos assim uma epidemia de violência por criminalidade⁹, onde se constata tais indicadores.

Gráfico 1: Taxa de Homicídios por 100 mil Habitantes: R.A. de Franca – SP, 1994 à 2014

⁸ O IES foi construído como um índice sintético, em que quanto mais próximo de 1, melhor a situação da localidade/região analisada (POCHMANN; AMORIM, 2003).

⁹ Segundo Januzzi (2012) o índice de homicídios pode ser usado para medir a criminalidade de uma sociedade.



Fonte: Fundação SEADE, elaboração dos autores.

Conforme podemos observar na gráfico 1, a região começa a apresentar uma característica de epidemia de violência a partir do ano 2000 com uma taxa de 8,76 homicídios para cada 100 mil habitantes. Epidemia esta, que figura nesta região até o ano de 2006 com uma taxa de 10,13 homicídios, com pico de 13,03 homicídios para cada 100 mil habitantes em 2004. Vemos também que após esse período a taxa de mortalidade por homicídios fica muito próxima da barreira entre, o que é considerado normalidade e a situação epidêmica.

Assim, vemos que a Região Administrativa de Franca – SP, apesar de sua boa situação socioeconômica, ainda apresenta índices de violência social preocupantes. Assim como fora argumentado, esta situação, em última instância, pode estar prejudicando condições de desenvolvimento da sociedade local e regional. Pois, além do fato de que os governos, nesta situação, tem direcionado seus escassos recursos para áreas menos estratégicas, como no policiamento e no encarceramento, os princípios estratégicos do Capital Social, como a associatividade ficam deteriorados, impedindo assim, estratégias de desenvolvimento endógeno mais eficientes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vemos assim a importância de buscarmos novas análises em relação ao que consideramos desenvolvimento. Uma sociedade, como fora percebido pelo paradigma científico sistêmico, envolve certa complexidade e não podemos deixar de lado a visão do todo. Assim como é necessário entendermos as interconexões existentes entre os fenômenos sociais, econômicos, humanos e até mesmo naturais.

Sendo assim, entender o comportamento humano, coletivo e individual, e seus condicionantes é extremamente importante para as análises econômicas, assim como os indicadores econômicos, por sua vez, podem nos ajudar a entender estes mesmos fenômenos humanos e sociais. E, por consequência, a busca da interdisciplinaridade deve ser um dos principais objetivos dos acadêmicos, na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Leonardo Henrique Cardoso de. Desenvolvimento Regional e Violência: uma análise da Região Administrativa de Franca – SP. 2016, 166 f. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional). Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF, Franca – SP, 2016.

ARENDT, Hannah. Sobre la violencia. Tradução de Guillermo Solana. Madrid: Alianza Editorial, 2006. 151 p.

ARISTOTELES. Ética a Nicômaco; Poética; Seleção de textos de José Américo Motta Pesanha. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. 200 p. (Coleção Os Pensadores)

BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Tradução de Maura Gama, Cláudia Martinelli Gama; revisão técnica Luís Carlos Fridman. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. 272 p.

BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo: a transformação de pessoas em mercadoria. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton Luiz (Orgs.). Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. 396 p.

BRAGA FILHO, Hélio. In: FADEL, Barbara (Org.). Desenvolvimento regional: debates interdisciplinares. Marília: Fundep; Franca: Uni-Facef; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 256 p.

BRAGA FILHO, Hélio; CAMPANHOL, Edna Maria. A forma de consumir: as faces do desenvolvimento econômico e da questão social. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 19, n. 1, p. 33-48, 2010. Disponível em: <http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/433>. Acesso em 17 set. 2015.

FOX, Sean; HOELSCHER, Kristian. Political order, development and social violence. Journal of Peace Research, Oslo, v. 49, n. 3, p. 431-444, 2012. Disponível em: <http://jpr.sagepub.com/content/49/3/431>. Acesso em: 23 out. 2014.

FURTADO, Celso. Criatividade e dependência na civilização industrial. ed. definitiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 235 p.

KLIKSBERG, Bernardo In: SEN, Amartya; KLIKSBERG, Bernardo. As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. Tradução de Bernardo Ajzenberg e Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 408 p.

MINAYO, Maria Cecília de S. A violência social sob a perspectiva da Saúde Pública. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 10 (supl. 1): 07-18, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10supl1a02.pdf>. Acesso em 18 set. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SOUZA, Edinilsa Ramos. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, IV (3): 513-531, nov. 1997 - fev. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v4n3/v4n3a06.pdf>.

PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 672 p.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Com Robert Leonard e Raffaella Y. Nanetti. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 260 p.

SEN, Amartya. Sobre ética e economia. Tradução de Laura Teixeira Motta; Revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 144 p.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia da Letras, 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). World Report on Violence and Health. Edited by Etienne G. Krug et al. 2002. Disponível em: http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Global status report on violence prevention. 2014. Disponível em: http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/status_report/2014/en/.

editora

Uni-FACEF
Centro Universitário Municipal de Franca

SÉRIE

Desenvolvimento Regional em Perspectiva

Uni-FACEF

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-87406-98-9



9 788587 406989



GRUPO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO

www.unifacef.com.br